



OUTLOOK FIESP 2026

PROJEÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO



OUTLOOK FIESP 2026

PROJEÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

São Paulo, 2016

Catálogo na Fonte

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Outlook Fiesp 2026: projeções para o agronegócio brasileiro
/ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. — São Paulo:
FIESP, 2016.

90 p. : il.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-7201-021-4

1. Agronegócio 2. Projeções 3. Economia 4. Fertilizantes
5. Crédito rural 6. Economia Agrícola 7. Área plantada 8. Produção
9. Consumo doméstico 10. Exportação 11. Uso da terra I. Título

CDD 338.13
F293o



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente

Paulo Skaf

DEPARTAMENTO DO AGRONEGÓCIO

Diretor Titular

Mario Sergio Cutait

Diretores

Divisão de Insumos: Welles Clovis Pascoal

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: Nathan Herszkowicz

Divisão de Produtos de Origem Animal: Francisco Sérgio Turra

Divisão de Nozes e Castanhas: José Eduardo Mendes de Camargo

Gerente

Antonio Carlos P. Costa

Equipe Técnica

Anderson dos Santos

Fabiana C. Fontana

Gregory Honczar

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Departamento do Agronegócio – DEAGRO
Av. Paulista, 1.313, 5º andar
CEP: 01311-923 – São Paulo – SP
www.fiesp.com.br
deagro@fiesp.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação: Studio MRK
Revisão: Hassan Ayoub
Impressão: Gráfica HRosa



Diretor

José Roberto Mendonça de Barros

Alexandre Mendonça de Barros

José Carlos Hausknecht

Equipe Técnica

Ana Laura Menegatti

Cesar de Castro Alves

Eduardo Pessina

Francisco Queiroz

Renata Marconato

MB Agro Consultoria
R. Henrique Monteiro, 90, 12º andar
CEP: 05423-020 – São Paulo – SP
www.mbagro.com.br
contato@mbagro.com.br



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Projetar o agronegócio no longo prazo traz grandes desafios a qualquer modelo. Há um conjunto expressivo de variáveis a considerar. Clima, câmbio, juros, renda, abertura e fechamento de mercados, questões geopolíticas e sanitárias compõem um ambiente altamente complexo para o setor como um todo, sempre com um grau razoável de imprevisibilidade.

A dinâmica atípica de mercado do milho em 2016 foi um bom exemplo de situação que não estava no radar, mas que trouxe fortes impactos para as indústrias de proteínas animais, que dependem desta matéria-prima para a produção. A somatória da frustração na oferta da segunda safra do grão e o volume recorde exportado no início de 2016 resultou em preços elevados para o produto, insegurança em relação ao abastecimento e desequilíbrio na cadeia produtiva. O cenário foi ainda agravado por uma redução no consumo das carnes, ainda maior do que era esperado.

Fatos muito positivos também ocorreram, como a confirmação da abertura recíproca dos mercados dos EUA e Brasil para a carne bovina, que pode ser um indicador de novos acessos a países ainda fechados para a proteína brasileira. O ano marcou uma importante recuperação para o setor sucroenergético, puxado em especial pelo açúcar, cujos preços reagiram de forma expressiva ao desequilíbrio no quadro de suprimentos global.

Porém, a grande variável para o Brasil, sem dúvida, foi a definição do cenário político. Neste contexto, o agronegócio, de todos os segmentos da economia, foi aquele que reagiu de forma mais expressiva.

Do primeiro para o segundo trimestre de 2016, o Índice de Confiança do Agronegócio, medido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), registrou variação positiva de 20 pontos, a maior da série histórica, retomando seus melhores patamares, puxado fundamentalmente pela melhora na percepção da nossa economia. No terceiro trimestre, veio a confirmação dessa melhora no sentimento de produtores e indústrias, com nova alta e recorde no indicador.

É fato, no entanto, que a mudança de governo não significa que os problemas econômicos sejam resolvidos de imediato, já que o quadro de deterioração dos indicadores socioeconômicos é persistente. Mesmo o agronegócio, que vem apresentando resultados acima do restante da economia, não saiu ileso da maior crise econômica da história do Brasil. Exemplos disso foram as quedas observadas no consumo de alimentos mais elaborados, a retração nos investimentos do produtor nos últimos anos, como na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, além do encarecimento do crédito.

É nesse cenário que medidas estruturais devem ser implementadas, assentando de forma sólida as bases para a retomada do crescimento econômico, do emprego e da renda, o que passa necessariamente pela maior eficiência do Estado: melhoria da gestão dos programas e dos serviços oferecidos à população, assim como aos setores produtivos, resultando em maior racionalidade no uso do recurso público.

As projeções do “Outlook Fiesp 2026 – Projeções para o Agronegócio Brasileiro” partem da premissa de que há uma recuperação gradual da economia brasileira, que pode ser acelerada, de acordo com a velocidade e a magnitude das reformas estruturais de que o Brasil tanto necessita.

Uma boa leitura a todos!

Paulo Skaf

Presidente

ÍNDICE



PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL



PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL



FERTILIZANTES

1. Considerações sobre as Projeções	11
(Notas metodológicas)	
2. Virada do Modelo Macroeconômico	14
3. As consequências das Mudanças Macroeconômicas para o Agronegócio	16
4. Argentina: Uma Agricultura em Transformação	19

Resultados das Projeções

5. Algodão	23
6. Arroz	26
7. Café	29
8. Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol	33
9. Celulose	38
10. Feijão	42
11. Milho	45
12. Soja: Grão, Farelo e Óleo	49
13. Suco de Laranja	53
14. Trigo	57
15. Carne Bovina	61
16. Carne de Frango e Ovos	66
17. Carne Suína	70
18. Lácteos	74
19. Peixe	78
20. Fertilizantes	80
21. Uso da Terra	86



CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PROJEÇÕES

(Notas metodológicas)

A edição de 2016 do Outlook Fiesp 2026 – Projeções para o Agronegócio Brasileiro foi elaborada em um cenário de menor volatilidade externa nos mercados agrícolas, após uma redução significativa nos preços das *commodities* em geral, porém, dentro do complicado cenário doméstico, devido à deterioração da economia brasileira, como reflexo do processo político experimentado pelo País.

Mesmo com o horizonte de retomada de uma política econômica adequada e voltada ao crescimento sustentado, muitas incertezas ainda estão presentes e permeiam o universo das projeções, adicionando um grau maior de dificuldade no exercício de prever o futuro.

As estimativas de crescimento nacional e mundial determinam a demanda pelos produtos agropecuários e as variações cambiais trazem mudanças na competitividade do produtor brasileiro. Além disso, a crise econômica acaba afetando outras variáveis, como a disponibilidade de crédito e o endividamento das empresas, que têm provocado efeitos significativos sobre o agronegócio.

Assim como no anterior, nesta versão do Outlook Fiesp 2026 utilizamos como cenário-base uma perspectiva de que, passado este momento mais turbulento, haverá um movimento de ajuste macroeconômico que permitirá uma retomada do crescimento a partir de 2018. Consideramos também que não haverá interrupção abrupta do crescimento mundial e que, apesar da desaceleração dos países emergentes, a demanda por alimentos deverá continuar aquecida, mesmo que em taxas relativamente inferiores às observadas nos últimos anos.

No mais, esta edição objetiva trazer elementos para discussões acerca dos diversos setores envolvidos com o agronegócio e, com isso, auxiliar a identificação de gargalos e a elaboração de novas propostas para o futuro do setor, possibilitando antever as ações necessárias diante do crescimento esperado.

O modelo estabelece um balanço de oferta e demanda mundial que mantenha consistência entre as principais economias produtoras e consumidoras de alimentos do mundo. A consistência é avaliada a partir das relações estoque/uso que devem manter o mercado estabilizado no longo prazo.

O modelo de projeção da produção brasileira, no caso das *commodities* consideradas, parte de um balanço mundial da produção e consumo de alimentos, no qual a demanda de cada país é estabelecida a partir das expectativas de aumento da população e do crescimento da renda per capita, combinados às elasticidades-renda dos alimentos em cada um desses países. As previsões de renda utilizadas são as divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e, para a da população, pela Organização das Nações Unidas (ONU). No caso brasileiro, as estimativas de crescimento da economia foram feitas pela MB Associados, com base em seu modelo macroeconômico de consistência para o País.

Do ponto de vista da oferta, a produção dos alimentos é projetada com base na tendência da produtividade e da área disponível em cada um dos principais produtores. O Brasil é variável-chave para o fechamento do balanço internacional, dado que é uma das poucas regiões onde ainda é possível obter um ganho de produtividade, aliado ao aumento da área agrícola, ao contrário, por exemplo, dos EUA, onde a produção só pode crescer a partir de ganhos restritos de produtividade ou de menor produção de uma determinada *commodity*, em detrimento de outra.

Obtida a produção brasileira necessária para que a relação estoque/consumo mundial se mantenha em um patamar em que os preços justifiquem o crescimento da oferta global, as áreas demandadas para alcançar tais produções são estimadas a partir da curva projetada de produtividade para cada uma das *commodities* agrícolas em cada uma das nossas regiões.

Uma peculiaridade no caso do etanol é que o consumo interno nacional é derivado de um modelo de crescimento e depreciação da frota de veículos em função do PIB, tendo como variável exógena a participação dos veículos *Flex Fuel* nas vendas totais.

Para a celulose, a demanda por áreas plantadas com florestas vem dos novos investimentos em fábricas programados pelo setor, que, no longo prazo, atende à demanda para exportação e para o mercado interno da celulose produzida no País.

As áreas e as produtividades esperadas são as variáveis de entrada no modelo de demanda de fertilizantes da agricultura brasileira. Associando essa produtividade com a curva de resposta à adubação, estabelece-se a necessidade de NPK por hectare para cada cultura. Multiplicando a área total de cada cultura pela necessidade de NPK, chega-se ao consumo desses insumos para as lavouras. Adicionando a esse consumo o de fertilizantes para as pastagens, o reflorestamento e a adubação de base para a abertura de novas áreas, totaliza-se a demanda total de NPK para o Brasil em 2026.

A partir dos projetos de investimento no aumento da capacidade instalada de produção de fertilizantes no País, estima-se a oferta doméstica futura de nutrientes, tendo como pressuposto um nível histórico de utilização dessa capacidade instalada. Com a oferta desses nutrientes por região, o balanço entre oferta e demanda é calculado obtendo-se a necessidade de importação em 2026.

Devido ao atraso nos projetos de instalação de novas plantas de produção de fertilizantes e à situação macroeconômica brasileira, continuamos produzindo dois cenários de oferta de produtos. No primeiro, consideramos que os projetos previstos pelas

empresas serão realizados, ainda que além do prazo previsto, devido à situação atual dos mesmos. No cenário alternativo, provavelmente o mais realista neste momento, consideramos que apenas os investimentos já em processo avançado de instalação serão efetivamente concluídos e que os demais não terão prosseguimento. Isso nos permite simular o grau de dependência que teremos no suprimento da necessidade brasileira de fertilizantes, caso esses investimentos realmente não sejam concretizados.

Vale ressaltar, como observação para todo este trabalho, que as projeções adotam pressupostos que podem ser modificados ao longo do período considerado: eventos climáticos mais severos, abertura de mercados, modificação de status sanitário, redução ou aumento do protecionismo internacional são apenas algumas das variáveis que podem afetar as expectativas para determinados produtos.

Em alguns itens, como arroz, feijão, trigo e leite, a produção é primordialmente direcionada pela a demanda do mercado doméstico, dado que o País não se configura como um grande *player* no mercado internacional. Apesar da maior competitividade dos produtores, devido à desvalorização do real, não consideramos neste momento um possível aumento consistente das exportações de lácteos, por exemplo, o que poderia alterar as projeções de demanda futura.

Em relação à projeção divulgada em 2015, alguns parâmetros utilizados na pecuária foram alterados, devido à carência de informações sobre o número efetivo de cabeças do rebanho nacional, o que faz com que esses números apresentem grande variação de uma fonte de dados para outra. Nesta atualização, foram feitas modificações nas estimativas iniciais do rebanho e das premissas de produtividade que levaram a diferenças nas avaliações futuras no número de animais. Também foram atualizados os dados de áreas atualmente ocupadas com pastagens, o que aumentou a base inicial existente em relação à versão anterior.

Devido à possibilidade de alteração nas produções e previsões de demanda em razão dos fatores de risco inerentes ao setor agrícola ou de mudanças nas expectativas macroeconômicas, as estimativas serão revisadas de forma dinâmica, caso algum evento mais relevante signifique uma ruptura das perspectivas para as *commodities* analisadas. As atualizações realizadas poderão ser acompanhadas no endereço: www.fiesp.com.br/outlook.



VIRADA DO MODELO MACROECONÔMICO

O ano de 2016 estabelece a virada de um modelo macroeconômico heterodoxo para um ortodoxo. A debacle econômica que marcou os anos de 2015 e 2016 forçou uma mudança de rumo radical. Na história econômica brasileira moderna não havia ocorrido dois anos consecutivos de queda do PIB superior a 3%. Em dois anos a renda per capita do brasileiro caiu quase 10%. A taxa de desocupação deve fechar o ano no patamar de 12%.

14

A idiosincrasia desse processo é que a queda da atividade econômica veio acompanhada de inflação elevada. Em 2015, ela fechou em 11%. No ano de 2016, as projeções indicam que a inflação fechará em números próximos a 7%. A combinação de alta inflação com elevado desemprego é desastrosa, pois os juros altos utilizados para atenuar a alta dos preços pioram a atividade econômica e o emprego.

A opção de conter o ciclo de preços elevando a taxa de juros trouxe problemas adicionais à situação fiscal do governo. O aumento do custo do capital tornou o custo da dívida proibitivo. A queda no nível de atividade diminuiu a arrecadação. A queda de receita e o aumento de despesas com juros, somados ao descontrole dos gastos públicos promovidos pelo governo Dilma Rousseff desenharam uma trajetória explosiva da dívida pública. Na década antecedente a 2014, a relação entre a dívida pública e o PIB situou-se no patamar de 54% a 58%, com um superávit primário da ordem de 2,5% a 3% do PIB, o que assegurava o pagamento da conta de juro e a consequente estabilização da dívida pública.

Os déficits primários gerados a partir de 2014, a alta dos juros e a queda de arrecadação fizeram com que, já em 2015, a relação dívida/PIB alcançasse 66%. As projeções indicam que, em 2016, esse indicador alcançará 74% e possivelmente chegará a 82% em 2017. A desorganização macroeconômica é de tal ordem que a mudança de rota da política econômica tornou-se inevitável. O desenho macro que deve pautar os próximos anos será muito diferente do ocorrido na última década.

Do intervencionismo estatal à liberalização dos mercados

O principal vetor de mudança na macroeconomia brasileira será o tamanho do Estado e seu consequente grau de intervencionismo na economia. A profundidade do desequilíbrio fiscal exige um longo processo de ajuste das contas governamentais,

que tenderá a reduzir a participação do setor público no PIB. A decisão de estabelecer um teto para o valor absoluto dos gastos públicos fará com que, em decorrência do crescimento da economia, a participação do setor público no PIB caia progressivamente no tempo.

A retomada do crescimento econômico dependerá fundamentalmente dos investimentos privados para alavancar o processo de acumulação de capital. Para tanto, o capital privado terá de contar com um horizonte de maior previsibilidade das instituições públicas, posto que as regras, os contratos e a estrutura de formação de preços de diversos setores da economia (petróleo, gás, energia elétrica, saneamento básico, concessões rodoviárias, portuárias, ferroviárias, aéreas etc.) deverão ser desenhados no sentido de se aproximarem de uma economia de mercado mais aberta. As propostas em curso conduzidas pelo governo federal vão nessa direção. Novas concessões partirão de um marco regulatório muito diferente do anterior. A política de campeões nacionais será substituída por crédito para projetos eficientes, independentemente de seleções prévias de vencedores.

A redução na inflação, que já se desenha em 2016 e 2017, sinaliza um potencial de forte redução das taxas de juros. O modelo de previsão de preços do Banco Central do Brasil (BACEN) indica que, já no fim de 2017, a inflação estará muito próxima do centro da meta (4,5%). Juros mais baixos e novos investimentos permitirão uma retomada progressiva do emprego e da renda. O mercado de consumo deverá reagir aos estímulos de um crédito mais barato e os brasileiros novamente mais propensos ao consumo. Assim é que a elevação simultânea do consumo e do investimento recolocará o País novamente na rota do crescimento e da normalização das contas públicas. Essa é a trajetória econômica que norteia as projeções de demanda por alimentos, fibras e energia na próxima década.

O desenho macro sinaliza que a valorização do real, ocorrida em 2016, possa se reverter no médio prazo. Ocorre que dois vetores devem contribuir para esse movimento. Do ponto de vista brasileiro, a redução da taxa de juros diminuirá o apetite por arbitragem no mercado interno. Além disso, a retomada do crescimento induzirá a elevação nas importações, fato que deverá gerar uma redução no saldo comercial brasileiro.

Ademais, ao se considerar a situação atual da economia norte-americana, é bem provável que a taxa de juros recupere seus níveis históricos no médio prazo, o que significa um caminho de valorização do dólar perante as moedas dos países emergentes. Os cenários de rentabilidade que dão suporte às projeções apresentadas neste Outlook Fiesp 2026 contemplam o retorno da taxa de câmbio ao seu equilíbrio de longo prazo, em um modelo econômico que se sustenta sobre o tripé de ajuste fiscal, regime de metas de inflação e câmbio flutuante.



AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS MACROECONÔMICAS PARA O AGRONEGÓCIO

O desequilíbrio macroeconômico brasileiro afetou o agronegócio especialmente através de três canais, a saber: I. Câmbio; II. Crédito e III. Consumo.

16

A forte desvalorização do real ocorrida em 2015 permitiu ganhos expressivos de rentabilidade na agricultura brasileira. Normalmente, a desvalorização melhora as margens da maior parte dos produtos agrícolas, pois apenas uma parcela dos custos é cotada em dólar.

Esse fato não é necessariamente verdadeiro para o setor pecuário, posto que a desvalorização acarreta preços elevados de grãos, que por vezes se descolam dos fundamentos do mercado pecuário doméstico. Isso de fato se mostrou verdadeiro e em 2016 assistiu-se a uma relevante deterioração das margens operacionais dos setores de produção de frangos, ovos, suínos e leite. A desvalorização de 2015 até o início de 2016 fez com que um volume recorde de milho fosse exportado (31 milhões de toneladas).

Além disso, as quebras da primeira e, especialmente, da segunda safra de milho reduziram sobremaneira a disponibilidade interna desse relevante componente da ração animal. A consequência foi que os preços do milho passaram a ser precificados pela paridade de importação. Nos anos anteriores, o excesso de oferta de milho fez com que a referência fosse a paridade de exportação. Por se tratar de um produto de menor valor relativo, o custo do frete acaba por distanciar significativamente os preços de importação dos de exportação. A pressão de custos prejudicou consideravelmente as margens da pecuária, induzindo a uma redução da produção na segunda metade de 2016.

A desvalorização do câmbio até o início de 2016 gerou outro desequilíbrio no balanço de diversas empresas. Ocorre que muitas companhias, nos últimos anos, se endividaram em dólar. A depreciação do real afetou, então, suas métricas financeiras, comprometendo sua situação de crédito. Esse ponto se tornou especialmente relevante diante do quadro de elevação da taxa de juros e redução da oferta de crédito que marcou a segunda metade de 2015 e o ano de 2016.

É importante ressaltar que o sistema de crédito rural brasileiro é claramente pró-cíclico. O maior volume do crédito rural origina-se dos depósitos à vista nos grandes bancos brasileiros. Assim, com a queda do PIB e a elevação da inflação, o montante de depósitos à vista tende a cair, o que reduz a oferta de crédito rural. Além disso, a degradação do quadro econômico fez com que diversos setores da economia sofressem reduções de demanda e suas receitas caíram significativamente, complicando os balanços. Com isso, as provisões dos bancos comerciais aumentaram muito, o que limitou o volume de crédito disponível às empresas agrícolas e aos produtores rurais.

A piora na oferta de crédito encareceu as operações e, pela primeira vez em uma década, o setor se verá diante de um quadro de taxas reais de juros francamente positivas. O menor crédito bancário foi compensado por uma maior participação das empresas ligadas fisicamente ao setor, como são os traders, as indústrias de insumos, os distribuidores e as cooperativas de produção, com financiamentos superiores a 180 dias.

A elevação do desemprego para os níveis recordes de 12%, associada à alta inflação, derrubou o poder aquisitivo do brasileiro. A consequência desse movimento foi a queda de consumo, especialmente de produtos de maior valor, como as carnes e o leite e seus derivados. Inicialmente, o consumidor foi trocando produtos caros por substitutos de menor valor, sejam itens mais baratos em um mesmo tipo de produto, como um iogurte de marca líder por outro de preço inferior, ou a troca por produtos substitutos, como iogurte e queijo por leite; carne bovina de primeira por carne de segunda; carne de segunda por frango; frango por ovo. Esse desenho marcou todo o ano de 2015 e o de 2016, e é possível afirmar que diversos mercados retrocederam em tamanho. Poucas vezes se viu aperto dessa magnitude.

O que esperar para os próximos anos?

O desenho macroeconômico que se configura para os próximos anos é o de recuperação do espaço perdido e de retomada de crescimento do consumo. A queda no desemprego e na inflação trará de volta a demanda por alimentos, fibras e energia. Vale lembrar que os alimentos são os primeiros a recuperar as vendas, quando se sai de um quadro recessivo, especialmente um tão profundo como o brasileiro. O ano de 2017 poderá surpreender em sua segunda metade, caso a queda dos juros e a retomada do crescimento se mostrem mais fortes do que a média das expectativas de mercado.

A recuperação econômica e a queda da inflação devem restabelecer os depósitos à vista aos níveis anteriores à recessão. Maior depósito à vista, maior disponibilidade de crédito rural. A redução na taxa de juros deve conferir forte alívio às empresas hoje altamente endividadas, o que melhorará seus balanços, reduzindo as provisões dos bancos. Esse movimento elevará a propensão de os bancos ampliarem seus empréstimos.

Do ponto de vista da taxa de câmbio, assistiu-se a uma valorização do real em 2016 que desenhou uma piora nas margens de rentabilidade de diversas culturas, a despeito da redução dos custos decorrentes de um real mais forte.

Entretanto, o balanço de oferta e demanda mundial de alguns produtos vem criando uma situação atípica de melhora nas margens de culturas como a cana-de-açúcar, o café e a laranja, a despeito da valorização do real. Essas *commodities* estão vivendo um momento semelhante de desequilíbrio entre oferta e demanda. A relação entre os estoques de suco de laranja, açúcar e café vem diminuindo em relação ao consumo mundial.

Além disso, nesses casos, o Brasil tem uma participação elevada no comércio mundial, o que faz com que alterações no câmbio do País influenciem os preços internacionais desses produtos.

Assim, a combinação da queda na oferta mundial com a valorização do real provocou a alta das cotações em dólares dessas *commodities*, compensando integralmente (ou mais que integralmente) o efeito da valorização da nossa moeda nos preços aos produtores. Essa situação vem fazendo com que os preços em reais estejam estáveis (em nível alto) ou em ascensão. A valorização do real, no entanto, gera queda nos custos de produção, ao mesmo tempo que reduz a alavancagem das empresas e dos produtores que têm dívidas em moeda estrangeira. É possível notar, portanto, que no caso específico dessas culturas a conjuntura mencionada trouxe melhora relevante nas margens de produção. É um evento raro, mas que servirá para estimular a retomada dos investimentos nesses importantes setores do agronegócio brasileiro.



ARGENTINA: UMA AGRICULTURA EM TRANSFORMAÇÃO

Todos aqueles que conhecem agricultura sabem que existem poucos lugares no globo tão aptos à produção agrícola quanto a Argentina. Solos férteis, planos, excelente logística, capital humano e tecnologia sempre marcaram a produção agrícola desse importante país sul-americano. Desde o início do século passado, a produção argentina de carne vermelha e trigo se destacavam. Mais recentemente, o binômio soja e milho incorporou-se em sua base produtiva.

Por se tratar de um país de grandes dimensões territoriais, mas com uma população relativamente pequena (próximo de 44 milhões de habitantes), sua agricultura sempre foi marcada por uma predominância exportadora. Nesse sentido há uma clara diferença em relação ao Brasil. Embora o saldo comercial agrícola brasileiro seja maior que o argentino, o tamanho do nosso mercado interno faz com que a maior parte da produção fique no País, com menor parcela sendo exportada.

A Argentina possui uma proporção de exportação sobre a produção exatamente inversa à brasileira. O peso das exportações na estrutura de demanda por produtos agrícolas argentinos fez com que, ao longo do tempo, o governo federal começasse a olhar para o agronegócio exportador como uma fonte de arrecadação tributária relevante. Conforme a indústria argentina perdeu dinamismo com as crises econômicas dos anos de 1980, 1990 e 2000, a importância relativa da agricultura na receita tributária foi se elevando.

Nos últimos 15 anos, especialmente ao longo dos sucessivos governos Kirchner, o nível de intervenção estatal nos mercados agrícolas foi aumentando. O objetivo inicial era elevar a arrecadação federal através da taxação das exportações. Com o passar do tempo, além das taxações, o governo começou a intervir nos mercados, criando cotas de exportação para alguns produtos agrícolas, com o intuito de reduzir o volume exportado para, com isso, aumentar a oferta no mercado interno e induzir uma redução nos preços dos alimentos para a população.

No entanto, os agentes econômicos costumam reagir aos incentivos de mercado. As transformações na estrutura de formação de preços agrícolas, decorrentes das mudanças nos tributos e nos controles de volumes exportados, afetaram o comportamento dos produtores, seja alterando o perfil da produção, seja adotando estratégias de redução de riscos através do menor uso de insumos.

A redução da rentabilidade decorrente da maior tributação fez com que a produção argentina perdesse dinamismo no médio prazo. A menor possibilidade de lucro induziu a um menor investimento.

Eis um aspecto muito relevante da política econômica. Por vezes, o objetivo de curto prazo gera efeitos deletérios sobre o desempenho de médio e longo prazo do setor, que, no fim, acaba por reduzir o ganho econômico da própria política adotada. Não há dúvida de que, no curto prazo, a tributação das exportações gera maiores receitas ao governo e menores preços de alimentos ao consumidor no mercado interno.

No entanto, a perda de dinamismo da produção e seus efeitos multiplicadores sobre a geração de emprego e renda decorrente da expansão da oferta agrícola impossibilitam maiores ganhos, tanto em relação às perspectivas de arrecadação futura quanto ao desenvolvimento econômico, para a população do país.

A teoria do crescimento econômico mostra em diferentes modelos que, no longo prazo, somente os ganhos de produtividade permitem aumentar a renda per capita da população, bem como o volume de arrecadação potencial do governo. Portanto, distorcer os incentivos econômicos para benefícios de curto prazo gera perda futura de bem-estar social.

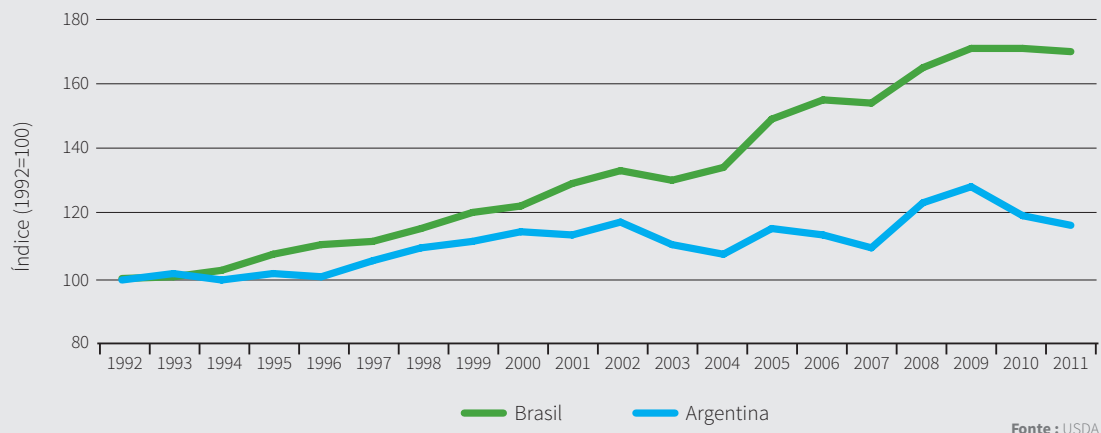
As intervenções econômicas sobre a agricultura argentina promovidas pelos sucessivos governos Kirchner servem como excelentes exemplos dessas distorções. Desde 2002, as tarifas sobre as exportações de soja, milho e trigo aumentaram progressivamente. Em 2002, as tarifas de exportação sobre soja, milho e trigo eram, respectivamente, 27,5%, 20% e 23%. Em 2008 saltaram para 35%, 25% e 28% respectivamente.

Os números são expressivos. As distorções geradas também. Os ganhos de produtividade da agricultura argentina estagnaram desde então. Em estudo desenvolvido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), ficam claros os danos causados ao desenvolvimento da agricultura argentina decorrentes das intervenções do setor público.

O estudo apresenta a evolução da Produtividade Total dos Fatores (PTF) em diversos países do mundo, entre 1961 e 2011. A PTF é a maneira pela qual os economistas mensuram a parcela de crescimento do produto não explicada pelo aumento no uso de insumos de plantio (terra, máquinas, fertilizantes, sementes, ração etc.). O índice dá uma indicação da incorporação de conhecimento (tecnologia) no processo de produção.

A figura a seguir apresenta a evolução da Produtividade Total dos Fatores nas agriculturas brasileira e argentina. O índice 100 foi a produtividade alcançada em 1992, início da série apresentada no gráfico. É possível notar que, entre 1992 e 2001, a PTF avançou quase 20% na agricultura da Argentina e 25% na do Brasil. A partir desse ano, a produtividade argentina estagnou, ao passo que a brasileira cresceu fortemente. Entre 2002 e 2011, a PTF da agricultura argentina aumentou 0,93% ao ano, enquanto a brasileira cresceu à taxa de 3,36% a.a. No longo prazo, diferenças dessa magnitude nas taxas de crescimento da agricultura geram distâncias muito grandes no volume de produção agrícola, na renda gerada aos produtores, nos preços dos alimentos e, enfim, no bem-estar da sociedade.

Índice da evolução da Produtividade Total dos Fatores (TPF) nas agriculturas brasileira e argentina (1992=100)



Os dados de produção e exportação atestam a perda de capacidade produtiva relativa entre as agriculturas argentina e brasileira, como pode ser observado na tabela a seguir.

Comparativo da Produção e da Exportação entre Brasil e Argentina para Milho, Trigo e Soja

Em milhões de toneladas

PRODUTO	PAÍS ANO	PRODUÇÃO			EXPORTAÇÃO		
		2000	2015	Var. (%)	2000	2015	Var. (%)
Milho	Argentina	17	28	65%	12	19	58%
	Brasil	32	85	166%	19	32	68%
Trigo	Argentina	16	14	-13%	12	5,3	-56%
	Brasil	1,6	5,5	244%	0,2	1,8	789%
Soja	Argentina	21	57	171%	4	11	175%
	Brasil	35	97	177%	11	54	391%

Fonte : USDA, MDIC

Não há dúvida de que os ganhos de renda, emprego, saldo comercial e arrecadação gerados pela agricultura no Brasil, que não conta com mecanismos de restrições às exportações, produzem efeitos incomparavelmente mais benéficos à sociedade. É sempre bom ter presente que o agronegócio brasileiro representa 21% do PIB e quase 30% do emprego. A produção agrícola propaga-se por toda a economia através dos efeitos multiplicadores de emprego e renda, seja nos setores a jusante, seja a montante.

Novamente, a Argentina serve como um excelente exemplo de como mudanças de políticas públicas podem gerar forte impulso econômico. No fim de 2015, Mauricio Macri foi eleito presidente e imediatamente promoveu dois movimentos que devem alterar a trajetória futura da agricultura de seu país.

Em primeiro lugar, desvalorizou o peso fortemente. Além disso, reduziu a zero as alíquotas de exportação de trigo e milho, baixando a de soja de 35% para 30%. Não houve tempo para que esses benefícios alterassem o plantio de verão da safra 2015/2016, mas, no plantio de trigo em 2016, a área já cresceu quase 30%.

O consumo de fertilizantes de janeiro a setembro de 2016 cresceu 50%. As expectativas do governo argentino e do USDA é de que a próxima safra de milho possa saltar dos atuais 27 milhões de toneladas para quantidades superiores a 35 milhões de toneladas em um único ano.

Esses números são um breve ensaio do crescimento da oferta agrícola argentina que será visto nos próximos anos. Os benefícios dessas mudanças de política econômica, certamente, serão sentidos no médio prazo por todos os argentinos.



ALGODÃO

Nos últimos anos, acompanhamos a redução da área plantada de algodão ao redor do mundo, como resultado de um período de elevados estoques mundiais, concentrados principalmente na China.

Embora a relação estoque/consumo também tenha sido reduzida, ela ainda mostra uma boa disponibilidade do produto, limitando as reações de preços no mercado internacional, cenário que restringe a retomada da área para a cultura. Além disso, as baixas cotações do petróleo e a concorrência com a fibra sintética constituem empecilhos adicionais à alta da fibra natural.

Por outro lado, a redução da produção chinesa e a recuperação das suas importações são importantes indicadores para dar maior sustentação aos preços. Adicionalmente, o comportamento irregular do clima na Ásia e as condições não muito boas das lavouras americanas podem trazer movimentos repentinos de alta dos preços ao mercado.

No Brasil, observamos um forte contraste entre as produtividades nas diferentes regiões produtoras. Enquanto no Norte e Nordeste o clima adverso prejudicou severamente boa parte da área produtiva, no Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso, a lavoura teve bom desempenho.

A situação no MAPITOBA é bastante crítica, uma vez que os produtores também tiveram problemas no volume colhido de milho e soja e, em algumas áreas, já é o terceiro ano consecutivo de quebra de safra. Portanto, ainda que a provável entrada de La Niña na próxima safra tenda a favorecer a região, muitos produtores estão descapitalizados e podem não ter recursos para investir no cultivo do algodão, uma vez que a lavoura apresenta custos de produção muito maiores que a soja e o milho.

Nesse sentido, a escassez vigente de crédito no Brasil tende a prejudicar as perspectivas de plantio do algodão, pois a situação dos agricultores da região do MAPITOBA faz com que os agentes financeiros se retraiam ainda mais.

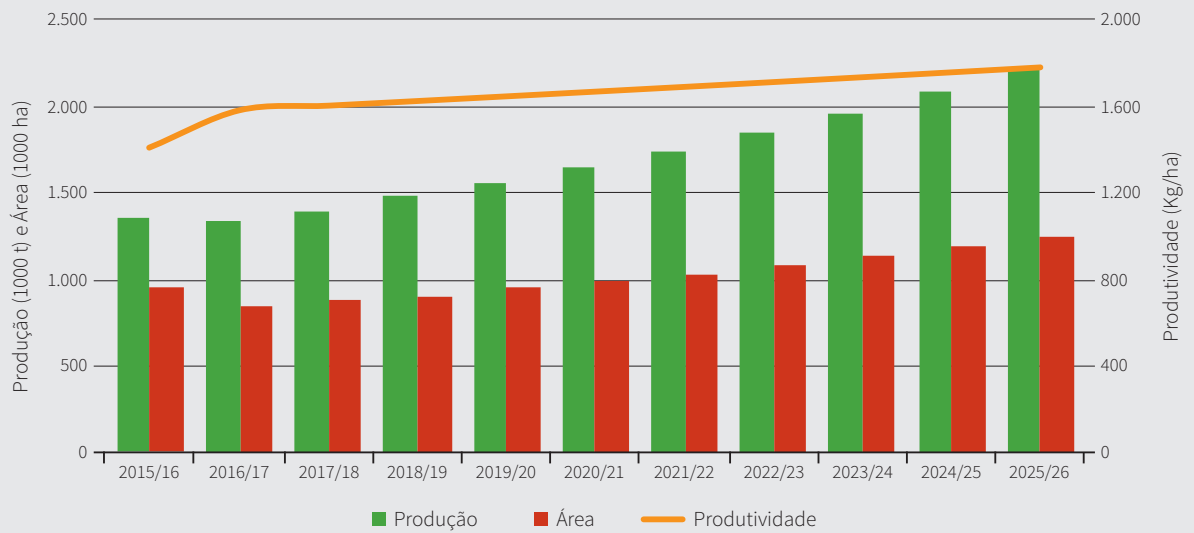
Pelos motivos apresentados, é esperado que, mesmo com a perspectiva de clima favorável, a área na região seja reduzida no médio prazo e sua retomada só ocorra daqui a alguns anos. Enquanto isso, no Centro-Oeste, a produção deve seguir crescendo de maneira mais sustentável.

Produção, Área e Produtividade Brasileira do Algodão

Produção
65% ↗

Área Plantada
31% ↗

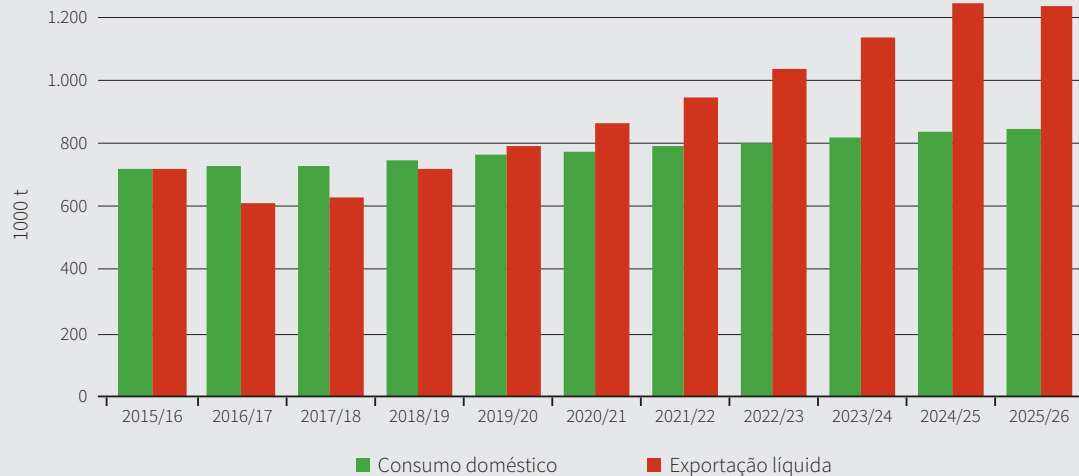
Produtividade
26% ↗



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Algodão

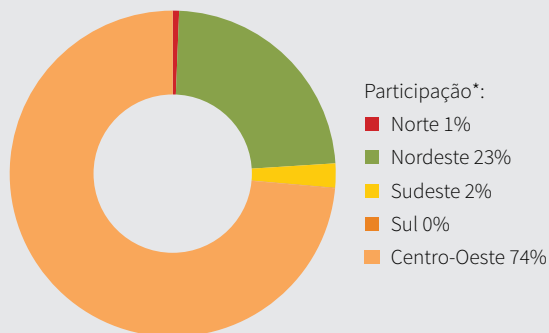
Consumo doméstico
18% ↗

Exportação líquida
71% ↗

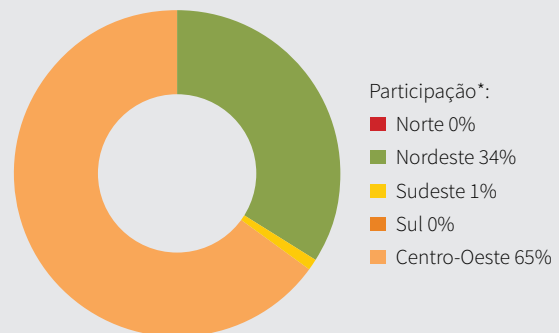


Participação Regional na Produção de Algodão

2015/16
Produção Total: 1,3 Milhão de Toneladas



2025/26
Produção Total: 2,2 Milhões de Toneladas



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

ALGODÃO

(PLUMA)

em 2025/2026



1,2 MILHÃO
de hectares plantados

▣ crescimento de +2,7% a.a. ou 31% em relação à safra 2015/2016



2,2 MILHÕES
de toneladas produzidas

▣ crescimento de +5,1% a.a. ou 65% em relação à safra 2015/2016

26%

será o crescimento da produtividade (t/ha)

1,4 2015/2016 → 1,8 2025/2026

25



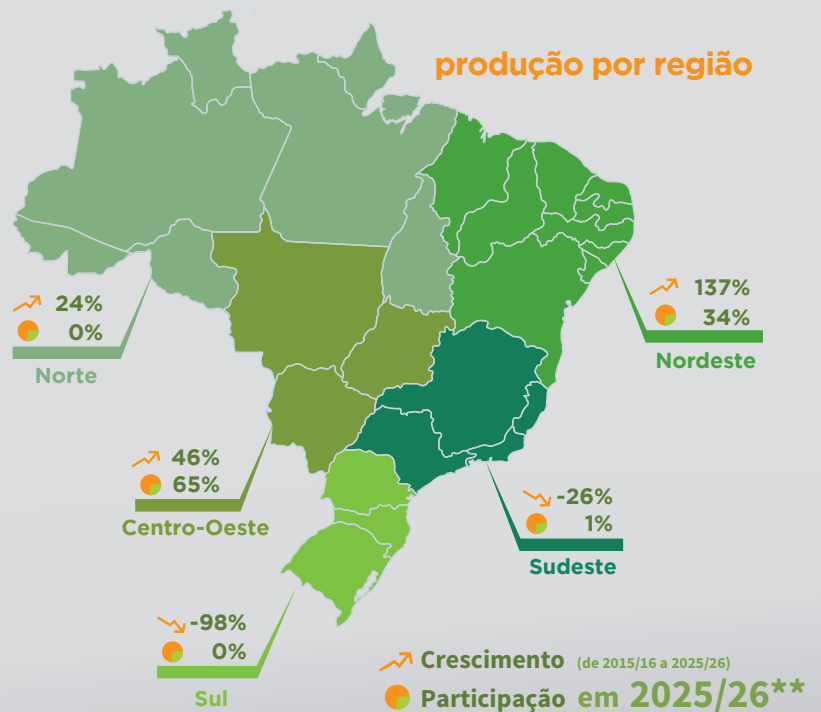
1,2 MILHÃO
de toneladas líquidas exportadas

▣ crescimento de 71% em relação à safra 2015/2016

demanda doméstica

0,7 milhão de t 2015/16  0,8 milhão de t 2025/26

▣ crescimento de 18% (+1,7% a.a.)



Notas: *Comparativo entre as safras 2015/2016 e 2025/2026 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



ARROZ

Por ser um dos cereais mais consumidos mundialmente, o arroz é uma cultura bastante estratégica para garantir a segurança alimentar da população de diferentes nações. No Brasil, a lavoura fincou raízes na Região Sul, onde terras férteis de várzea permitem o seu cultivo com alta tecnologia e elevada produtividade. Em outras localidades do País, principalmente na Região Centro-Oeste, o cultivo do arroz de sequeiro complementa a oferta nacional e garante não só o suprimento para a demanda interna, como também a geração de excedente exportável para abastecer outros mercados. Essa participação do Brasil no comércio exterior é fato que se consolidou nos últimos anos e assim seguirá ocorrendo.

26

Pela forte concentração da produção no Sul do País, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o comportamento do clima nessa região ao longo do desenvolvimento da lavoura é determinante para o resultado final, como ocorreu na safra 2015/2016. A expectativa era de uma grande safra, porém, a atuação do El Niño e a elevada quantidade de chuvas provocada por ele trouxeram excesso de umidade para a lavoura, comprometendo a produtividade final, a oferta total e a qualidade do grão.

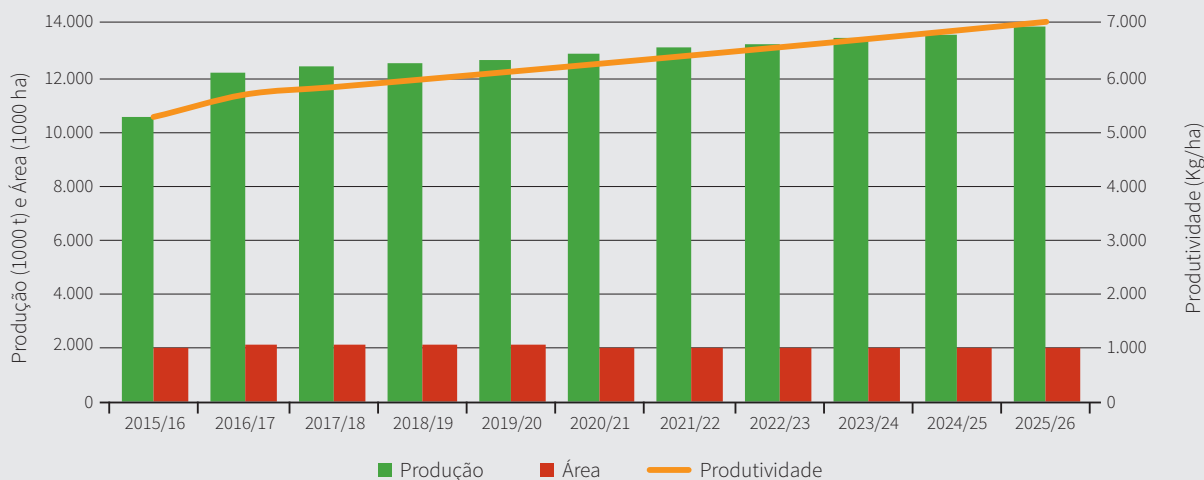
A consequência desse quadro foi uma safra de elevados preços do arroz no mercado interno. Contribuiu para essa situação a desvalorização do real, que tirou a competitividade do produto importado, principalmente do Paraguai, que vinha aumentando significativamente sua participação no mercado doméstico. Para a próxima temporada, os meteorologistas indicam ocorrência de La Niña, fenômeno climático que está ligado a redução das chuvas, principalmente na Região Sul do Brasil.

Nesse caso, o que seria uma má notícia para outras culturas, paradoxalmente, para o arroz, pode ser o indicativo de safra cheia. Como o plantio desse grão é irrigado e os reservatórios estão com bons níveis, o risco de quebra de safra é reduzido. A combinação de preços em alta, custos de produção em baixa e previsão de clima favorável à lavoura permite esperar a recuperação da oferta.

Adicionalmente, existe também uma boa perspectiva em relação ao aumento da produtividade do arroz, devido às novas variedades em desenvolvimento e tecnologias como a rotação com a soja, que se tem mostrado uma boa opção agrônômica para a melhora da produtividade e também como alternativa de renda para os produtores. No entanto, como o crescimento do consumo interno é limitado, sobretudo pelo aumento populacional, para que a elevação da oferta se consolide no futuro de forma consistente, torna-se fundamental a abertura de novos mercados para exportação do arroz nacional.

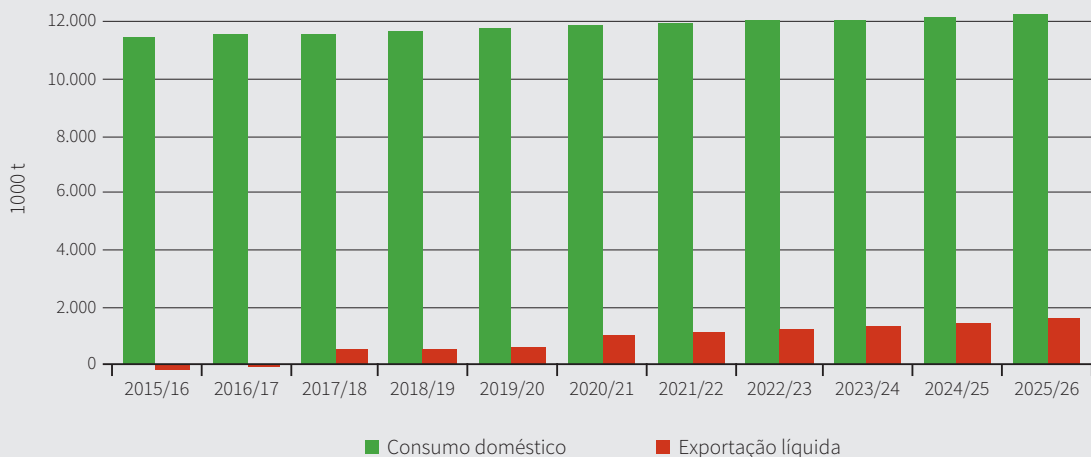
Produção, Área e Produtividade Brasileira do Arroz

Produção **31%** ↗
 Área Plantada **-2%** ↘
 Produtividade **34%** ↗

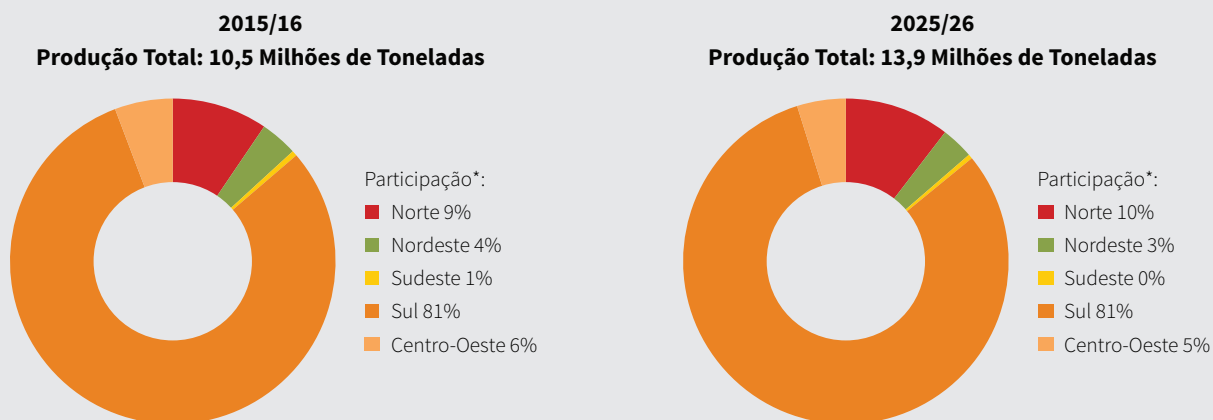


Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Arroz

Consumo doméstico **7%** ↗
 Exportação líquida **Chegará a 1,6 milhão de t**



Participação Regional na Produção de Arroz



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

ARROZ

em 2025/2026



2 MILHÕES
de hectares plantados

redução de -0,2% a.a. ou
-2% em relação à safra 2015/2016



13,9 MILHÕES
de toneladas produzidas

crescimento de +2,8% a.a. ou
31% em relação à safra 2015/2016



de **200 MIL**
de toneladas líquidas importadas
em 2015/16
para **1,6 MILHÃO**
de toneladas líquidas exportadas
em 2025/26

34%

será o crescimento da produtividade (t/ha)

5,3 2015/2016 → 7,0 2025/2026

28

consumo per capita
(kg/hab/ano)

55,3 2015 → 54,7 2026

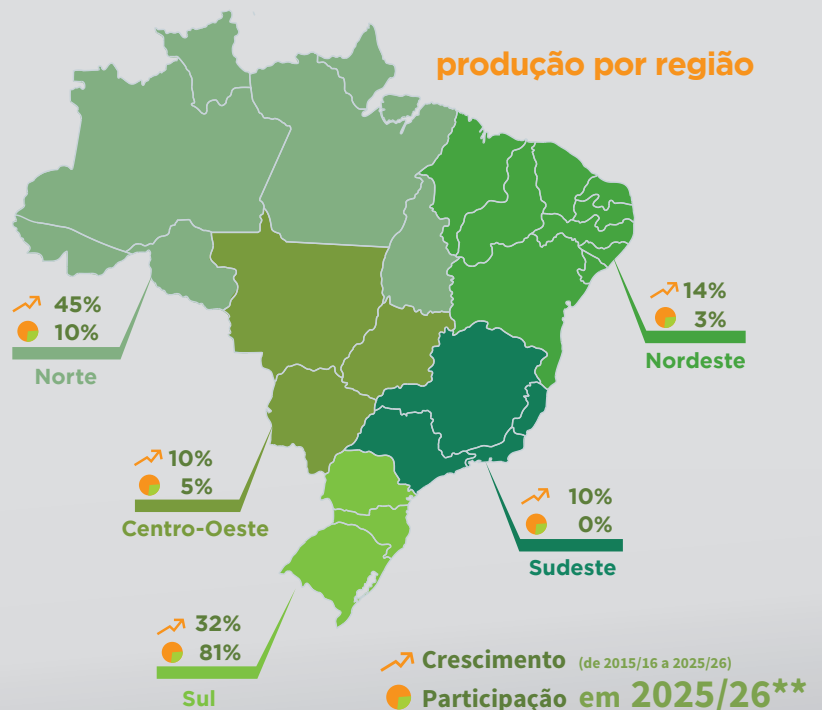
redução de -1% em relação a 2015

demanda doméstica

11,5 milhões de t 2015/16 → 12,3 milhões de t 2025/26

crescimento de 7% (+0,7 a.a.)

produção por região



Notas: *Comparativo entre as safras 2015/2016 e 2025/2026 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte : Outlook Fiesp Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



CAFÉ

A produção brasileira de café arábica apresentou recuperação em 2016, após dois anos de frustrações, devido às secas de 2013 e 2014. Nesta safra, as áreas de café conilon do Espírito Santo foram as prejudicadas pela estiagem de 2015 e início de 2016. Isso fez com que a produção brasileira dessa variedade retrocedesse para um volume estimado pela Conab de 8,4 milhões de sacas, o menor nível em mais de dez anos.

Apesar disso, a queda foi compensada com o crescimento previsto de 29% no volume colhido de café arábica em relação ao ano anterior, totalizando 41,3 milhões de sacas. Esse resultado refletiu os investimentos realizados nas lavouras, impulsionados pela alta das cotações nos últimos dois anos, juntamente com o excelente clima nas áreas de arábica durante a primavera de 2015 e verão de 2016.

Portanto, além da produção elevada pela característica bienal¹ da cultura, com a safra de 2016 naturalmente maior que a anterior, as condições favoráveis potencializaram esse efeito. Os problemas de grãos pequenos e malformados, comuns no ano-safra anterior e que diminuíram a renda do produtor, deram lugar a grãos graúdos e com melhor qualidade da bebida. Mesmo com alguns episódios de chuvas no início da colheita, que causaram transtornos na secagem e derrubaram no chão grãos maduros, ocasionando algum prejuízo em termos de qualidade, de forma geral a colheita foi muito boa.

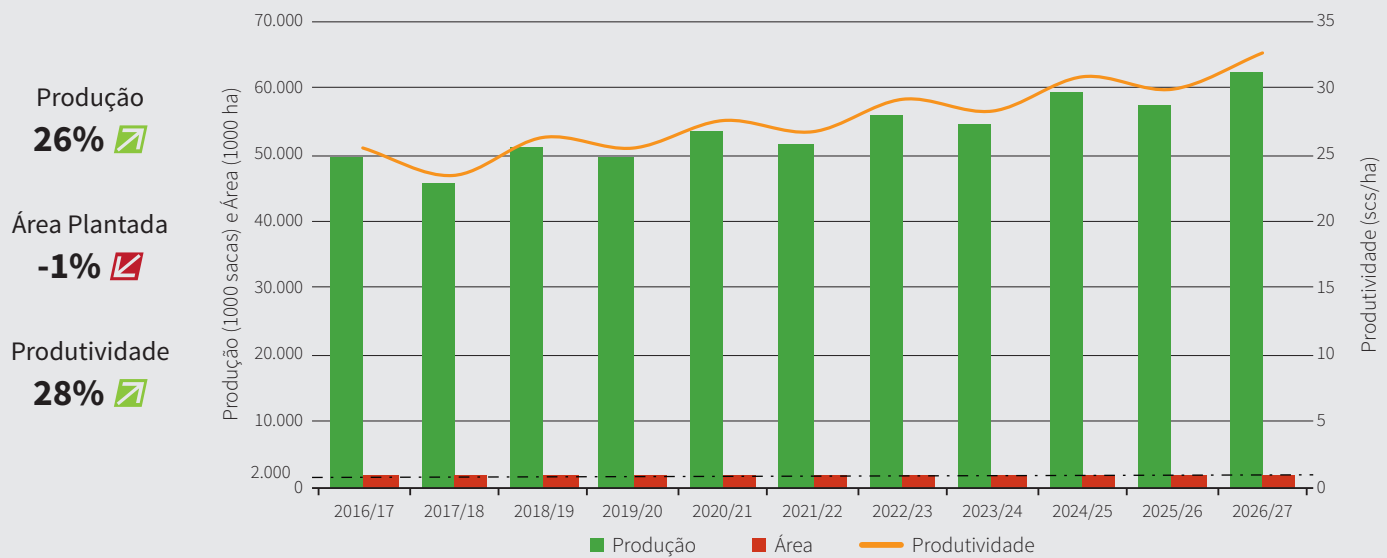
Nos principais países asiáticos concorrentes, Vietnã e Indonésia, são esperadas produções 7% e 12% menores neste ano, respectivamente, em razão da seca de 2015, associada ao forte El Niño. Por essa razão, os preços mantiveram-se elevados nos últimos dois anos, mas em 2016 o benefício aos produtores brasileiros de arábica ficou mais explícito, ao combinar cotações atraentes com uma boa produção.

O balanço de oferta e demanda global segue apertado, mesmo com o Brasil tendo colhido sua segunda maior safra da história. Isso se deveu à menor oferta da Ásia somada ao contínuo aumento do consumo mundial. A diversificação das formas de preparo, a maior sofisticação do consumo e a expansão em regiões ainda pouco tradicionais, caso da China, têm contribuído para o incremento do consumo de café.

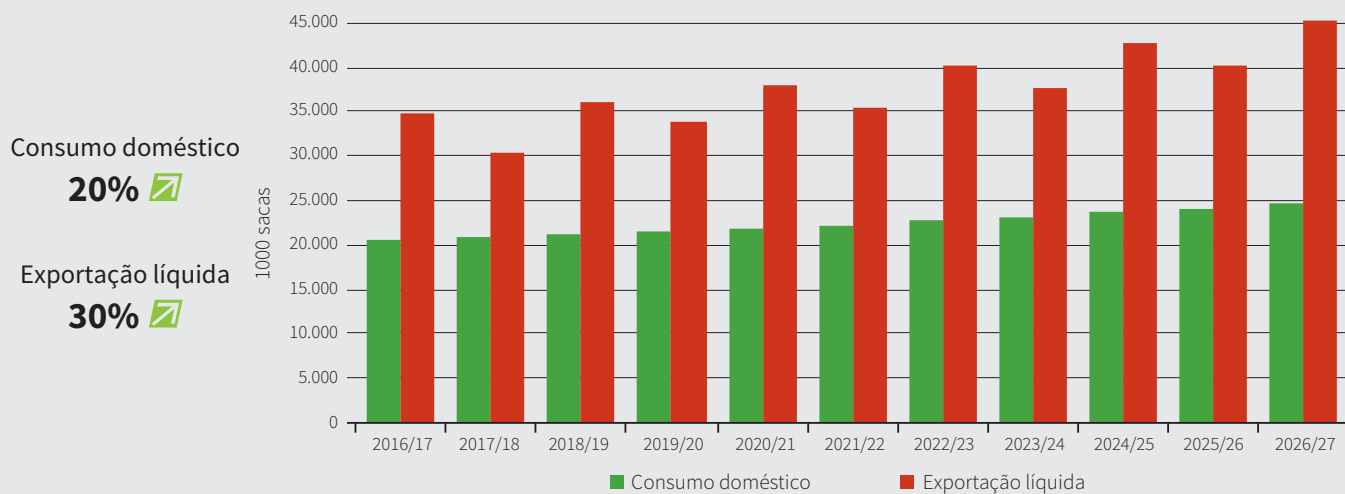
¹ O ciclo bienal ou bienalidade é a alternância de safras com alta e baixa produtividade, uma característica fisiológica do café arábica, que resulta em uma variação do *Market Share* do Brasil no comércio internacional de um ano para o outro.

Embora as chuvas tenham se regularizado na Ásia com o enfraquecimento do El Niño, os estoques globais provavelmente não ficarão confortáveis, pois o Brasil voltará a produzir menos em 2017, pela bienalidade do arábica, especialmente após o forte crescimento observado neste ano. Para o conilon é esperado mais um ano, pelo menos, de oferta apertada. Isso quer dizer que, do ponto de vista de preços, o cenário seguirá positivo, estimulando os investimentos no Brasil, que, além de ser o maior produtor em volume, também se destaca cada vez mais na qualidade e diversificação dos cafés produzidos.

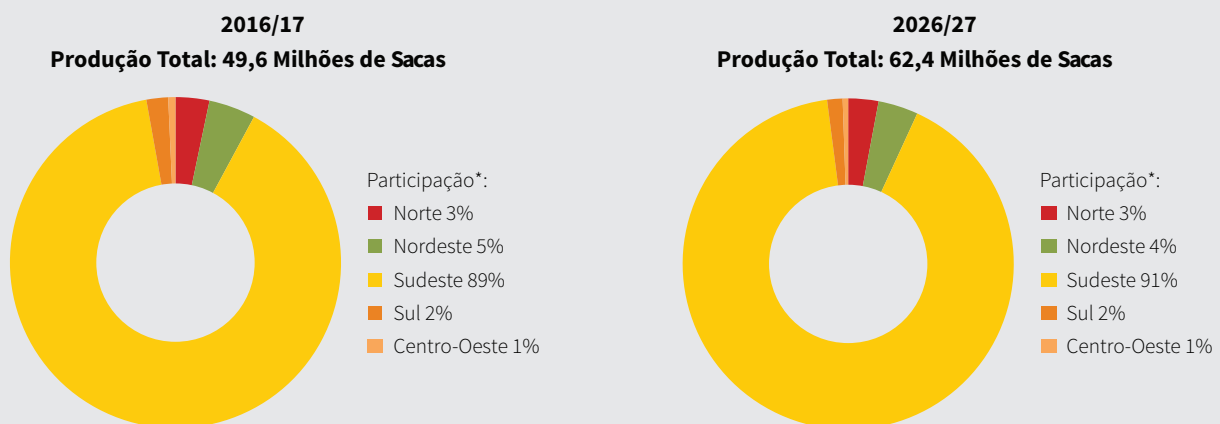
Produção, Área e Produtividade Brasileira do Café**



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Café



Participação Regional na Produção de Café



Notas: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.
 ** Produtividade baseada na área em produção.

Fonte : Outlook Fiesp Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

CAFÉ

em 2026/2027



2,2 MILHÕES
de hectares plantados

queda de -1% em relação à safra 2016/2017



62,4 MILHÕES
de sacas produzidas

crescimento de +2,3% a.a. ou
26% em relação à safra 2016/2017



45,4 MILHÕES
sacas exportadas

crescimento de 30% em relação
à safra 2016/2017

28%

será o crescimento da produtividade*** (sacas/ha)

25,5 2016/2017 → 32,5 2026/2027

32

consumo per capita
(kg/hab/ano)

5,9 2016  6,6 2026

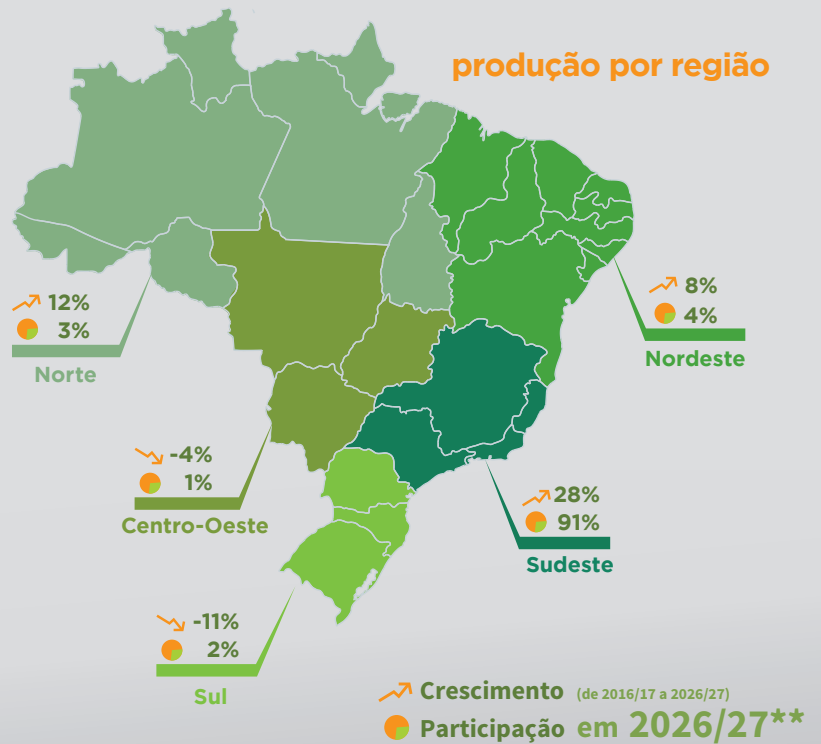
crescimento de 12%

demanda doméstica

20,5 milhões de sacas 2016/17  24,6 milhões de sacas 2026/27

crescimento de 20% (+1,8% a.a.)

produção por região



Notas: *Comparativo entre as safras 2016/2017 e 2026/2027 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

*** Produtividade baseada na área em produção. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ETANOL

Em 2016, uma conjunção de fatores de mercado culminou em um expressivo movimento de melhora dos preços do açúcar, principalmente, e do etanol, que proporcionará efeitos significativos para o setor. Após o aumento das safras em países com forte suporte governamental à produção, que levaram ao crescimento da oferta global de açúcar, problemas climáticos mais recentes ocorridos nessas mesmas regiões reduziram a disponibilidade e os estoques mundiais.

Em 2015, a Índia sofreu uma intensa escassez de água por conta do fenômeno climático El Niño, que levou a uma forte quebra da safra de cana-de-açúcar e à redução na produção de açúcar em 3 milhões de toneladas. A União Europeia também sofreu revés no cultivo de beterraba em alguns importantes países produtores e viu sua oferta substancialmente impactada na safra 2015/2016. Ainda nesta direção, outros países asiáticos, como Tailândia e China, contribuíram para o decréscimo na disponibilidade da *commodity* no mercado mundial.

No caso da safra brasileira, uma combinação de fatores produziu o mesmo resultado. A alta do consumo do etanol, resultante do aumento da mistura do anidro na gasolina e da reformulação de tributos federais e estaduais, favoreceu uma safra mais alcooleira. Esse fato, combinado ao excesso de umidade na época da colheita, reduziu a oferta de açúcar nacional, em 2015/2016, para 34 milhões de toneladas, aproximadamente 5% a menos em relação ao período anterior.

Com isso, após cinco anos de superávit da produção sobre a demanda, a safra global 2015/2016 apresentou um déficit forte o suficiente para elevar os preços do produto no mercado internacional para patamares acima dos US\$ 20/lb, nível observado pela última vez em meados de 2012. No curto prazo, não devemos observar um aumento significativo na produção mundial e espera-se um novo saldo negativo para o próximo ciclo.

Para o Centro-Sul do Brasil, que passou por uma estiagem no início desta safra, geadas no inverno, além do baixo nível de reforma observado nos últimos anos, existe grande probabilidade de que o volume colhido na safra de cana de 2016/2017 seja repetido no próximo período. No caso do Nordeste, apesar do clima mais favorável previsto para a próxima safra, não deve ocorrer uma grande recuperação da produção, em face da crise financeira enfrentada pela maioria das usinas da região.

A Índia, com perdas nos plantios no ano anterior, terá redução na área plantada e poderá sofrer mais uma queda na produção de cana, com a oferta de açúcar em patamares inferiores ao consumo doméstico, o que levará a um enxugamento de seus estoques.

O cenário, portanto, é de preços firmes para o açúcar no mercado internacional, mantendo a expectativa de melhor desempenho operacional das indústrias, ainda que uma grande retomada dos investimentos não seja algo esperado no curto prazo, em razão do aprofundamento da crise financeira dessas usinas, conforme observado nos últimos anos.

No caso do etanol, a situação também é favorável, uma vez que a oferta restrita de cana na safra 2016/2017 e o maior direcionamento dessa matéria-prima para a produção de açúcar reduziram sua oferta, fazendo com que os preços ficassem em patamares superiores aos observados no ano anterior.

No entanto, permanece nesse mercado um questionamento quanto à capacidade do País em atender à sua demanda de combustíveis. A recuperação da economia, aliada ao “Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 da Petrobras”, que menciona em seu relatório “preços competitivos para os derivados de petróleo”, são fatores que tendem a acarretar um aumento do consumo dos combustíveis. Nesse caso, se o crescimento da oferta de etanol for limitado, isso implicaria a elevação das importações de gasolina no longo prazo.

Sendo assim, uma reestruturação da política para o etanol com o reconhecimento das externalidades positivas deste combustível é algo de suma importância para o cenário energético nacional, tanto pela deficiência atual na infraestrutura de importação de combustíveis quanto pela necessidade de manter o País em condições de cumprir seu compromisso internacional assumido na COP 21, em Paris, e ratificado pelo Congresso Nacional, de redução das emissões de gases de efeito estufa. Este destaca o estímulo aos biocombustíveis e a ampliação da participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira, contribuindo, assim, com o esforço global de manter o crescimento da temperatura mundial abaixo de 2 graus Celsius até o fim deste século.

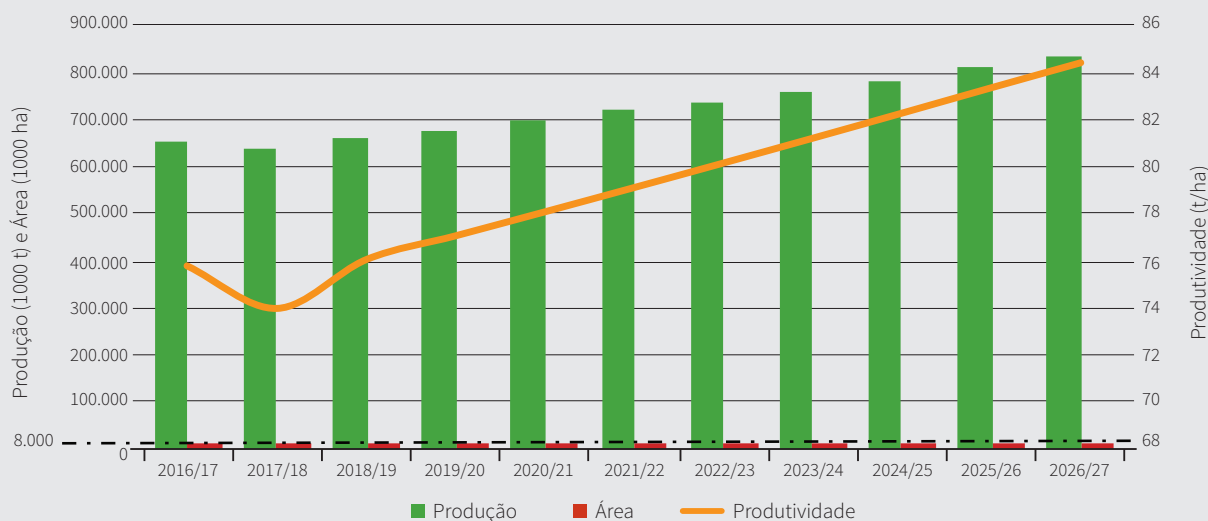
O Brasil tem a vantagem de dispor de tecnologia, capacidade de produção e infraestrutura para distribuição deste biocombustível que nenhum País possui.

Produção, Área e Produtividade Brasileira de Cana-de-Açúcar

Produção
27% ↗

Área Plantada
14% ↗

Produtividade
11% ↗

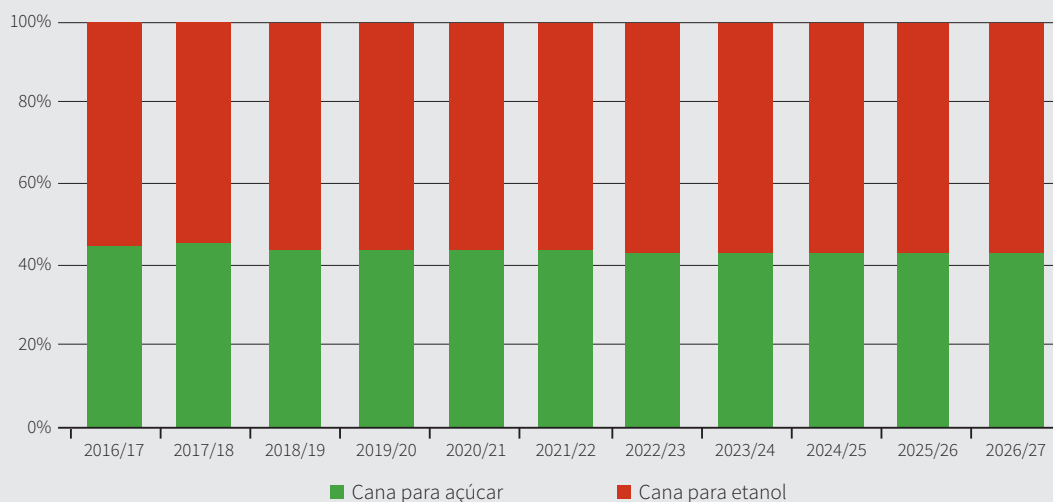


Destino da Cana-de-Açúcar

Mix
2026/27

Açúcar
43%

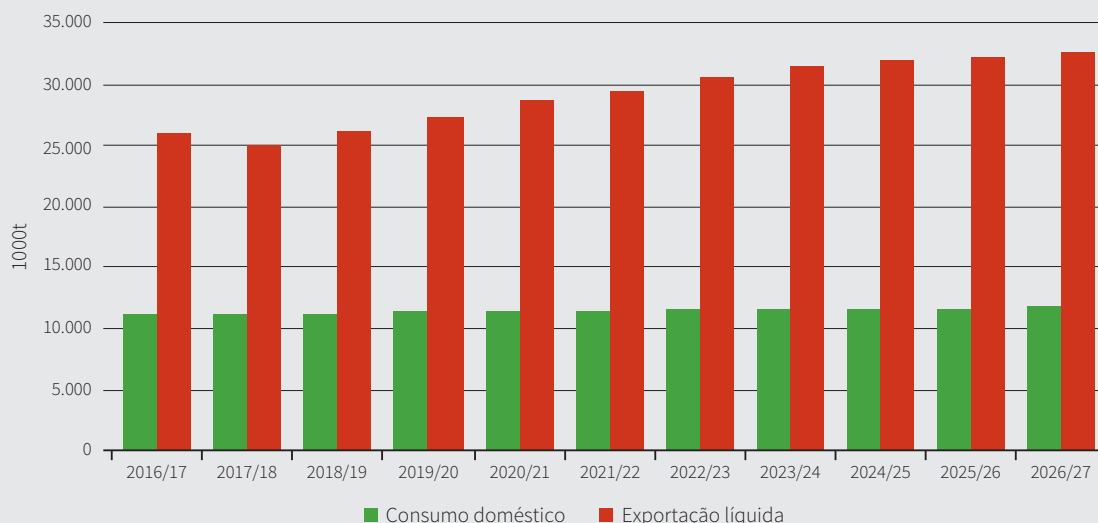
Etanol
57%



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Açúcar

Consumo doméstico
6% ↗

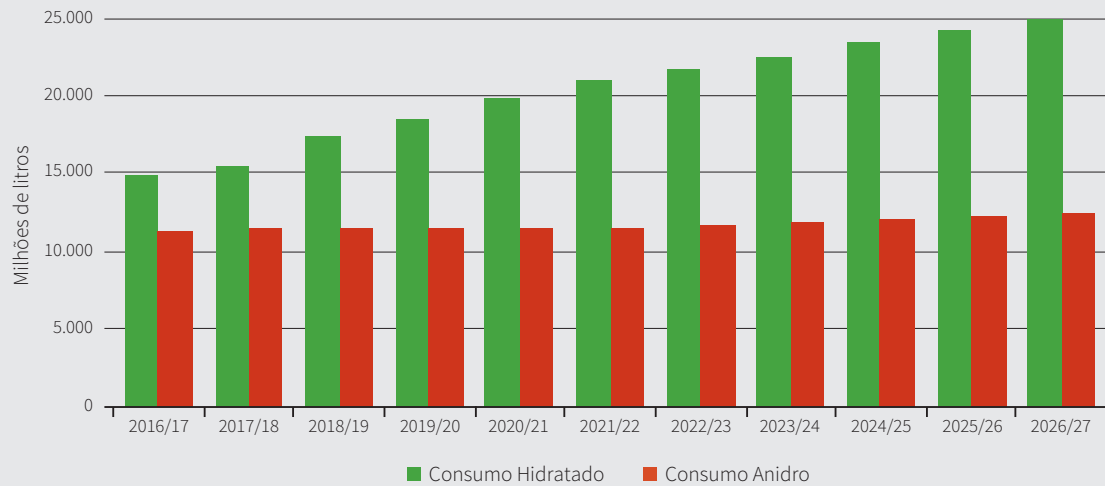
Exportação líquida
25% ↗



Consumo Doméstico de Etanol Anidro e Hidratado

Consumo Etanol Hidratado **68%** ↗

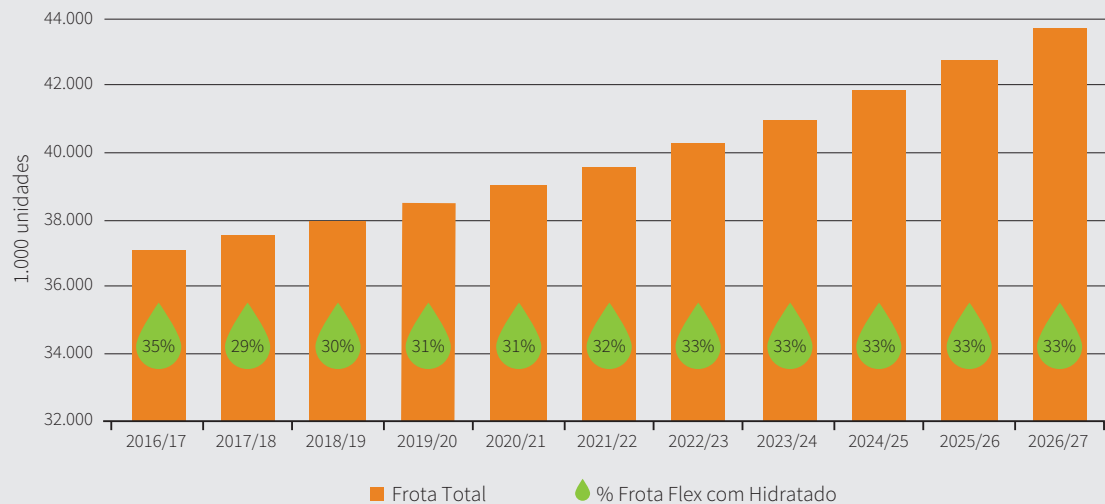
Consumo Etanol Anidro **10%** ↗



Evolução da Frota Brasileira de Veículos

36

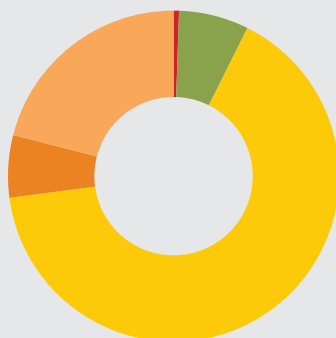
% Frota Flex com hidratado **33%** em 2026/27



Participação Regional na Produção de Cana-de-Açúcar

2016/17

Produção Total: 654,7 Milhões de Toneladas

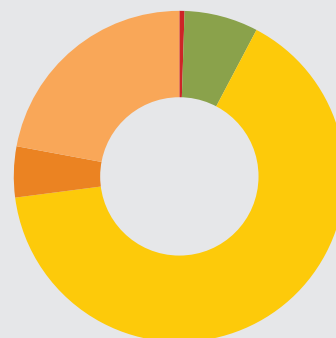


Participação*:

- Norte 1%
- Nordeste 7%
- Sudeste 66%
- Sul 6%
- Centro-Oeste 21%

2026/27

Produção Total: 833,0 Milhões de Toneladas



Participação*:

- Norte 1%
- Nordeste 7%
- Sudeste 65%
- Sul 5%
- Centro-Oeste 22%

Nota:* A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ETANOL

em 2026/2027

Cana-de-Açúcar



Área
(hectares)

9,9mi

↑ crescimento
de 14%

Produção
(toneladas)

833,0mi

↑ crescimento
de 27%

Produtividade
(t/ha)

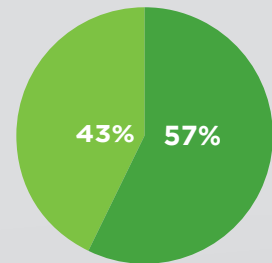
84

↑ crescimento
de 11%

(em relação à safra 2016/2017)

Mix de produção

2026/27



■ Açúcar ■ Etanol



Açúcar

Produção
(t)

44,3mi

↑ crescimento
de 19%

Exportações
líquidas (t)

32,6mi

↑ crescimento
de 25%

Demanda
doméstica (t)

11,7mi

↑ crescimento
de 6%

(em relação à safra 2016/2017)



37

frota brasileira
de veículos leves

43,7 mi unidades

33% flex hidratado



Etanol

Produção
(litros)

38,9bi

↑ crescimento
de 40%

Exportações
líquidas (l)

1,4bi

↑ crescimento
de 75%

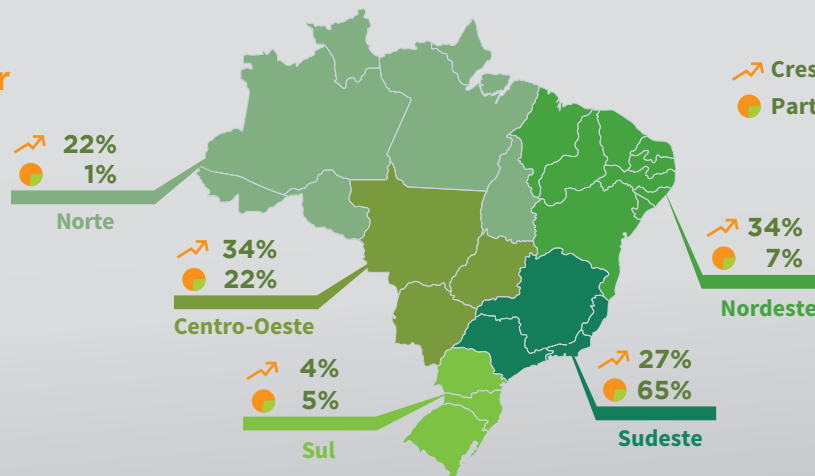
Demanda
doméstica (l)

37,5bi

↑ crescimento
de 43%

(em relação à safra 2016/2017)

produção de cana-de-açúcar por região



Notas: *Comparativo entre as safras 2016/2017 e 2026/2027 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



CELULOSE

Durante o ano de 2015, o setor de papel e celulose beneficiou-se da valorização de quase 50% do dólar em relação ao real, bem como do aumento da cotação da celulose no mercado internacional. Os preços em reais atingiram níveis recordes no começo do ano e essa situação deu às empresas do setor a oportunidade de obterem rentabilidades excelentes e de melhorar significativamente suas condições financeiras.

Em razão da conjuntura de mercado, o setor foi capaz de sustentar os investimentos previstos. No fim de outubro de 2015, a empresa Fibria lançou a pedra fundamental do Projeto Horizonte 2, cuja expansão da produção de celulose de eucalipto fará a unidade fabril de Três Lagoas (MS) passar do atual volume de 1,3 milhão de toneladas por ano para 3,05 milhões de toneladas.

Outra companhia, a Eldorado Brasil, também deu andamento à construção da sua segunda linha de produção de celulose com o Projeto Vanguarda, na mesma cidade sul-mato-grossense, com previsão de iniciar a produção a partir de 2018. A expansão somará 2 milhões de toneladas de celulose ao volume atual, de 1,7 milhão, que a empresa produz anualmente.

Por sua vez, a Klabin inaugurou o Projeto Puma, em Ortigueira (PR), em março de 2016. A unidade fabril tem capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose, que será dividida entre os três tipos: fibra curta (eucalipto), longa e *fluff* (pinus).

O aumento da oferta global teve reflexos nos preços mundiais da celulose de fibra curta, a partir da entrada recente em operação de novas unidades de celulose, como as da CMPC Celulose Riograndense, em Guaíba (RS), da Klabin, em Ortigueira (PR), como já mencionado, e da Stora Enso, no Uruguai, além de uma planta da Asia Pulp and Paper, na Indonésia.

Observamos desde o começo do ano a redução nos preços nacionais, agravados pela desvalorização do dólar ante o real. Para ilustrar, as cotações em reais em agosto de 2016 ficaram 24% abaixo do mesmo mês do ano anterior.

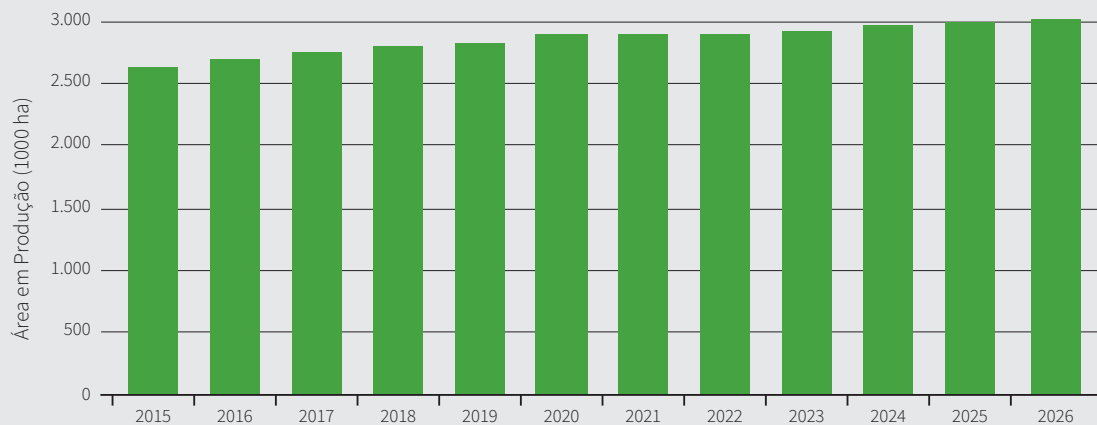
Apesar da queda, os preços atuais ainda estão em patamares relativamente elevados e, se o mercado permanecer nesses níveis, dará condições para que a indústria opere dentro de condições adequadas de rentabilidade.

Nesse sentido, espera-se que a demanda nos mercados europeu e asiático continue aquecida. Porém, uma eventual desaceleração da China pode afetar o preço da celulose, evitando que ela atinja patamares de preços superiores no mercado internacional.

Nessa conjuntura, os projetos previstos no Brasil devem se desenvolver, enquanto as condições menos favoráveis para investimentos em outros países, com custos mais elevados, podem restringir o aumento da capacidade de produção mundial, dando mais estabilidade ao mercado no longo prazo.

Área com Florestas Plantadas para a Produção de Celulose no Brasil

Área Plantada
16% ↗



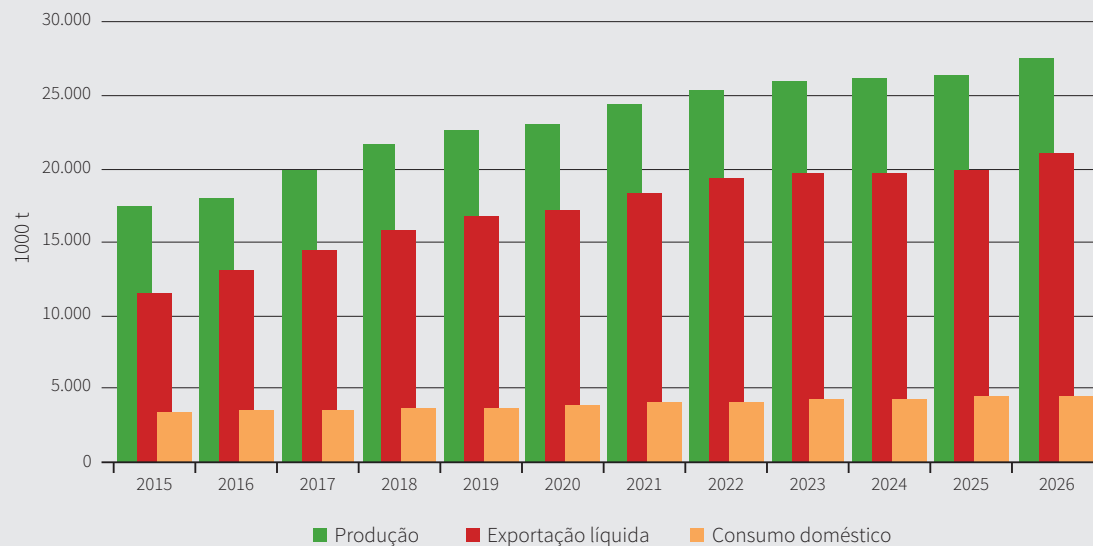
Oferta e Demanda de Celulose no Brasil

Produção
59% ↗

Consumo doméstico
35% ↗

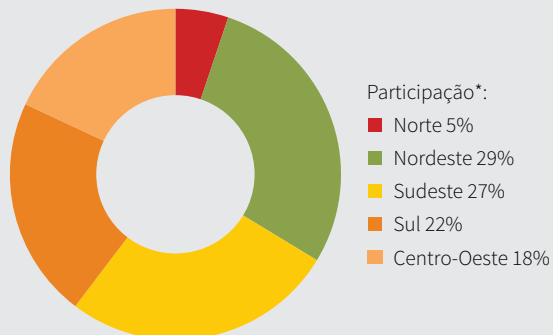
Exportação líquida
82% ↗

40

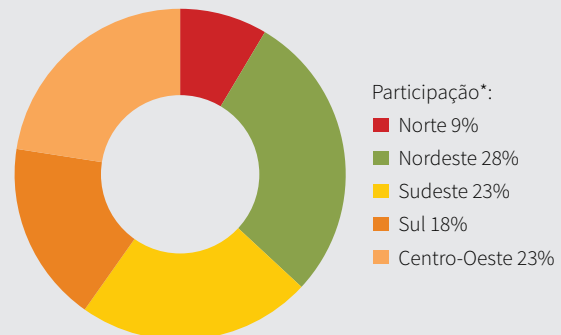


Participação Regional na Área Plantada com Eucalipto para a Produção de Celulose

2015
Total: 2,6 Milhões de Hectares



2026
Total: 3,0 Milhões de Hectares



Nota*: A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

CELULOSE

em 2026



3,0 MILHÕES

de hectares plantados com eucalipto

📈 crescimento de +1,3% a.a. ou 16% em relação à safra 2015



27,6 MILHÕES

de toneladas produzidas de celulose

📈 crescimento de +4,3% a.a. ou 59% em relação à safra 2015

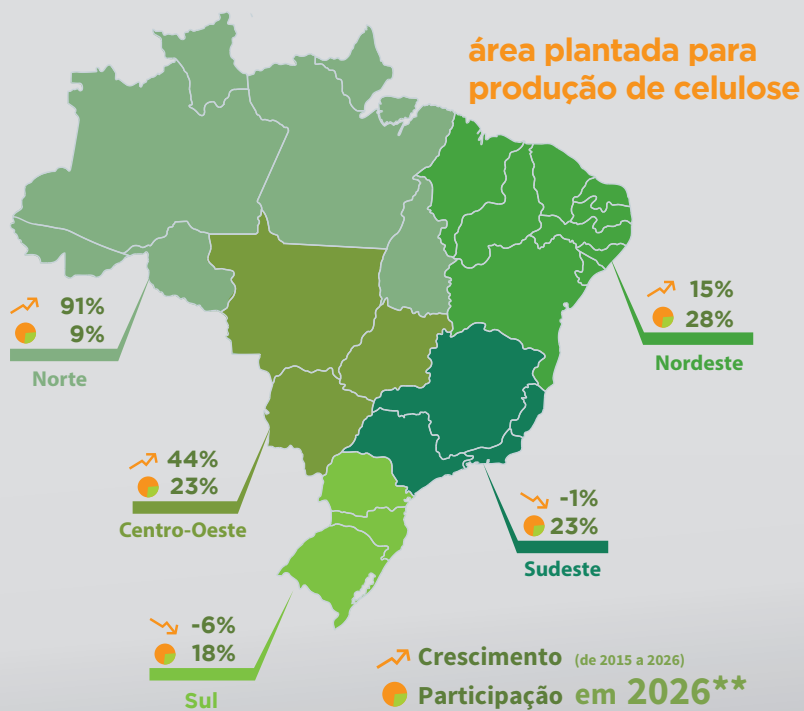
41



21,0 MILHÕES

de toneladas líquidas exportadas

📈 crescimento de 82% em relação à 2015



demanda doméstica

3,4
milhões de t
2015



4,6
milhões de t
2026

📈 crescimento de 35% (+2,8% a.a.)

Notas: *Comparativo entre as safras 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



FEIJÃO

O feijão é um item básico na dieta dos brasileiros, razão pela qual o seu consumo é pouco influenciado pela atividade econômica do País, assim como pelos preços do produto. Na verdade, a queda de renda tende a favorecer a demanda pelo grão, pois a população costuma substituir as fontes de proteína mais caras, como as carnes, por outras mais baratas, a exemplo do feijão.

A oferta nacional é composta de três safras e o seu cultivo ocorre em praticamente todo o território, em diferentes períodos do ano, permitindo um abastecimento relativamente estável ao longo do tempo.

42

Como o seu consumo varia pouco, oscilações momentâneas na oferta e na qualidade do produto afetam fortemente os preços. Em anos de quebra de safra, esse é um produto que costuma impactar de forma significativa os índices de inflação, já que tem uma participação elevada na composição da cesta alimentar dos brasileiros.

Uma combinação de fatores externos e internos ao seu cultivo colocou o feijão em destaque no ano de 2016. A crise econômica que o País vive e a consequente redução geral de renda da população fizeram com que o brasileiro passasse a consumir mais feijão, elevando a demanda interna. Ao mesmo tempo, o clima mais seco no Nordeste e o excesso de chuvas no Sul causaram quebras na produção e o resultado foi um efeito explosivo nos preços. Em julho de 2016, por exemplo, o preço do feijão cariquinho chegou a aumentar 225% em relação ao mesmo mês do ano passado, contribuindo significativamente para os índices de inflação observados nesse período.

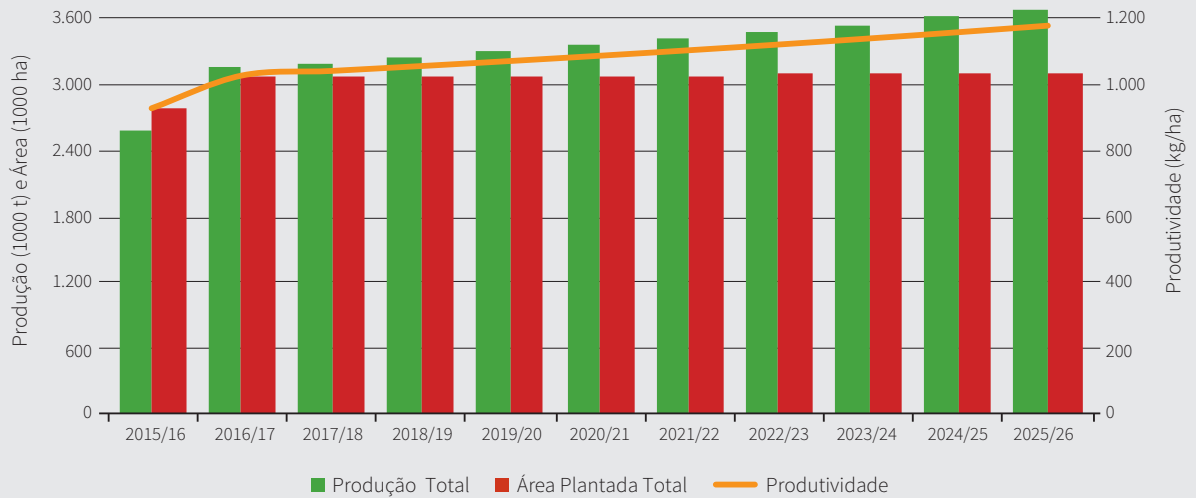
Em resposta aos elevados preços observados nesta safra, combinados com a redução dos custos com fertilizantes, melhorando consideravelmente as margens dos produtores, é possível notar uma tendência de crescimento da área plantada, sendo esperada a normalização nesse mercado, à medida que as novas safras sejam colhidas. No futuro, a melhora da situação econômica e da renda favorecerá a volta da demanda por proteínas animais, reduzindo a pressão sobre as fontes vegetais. Com isso, o mercado entrará em novo equilíbrio e os preços voltarão aos patamares normais, retomando a tendência natural de longo prazo para a cultura.

Produção, Área e Produtividade Brasileira do Feijão

Produção **42%**

Área Plantada **12%**

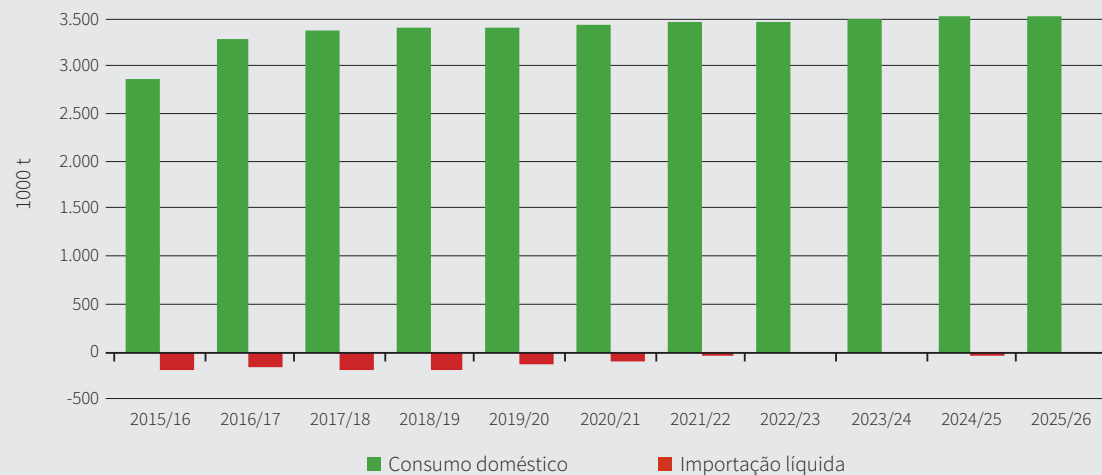
Produtividade **28%**



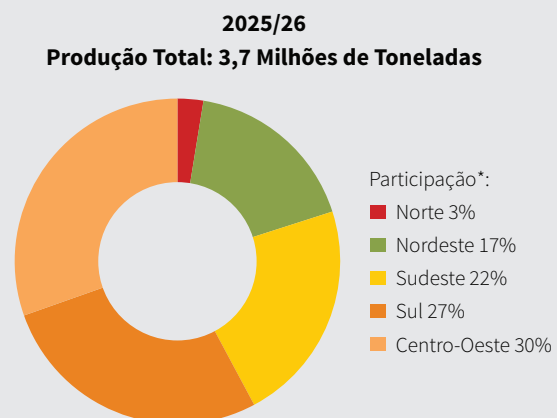
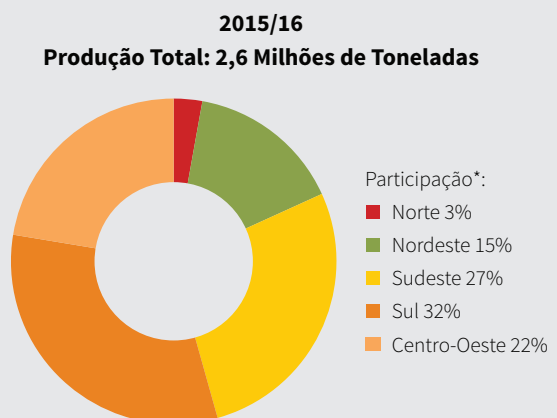
Consumo Doméstico e Importação Líquida de Feijão

Consumo doméstico **23%**

Não haverá importação em 2025/26



Participação Regional na Produção de Feijão



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

FEIJÃO

em 2025/2026



3,1 MILHÕES

de hectares plantados

📈 crescimento de +1,1% a.a. ou 12% em relação à safra 2015/2016



3,7 MILHÕES

de toneladas produzidas

📈 crescimento de +3,6% a.a. ou 42% em relação à safra 2015/2016



importações líquidas

📉 redução de 100%

28%

será o crescimento da produtividade (t/ha)

0,9
2015/2016



1,2
2025/2026

44

consumo per capita
(kg/hab/ano)

16,1
2015



15,7
2026

📉 redução de 2% em relação a 2015

demanda doméstica

2,9
milhões de t
2015/16



3,5
milhões de t
2025/26

📈 crescimento de 23% (+2,1% a.a.)

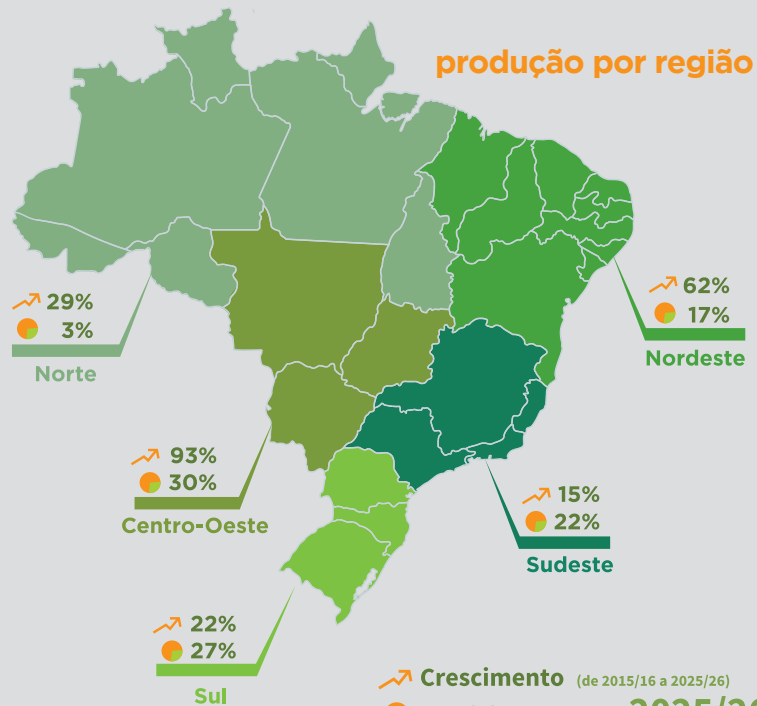
participação no total produzido

37%
1ª safra

37%
2ª safra

26%
3ª safra

produção por região



📈 Crescimento (de 2015/16 a 2025/26)

● Participação em 2025/26**

Notas: *Comparativo entre as safras 2015/2016 e 2025/2026 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



MILHO

O ano de 2016 foi marcado por uma expressiva quebra da segunda safra de milho, em consequência do clima irregular. Somada a isso, a pequena oferta da primeira safra, reflexo da redução da área plantada, aliada às expressivas exportações ocorridas nos primeiros meses do ano, resultou em acentuado aumento dos preços do grão, com forte impacto no mercado interno, especialmente para as indústrias que dependem do milho como a principal matéria-prima para a sua produção.

No caso das carnes, principalmente de aves e suínos, os custos elevados fizeram com que a rentabilidade dos produtores fosse afetada, a ponto de integradoras tradicionais deixarem a atividade. A dinâmica desse mercado foi substancialmente alterada: a fim de abastecer o mercado interno, muitas indústrias de carnes tiveram de importar milho do Paraguai e da Argentina, e os preços internos, em vez de se balizarem pela paridade de exportação, como normalmente acontece, tiveram a paridade de importação como base para precificação, descolando a realidade interna do mercado internacional. Com isso, parte das exportações previstas foi cancelada e as importações aumentaram significativamente.

Resultou desse cenário um ajuste em termos de oferta, realizado por alguns segmentos do setor de proteínas animais. No caso do setor de suínos, isso se traduziu em maior abate de matrizes e, na produção de aves, houve uma significativa redução do alojamento de pintinhos.

A situação observada em 2016 trará reflexos também para a próxima safra. Se, nos últimos anos, a área destinada ao cultivo da soja vem mostrando expressivos aumentos, inclusive sobre o milho, com acréscimos de até 2,5 milhões de hectares, como observado no período 2012/2013, a próxima safra, 2016/2017, mostrará uma retomada da área de milho na primeira safra, contrariando a tendência até então.

Embora o ritmo de crescimento esperado para a soja seja menor, ela continua sendo a principal opção de cultivo, porém, os excelentes preços do milho ao longo de 2016 promoveram um ambiente favorável para a retomada do plantio na safra de verão e a continuidade da expansão de área desse cereal na segunda safra da temporada 2016/2017.

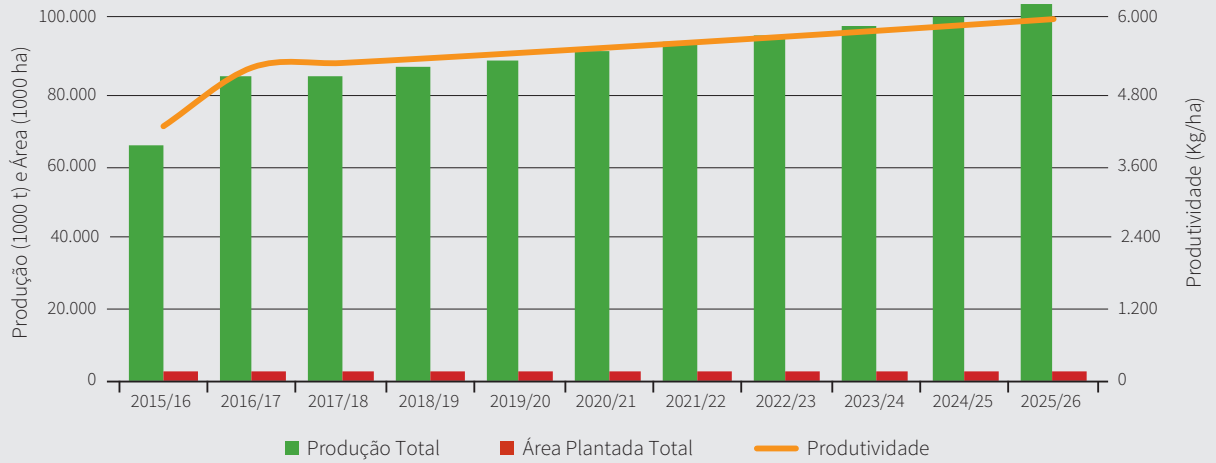
No cenário-base de nossas projeções, que parte da premissa de um clima favorável ao cultivo, a oferta interna de milho se regularizará durante o próximo ano e os preços cederão, retornando para a paridade de exportação.

Do ponto de vista internacional, os preços estarão pressionados pela safra recorde colhida pelos EUA e pela perspectiva de aumento da área plantada na Argentina, devido ao diferencial tributário em relação à soja. Por outro lado, existe uma perspectiva de redução na área plantada na China, segundo maior produtor mundial, em decorrência das mudanças na política agrícola do país, que devem impulsionar suas importações no longo prazo.

Ademais, a sinalização que fica sobre o quadro do milho nesse último ano é de que o Brasil, definitivamente, se consolidou como um importante player no mercado mundial. O produto brasileiro vem sendo preferido por sua qualidade e a redução do volume exportado em 2016 trouxe a necessidade de adaptação dos compradores, que já haviam negociado suas aquisições. Em 2017, a dinâmica da produção permitirá, além da regularização do mercado interno, uma retomada dos embarques, com crescimento significativo das exportações.

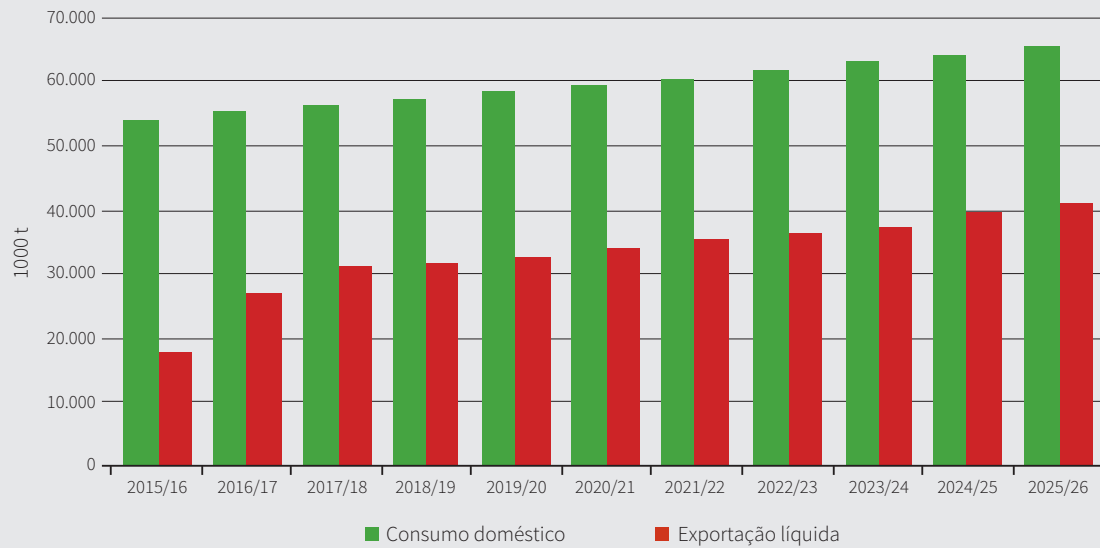
Produção, Área e Produtividade Brasileira do Milho

Produção **59%** ↗
 Área Plantada **12%** ↗
 Produtividade **42%** ↗

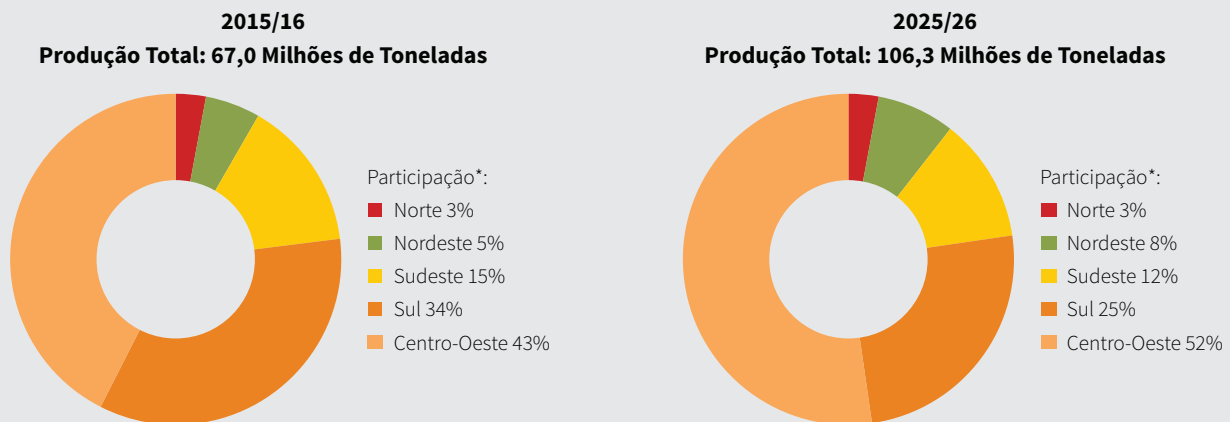


Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Milho

Consumo doméstico **21%** ↗
 Exportação líquida **168%** ↗



Participação Regional na Produção de Milho



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

MILHO

em 2025/2026



17,8 MILHÕES

de hectares plantados

↗ crescimento de +1,1% a.a. ou 12% em relação à safra 2015/2016



106,3 MILHÕES

de toneladas produzidas

↗ crescimento de +4,7% a.a. ou 59% em relação à safra 2015/2016

42%

será o crescimento da produtividade (t/ha)



48



41 MILHÕES

de toneladas líquidas exportadas

↗ crescimento de 168% em relação à safra 2015/2016

produção por região



demanda doméstica

54,0 milhões de t 2015/2016



65,4 milhões de t 2025/2026

↗ crescimento de 21% (+1,9% a.a.)

89%

crescimento na produção de milho 2ª safra

73%

participação da 2ª safra na produção total de milho em 2025/2026

Notas: *Comparativo entre as safras 2015/2016 e 2025/2026 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



SOJA: GRÃO, FARELO E ÓLEO

O clima foi um grande desafio para a safra brasileira de soja 2015/2016. Problemas de seca em algumas regiões e excesso de chuva na colheita em outras frustraram a expectativa inicial, que era de um nível de produção acima dos emblemáticos 100 milhões de toneladas. No fim das contas, as perdas fizeram com que a produção fechasse o ciclo com um volume ligeiramente abaixo do registrado na safra anterior.

Os efeitos do El Niño sobre a produtividade nas regiões Norte e Nordeste já eram aguardados, mas a intensidade foi mais forte do que a esperada, principalmente na região do MAPITOBA, que acabou amargando mais um ano de quebra de safra. Nesse caso, as quebras significativas afetaram a dinâmica de crescimento da região, pois os problemas financeiros enfrentados pelos produtores tendem a refrear os investimentos, já que a produção de grãos cumpre um papel destacado nas economias desses estados.

Mesmo a Região Sul, que costuma se beneficiar do fenômeno, teve redução de produtividade pelo motivo oposto: excesso de chuva, que prejudicou principalmente as áreas de baixada mais suscetíveis ao alagamento.

Para 2016/2017, a previsão é de um ano de safra boa e recuperação da produção nacional. O clima neutro ou sob os efeitos de uma La Niña fraca, se, por um lado, pode trazer maior risco para a Região Sul, por outro, trará maior regularidade às safras do Norte e do Nordeste (Cerrado), ajudando a região a recuperar sua participação no volume total produzido.

Outro fator que estará presente na temporada atual é a continuidade do crescimento da área total plantada, porém, em escala menor à de anos anteriores. Depois de um ciclo de incremento acelerado, onde foram observados acréscimos de área plantada acima de 2,5 milhões de hectares, como na safra 2012/2013, a expectativa é de números mais modestos na safra 2016/2017, até porque é esperada alguma migração de área para o milho de primeira safra, estimulada pelos preços remuneradores do produto ao longo de 2016.

A queda no investimento em novas áreas já era esperada, uma vez que as restrições de crédito e os problemas de produção ocorridos na safra anterior limitaram a disponibilidade de capital dos produtores. Nesse sentido, algumas regiões, como o

MAPITOBA, estão mais críticas e levarão mais tempo para que haja uma retomada do crescimento. No Centro-Oeste, apesar da quebra na segunda safra de milho, os produtores colheram uma safra razoável de soja e estão em situação um pouco melhor. Além disso, as melhorias logísticas devem favorecer um crescimento mais acentuado da produção nos próximos anos, especialmente nas fronteiras mais ao norte da região.

O esmagamento para a produção de óleo e farelo seguirá como importante direcionador da demanda, mas o principal vetor da produção de soja grão será mesmo o mercado externo.

A demanda doméstica será substancialmente influenciada pela maior necessidade de esmagamento do grão no País, seja para a obtenção de farelo, em atendimento à alimentação animal, como consequência da boa performance da pecuária, seja para a indústria de óleos comestíveis e para o biodiesel, considerando as metas estabelecidas para sua mistura no diesel.

Do ponto de vista do consumo doméstico, embora o setor de carnes continue empregando cada vez mais farelo na composição das rações para animais, atualmente é a demanda por óleo combustível e comestível que determina o volume de soja industrializado. O incremento do uso de biodiesel, em razão do aumento da mistura determinada pelo governo, somado ao consumo de óleo comestível, produz uma quantidade de farelo, resultante do esmagamento, que excede a demanda para a alimentação animal, o que gera excedentes exportáveis do produto para atender os mercados mundiais. Na medida em que a mistura de biodiesel no diesel for elevada até atingir os níveis previstos de 10% nos próximos anos, necessitaremos aumentar o esmagamento para atender esse mercado. Apesar disso, a soja continuará sendo o principal item exportado pelo Brasil e a participação da industrialização no total produzido prosseguirá caindo nos próximos anos.

Sob a ótica da oferta mundial, além da expectativa de boa participação brasileira, a excelente safra de soja americana está pressionando os preços globais da oleaginosa, apesar da forte demanda, principalmente da China, que continua importando volumes recordes.

Além disso, dois movimentos importantes de curto prazo em sentido contrário tendem a mitigar os impactos que poderiam causar ao mercado: na China, a redução dos subsídios ao plantio de milho deve propiciar a migração de algumas áreas para a soja e outros cultivos. Por outro lado, no caso da Argentina, a mudança na política agrícola implementada pelo novo governo trouxe, em um primeiro momento, benefícios maiores para a produção de milho e trigo, já que as taxas de exportação foram eliminadas imediatamente para esses produtos, enquanto, no caso da soja, a política adotada foi a redução gradual da tarifa ao longo dos próximos anos. Portanto, no curto prazo, haverá uma tendência de retração no plantio de soja nesse país, o que deve ser revertido progressivamente no tempo.

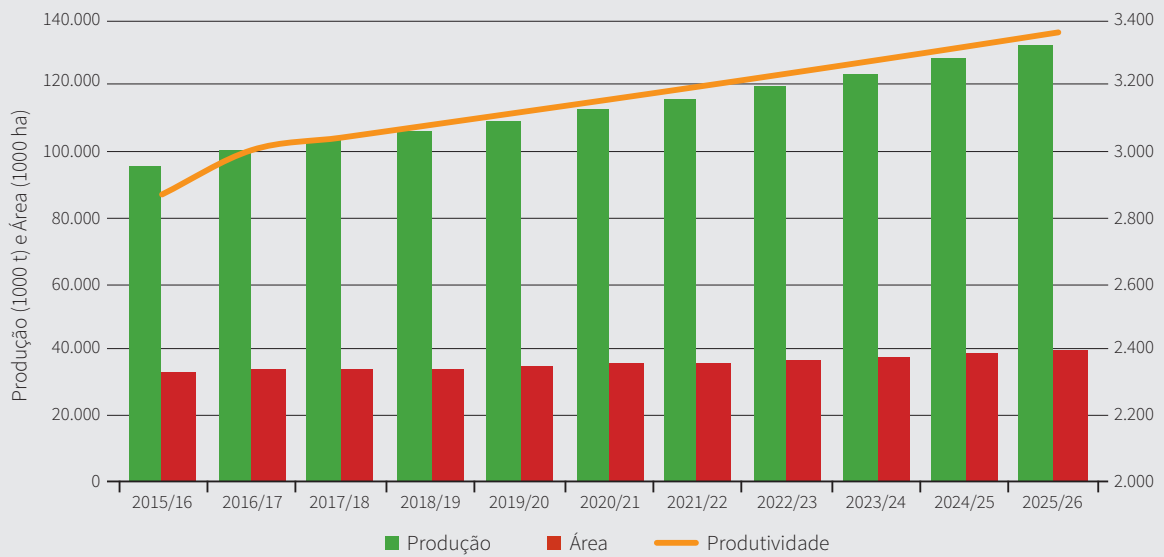
Varição entre 2015/16 a 2025/26

Produção, Área e Produtividade Brasileira de Soja

Produção
39% ↗

Área Plantada
19% ↗

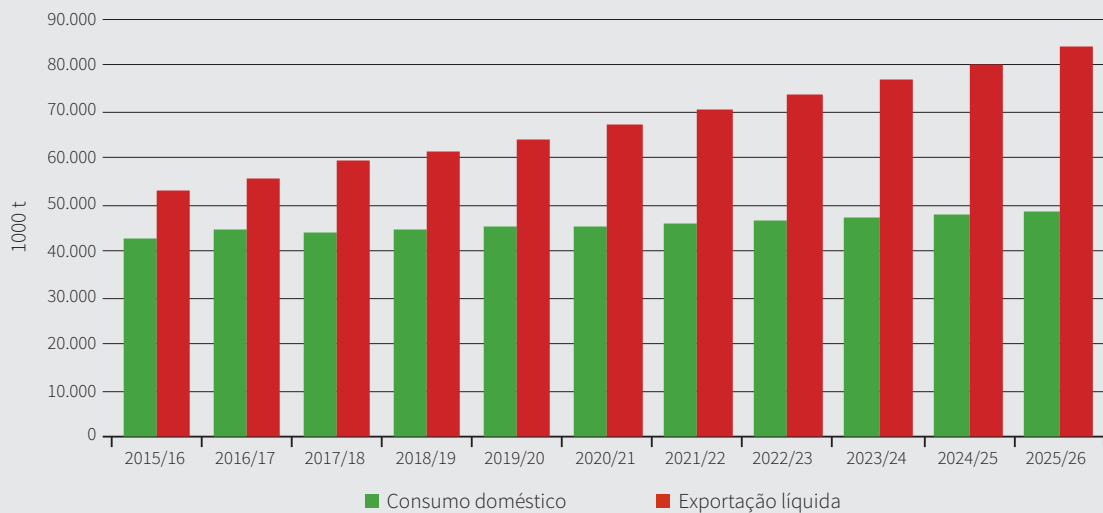
Produtividade
17% ↗



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Soja

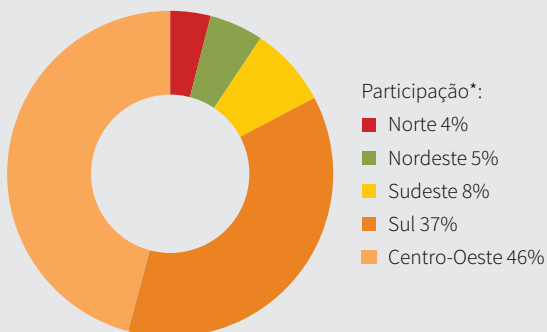
Consumo doméstico
14% ↗

Exportação líquida
58% ↗

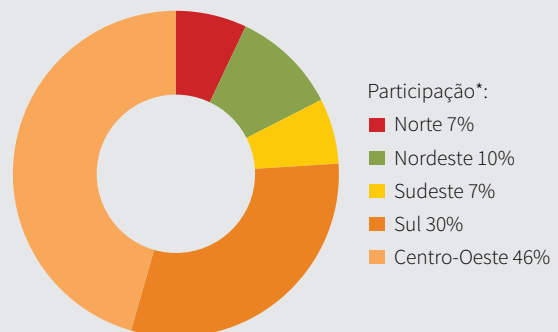


Participação Regional na Produção de Soja

2015/16
Produção Total: 95,4 Milhões de Toneladas



2025/26
Produção Total: 132,9 Milhões de Toneladas



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

SOJA: GRÃO, FARELO E ÓLEO

em 2025/2026



Soja em grão
área plantada
(em milhões de hectares)

39,5mi

📈 crescimento de 19%

17%

será o crescimento da produtividade (t/ha)

2,9
2015/2016



3,4
2025/2026



produção
(em milhões de toneladas)

Soja em grãos

132,9mi

📈 crescimento de 39%

Farelo de Soja

34,8mi

📈 crescimento de 14%

Óleo de Soja

8,9mi

📈 crescimento de 15%



exportações
líquidas
(em milhões de toneladas)

84,3mi

📈 crescimento de 58%

15,3mi

▬ estável

1,3mi

📉 redução de 1%

52



demanda
doméstica
(em milhões de toneladas)

48,6mi

📈 crescimento de 14%

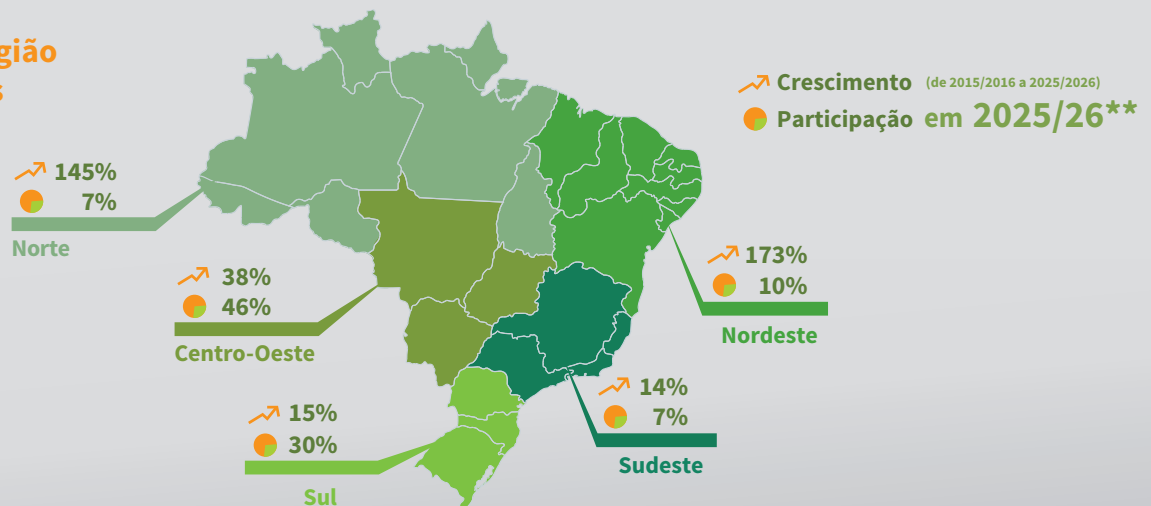
19,5mi

📈 crescimento de 26%

7,5mi

📈 crescimento de 18%

produção por região
de soja em grãos



Notas: *Comparativo entre as safras 2015/2016 e 2025/2026 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



SUCO DE LARANJA

Apesar do contínuo movimento de redução no consumo do produto nos principais mercados mundiais, fundamentada em fatores já mencionados em edições anteriores do Outlook Fiesp, como sua associação com a ingestão de carboidratos e a concorrência com outras bebidas, a queda na oferta de suco tem sido ainda mais significativa. Isso graças aos problemas enfrentados nos dois principais produtores mundiais, o Brasil e os EUA. Com isso, o mercado de suco de laranja concentrado congelado (FCOJ) ficou bastante firme no curto prazo e assim deve permanecer.

Na safra 2015/2016 do segundo maior produtor de laranja do mundo, a Flórida, a oferta de laranja chegou a 81,5 milhões de caixas, redução de 16% em relação ao período anterior. Esse montante está muito abaixo das previsões mais pessimistas divulgadas pela Florida Citrus Commission, as quais, em outubro de 2015, apontavam para um volume em torno de 96 milhões de caixas.

Para 2016/2017, as principais consultorias americanas especializadas em citros já estimam uma safra de 60,5 milhões de caixas. Da mesma forma, o número é inferior às piores previsões de longo prazo da *Citrus Commission*.

No Brasil, a safra 2016/2017 repete uma nova queda na produção, após a já reduzida oferta em 2015/2016, que sofreu com a estiagem e as altas temperaturas, impactando as floradas nas principais regiões produtoras. Assim, com os dois maiores produtores mundiais reduzindo a produção, os estoques de suco de laranja globais chegarão, no final da safra atual, ao patamar mais baixo em décadas.

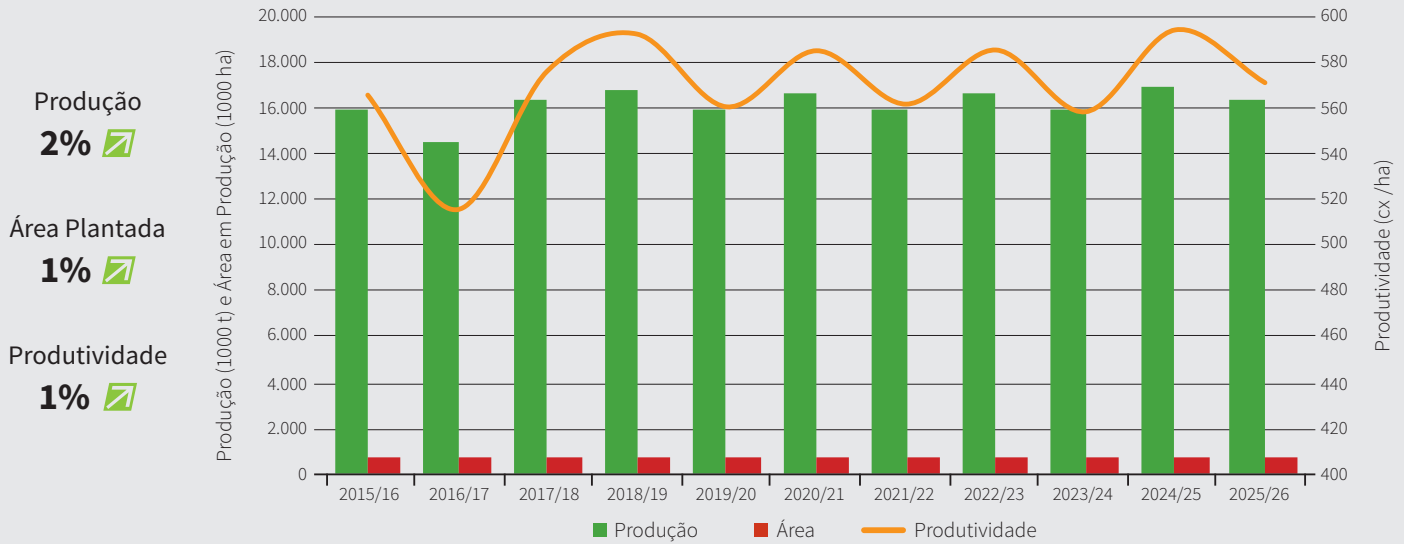
Ainda que o consumo não tenha apresentado sinais de recuperação, os níveis baixíssimos dos estoques serviram de suporte para que os preços do FCOJ em julho subissem mais de 50% em relação ao mesmo mês do ano passado, voltando a patamares ao redor de US\$ 180,00/lb.

Assim, apesar da quebra na produção, os preços internacionais firmes e o dólar ainda valorizado permitiram uma recomposição de margens para os produtores.

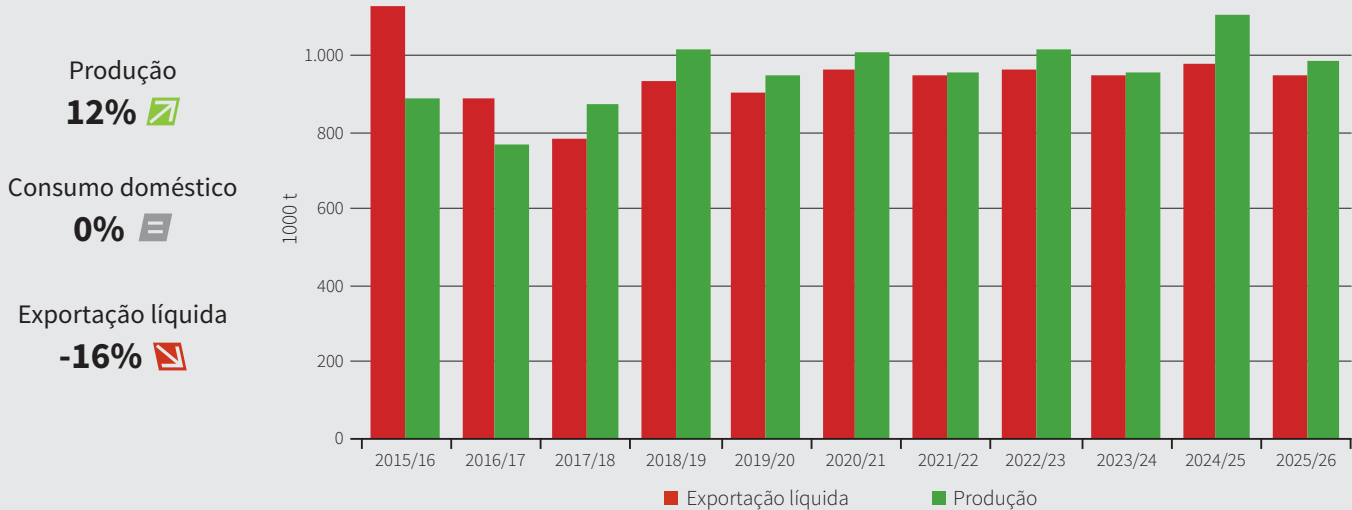
No curto prazo, bons preços tanto para o suco quanto para o fruto devem ser uma realidade, até o ponto em que a oferta seja retomada de forma mais concreta, principalmente no Brasil, uma vez que os problemas fitossanitários da Flórida parecem estar longe de uma solução imediata e mais definitiva.

A grande questão estrutural para o setor é a retomada do consumo global tanto pelos países desenvolvidos, o que somente se viabilizaria por uma mudança na imagem do produto como alimento natural saudável e sua reintrodução na dieta das populações, quanto pela concretização do potencial dos mercados emergentes, principalmente na China e na Índia, onde, apesar do crescimento observado, os níveis de consumo per capita ainda são bastante reduzidos.

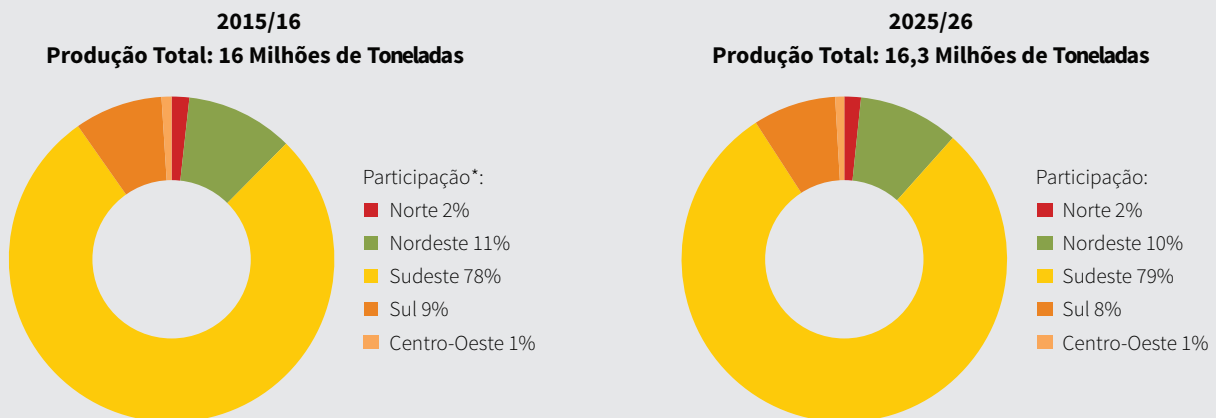
Produção, Área e Produtividade Brasileira de Laranja



Produção e Exportação Líquida de Suco de Laranja



Participação Regional na Produção de Laranja



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, são explicadas pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

SUCO DE LARANJA

em 2025/2026



699 MIL

hectares de laranja plantados

↑ crescimento de +0,1% a.a. ou
1% em relação à safra 2015/2016



16,3 MILHÕES

de toneladas de laranjas produzidas

↑ crescimento de +0,2% a.a. ou
2% em relação à safra 2015/2016



987 MIL

toneladas de suco de laranja produzidos

↑ crescimento de +1,1% a.a. ou
12% em relação à safra 2015/16

1%

será o crescimento da produtividade (cx de 40,8 kg/ha)

566
2015/2016



571
2025/2026

56

**demanda doméstica
de suco de laranja**

35
mil t
2015/2016



35
mil t
2025/2026

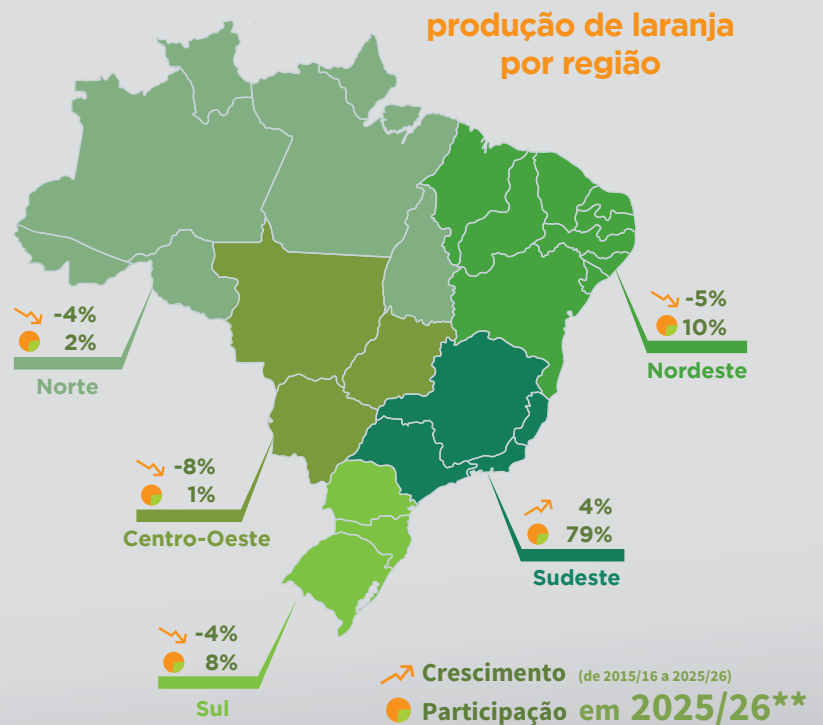
≡ estável



950 MILHÕES

de toneladas líquidas exportadas de suco de laranja

↓ queda de -16% em relação
à safra 2015/2016



Notas: *Comparativo entre 2015/16 e 2025/26 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



TRIGO

A oferta mundial de trigo vem há alguns anos mostrando um crescimento superior ao consumo, o que tem levado a uma recomposição dos estoques, pressionando os preços internacionais. Uma análise geral e mais apressada desse fato indicaria que os países produtores teriam pouco incentivo para expandir suas áreas de plantio.

Porém, contrariando a lógica, na temporada 2016/2017 haverá crescimento da área cultivada na América do Sul, pois, graças às mudanças políticas ocorridas na Argentina no fim de 2015, o trigo passou a ser uma atividade lucrativa. A eliminação das taxas de exportação (*retenciones*) trouxe de volta a competitividade da cultura em relação à produção de soja, promovendo a recuperação da oferta do principal fornecedor de trigo para o mercado brasileiro.

No Brasil, alguns fatores ocorridos em 2016 fizeram com que a área plantada com o grão fosse menor. Com a queda dos preços internacionais e a valorização do real, o resultado financeiro da cultura ficou bastante prejudicado e, como o milho segunda safra vem mostrando melhor rentabilidade comparativa, tem sido comum o trigo ser deixado como segunda opção de plantio, principalmente no Paraná, onde é possível o cultivo de ambas as culturas.

Por outro lado, no mesmo ano, uma situação atípica de demanda conferiu alguma sustentação ao mercado. Com a quebra da safrinha, o milho alcançou preços muito altos no mercado interno e fez com que o trigo fosse utilizado em substituição de parte desse milho na composição de rações para os animais. Embora esse fato tenha elevado principalmente a demanda do produto de pior qualidade, isso não foi suficiente para reverter a baixa rentabilidade dos produtores e essa forma de utilização, não convencional, não deve se repetir nos próximos anos, a menos que ocorra uma nova escassez de milho no mercado, o que, a princípio, não é esperado.

Apesar desses fatores, o País deve colher uma boa safra em 2017, com destaque esperado para a produtividade.

No longo prazo, a competição por área com outras culturas e as limitações climáticas, além da concorrência com o produto importado, continuarão restringindo a oferta interna do grão, salvo a estruturação de uma política de governo mais ostensiva voltada à cultura, e o Brasil seguirá dependente da importação para atender a grande parte do consumo doméstico. Ao mesmo tempo, a demanda de uma indústria alimentícia cada vez mais exigente faz com que o trigo seja objeto constante de pesquisa e desenvolvimento de novos cultivares para o produtor, o que seguirá aprimorando, de forma contínua, a qualidade do grão ofertado.

Produção, Área e Produtividade Brasileira de Trigo

Produção
49% ↗

Área Plantada
9% ↗

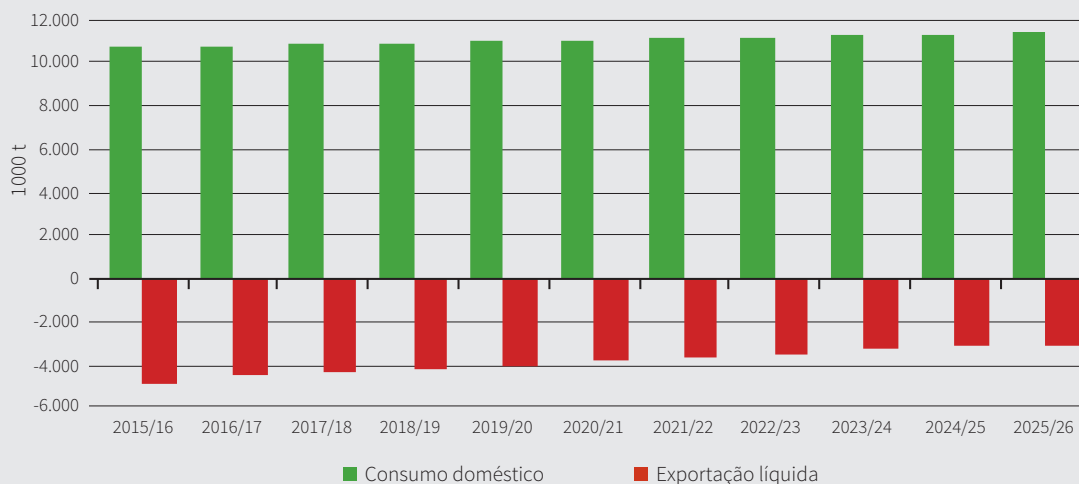
Produtividade
37% ↗



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Trigo

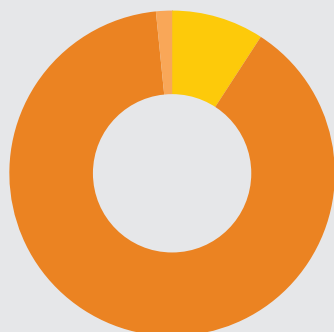
Consumo doméstico
6% ↗

Importação líquida
-35% ↘



Participação Regional na Produção de Trigo

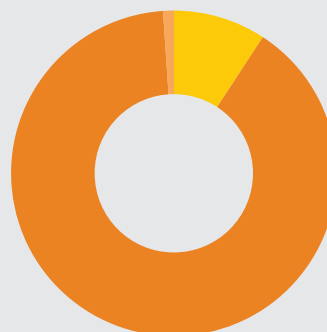
2015/16
Produção Total: 5,5 Milhões de Toneladas



Participação*:

- Norte 0%
- Nordeste 0%
- Sudeste 9%
- Sul 89%
- Centro-Oeste 2%

2025/26
Produção Total: 8,3 Milhões de Toneladas



Participação*:

- Norte 0%
- Nordeste 0%
- Sudeste 9%
- Sul 90%
- Centro-Oeste 1%

Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, são explicadas pelo sistema de arredondamento. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

TRIGO

em 2025/2026



2,7 MILHÕES

de hectares plantados

📈 crescimento de +0,9% a.a. ou 9% em relação à safra 2015/2016



8,3 MILHÕES

de toneladas produzidas

📈 crescimento de +4,1% a.a. ou 49% em relação à safra 2015/2016



3,1 MILHÕES

de toneladas líquidas importadas

📉 redução de 35% em relação à safra 2015/2016

37%

será o crescimento da produtividade (t/ha)



59

consumo per capita (kg/hab/ano)

51,0 2015  50,8 2026

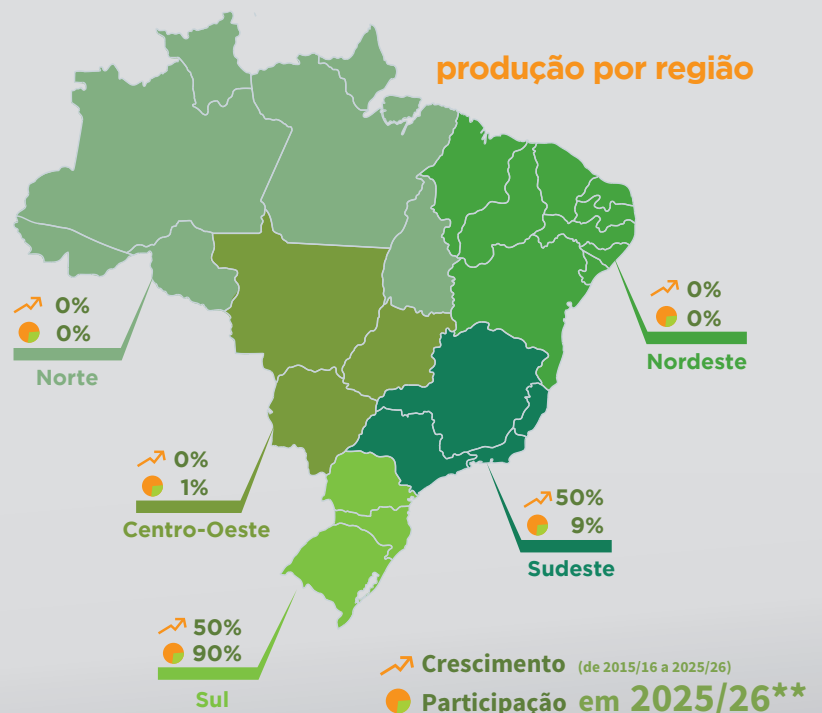
📉 redução de 1% em relação a 2015

demanda doméstica

10,7 milhões de t 2015/16  11,4 milhões de t 2025/26

📈 crescimento de 6% (+0,6% a.a.)

produção por região



Notas: *Comparativo entre as safras 2015/2016 e 2025/2026 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte : Outlook Fiesp Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



CARNE BOVINA

Após anos de negociações, finalmente em 2016 aconteceu a abertura recíproca com os EUA para a carne bovina *in natura*. Com isso, os embarques poderão ser realizados já nos próximos meses, embora os volumes direcionados àquele mercado tendam a ser pouco expressivos, pois o Brasil compõe uma cota restrita. No entanto, o principal benefício alcançado será o *status* sanitário de fornecedor do mercado norte-americano, o que deverá fortalecer a argumentação para a abertura de grandes importadores mundiais ainda fechados ao Brasil, casos do Japão, Coreia do Sul, Canadá e México, que, juntamente com os EUA, representaram 41% das importações mundiais em 2015.

As exportações brasileiras também cresceram de forma significativa com o retorno da China como compradora, representando um dos principais destaques em 2016. As vendas externas ficaram ainda mais importantes, na medida em que o consumo doméstico revelou-se muito fraco, em razão da forte crise econômica.

Além disso, a menor presença da Austrália entre os países exportadores contribuiu para que o Brasil tivesse ainda mais espaço no mercado mundial. Como a redução do rebanho australiano foi muito acentuada, os abates do país deverão continuar mais restritos nos próximos anos. Por outro lado, a oferta dos EUA voltou a crescer, impulsionada pela forte retenção de fêmeas observada nos últimos anos e pela boa disponibilidade de grãos para os confinamentos, o que estimulou o aumento no peso de abate dos animais.

Da mesma forma, o ciclo pecuário brasileiro continua em um período de retenção de matrizes, com o volume de fêmeas abatidas em 2016 ainda menor que o do ano anterior, embora esse processo comece a perder força. A tendência de acomodação do preço do bezerro em relação ao boi gordo nos próximos anos, reflexo da retenção a partir de 2014, deve gradativamente favorecer o aumento da oferta de gado pronto.

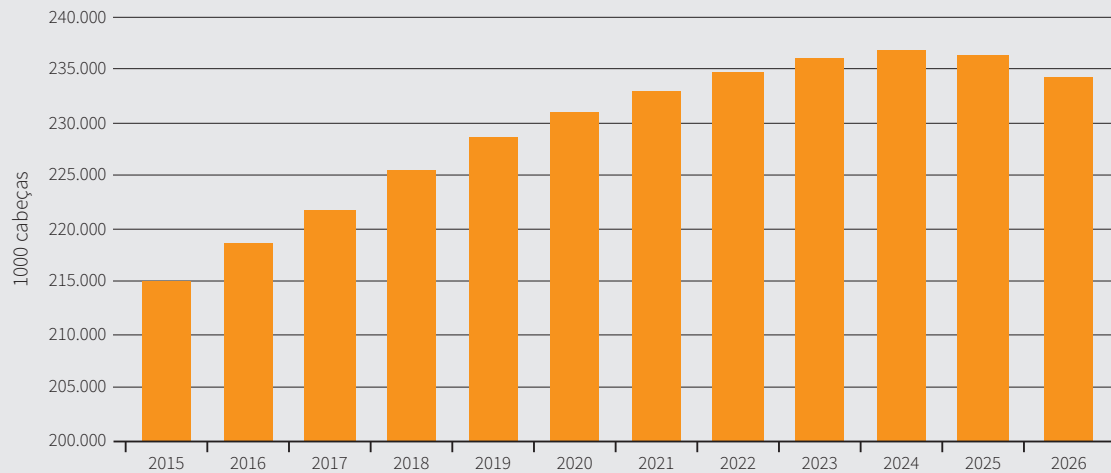
Assim como nas outras proteínas animais, a produção de carne bovina também foi impactada pelo elevado custo do milho, que afetou principalmente a rentabilidade dos confinamentos. Isso contribuiu para uma redução significativa da quantidade de bois confinados, com um efeito maior na oferta de animais no segundo semestre de 2016.

Sem conseguir repassar o custo da matéria-prima para o consumidor final, a margem da indústria contraiu significativamente, o que, por sua vez, forçou os frigoríficos a reduzirem ainda mais a compra de gado para preservar sua rentabilidade. Com isso, o consumo *per capita* pode retroceder a mais de dez anos, dependendo do ritmo de abates até o fechamento de 2016.

Apesar disso, 2017 tende a ser positivo, pois, além da previsão do início da recuperação da economia, o Brasil deverá continuar bem posicionado entre os fornecedores internacionais, tanto em quantidade quanto em preço. Assim como a oferta de gado pronto deverá ser retomada, as demandas interna e externa também crescerão nos próximos anos e o País seguirá aumentando sua participação no mercado mundial.

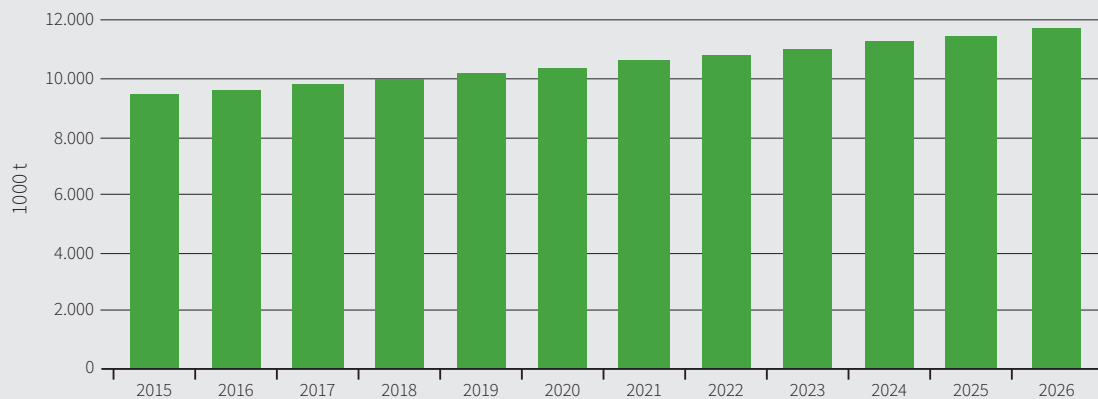
Rebanho de Gado de Corte

Rebanho de gado de corte
9% ↗



Produção Brasileira de Carne Bovina

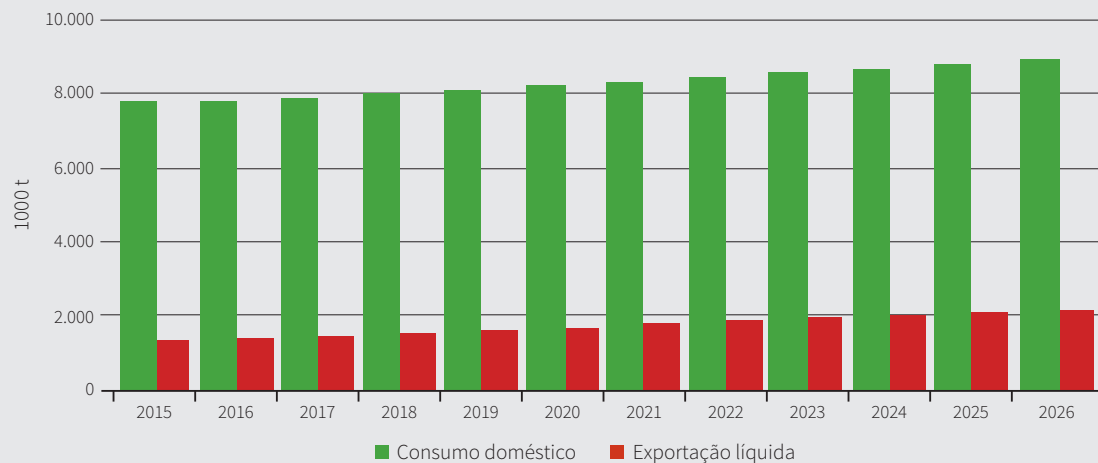
Produção
24% ↗



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Carne Bovina

Consumo doméstico
15% ↗

Exportação líquida
66% ↗

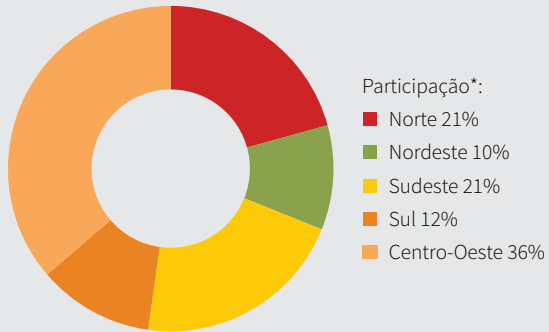


Nota: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 10 anos. Fonte: Outlook Fiesp. Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

Participação Regional na Produção de Carne Bovina

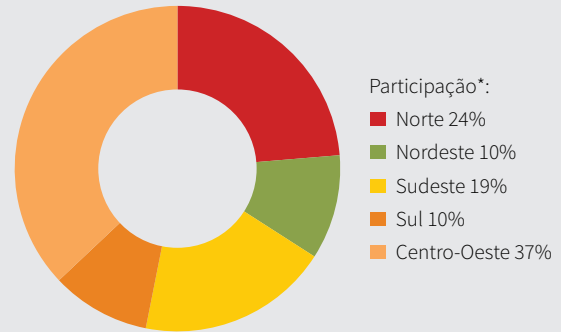
2015

Produção Total: 9,4 Milhões de Toneladas



2026

Produção Total: 11,7 Milhões de Toneladas



CARNE BOVINA

em 2026



11,7 MILHÕES

de toneladas de carne produzidas

📈 crescimento de +2,0% a.a. ou 24% em relação à 2015



2,2 MILHÕES

de toneladas líquidas exportadas de carne bovina

📈 crescimento de 66% em relação à 2015

rebanho bovino



234,2 MILHÕES

de cabeças de gado de corte

📈 crescimento de 9% em relação à 2015

demanda doméstica

7,8
milhões de t
2015



8,9
milhões de t
2026

📈 crescimento de 15% em relação à 2015

área com pastagens



179,6 MILHÕES

de hectares de pastagens

📉 redução de -3% em relação à 2015

taxa de lotação

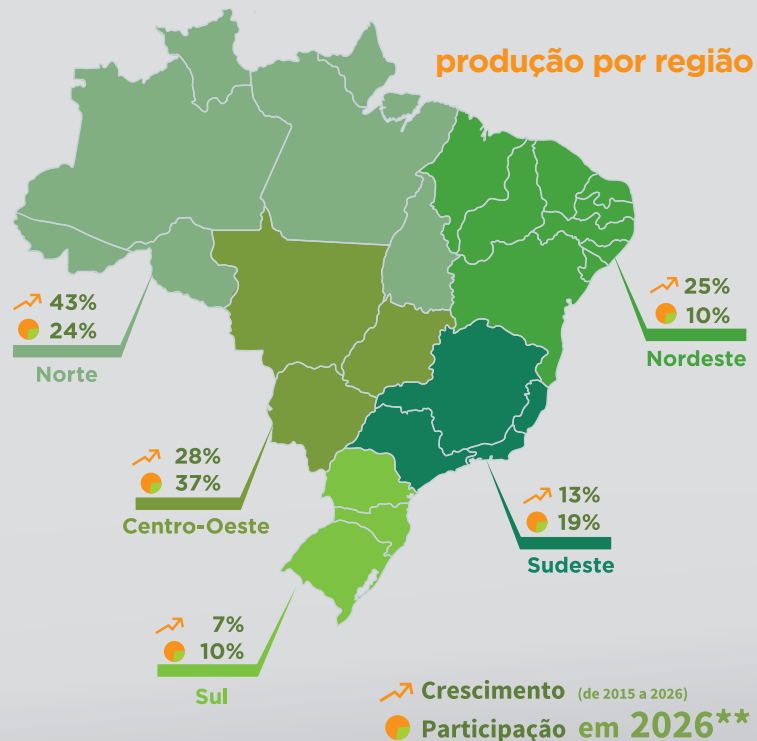


1,30

cabeças por hectare

📈 crescimento de 12% em relação à 2015

produção por região



Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



CARNE DE FRANGO E OVOS

Após o surto de gripe aviária nos EUA ocorrido durante o ano de 2015, quando o país perdeu seu status sanitário, causando impactos negativos às suas exportações, em 2016 não foram verificados novos casos e o país retomou as vendas para a maioria dos mercados. Porém, devido à gripe ou por problemas de outra natureza, alguns países ainda mantêm embargos sobre o frango norte-americano, caso de China e Rússia, e podem reiniciar gradativamente as importações, desde que a situação não volte a ocorrer ou sejam resolvidas as outras questões pendentes.

No entanto, novos casos da gripe foram notificados no México, o que significa que não está descartada a possibilidade de o vírus voltar a aparecer nos EUA, o que traria reflexos importantes para as exportações do Brasil, maior exportador mundial do produto.

De qualquer forma, os embarques brasileiros apresentaram bons resultados no primeiro semestre de 2016, especialmente em volume. Por outro lado, desde o início deste mesmo ano, o setor foi duramente afetado pelo aumento do preço do milho em todo o País. O forte fluxo de exportação do grão na safra 2015/2016, conjugado com sua menor oferta na primeira safra e a quebra da produção de milho safrinha, levou à ausência de estoques confortáveis e a uma forte restrição da oferta interna.

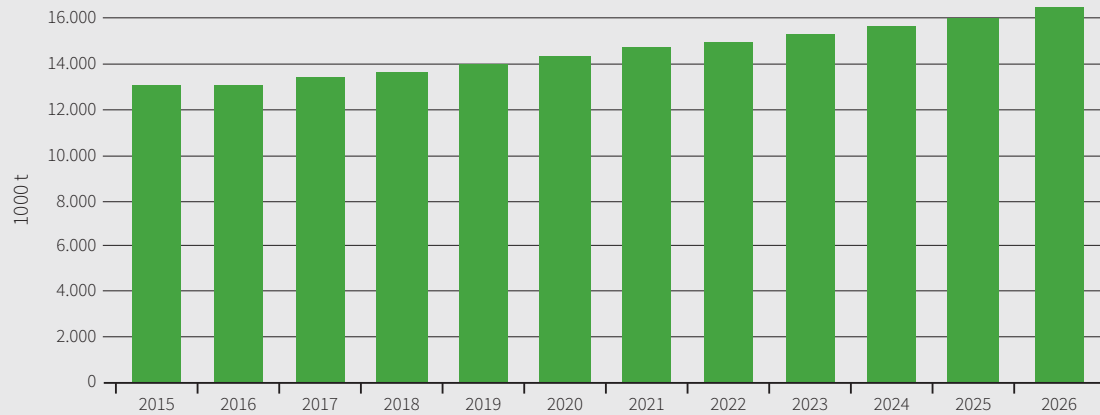
Nesse caso, ainda que os volumes de exportação de carne de frango tenham apresentado crescimento considerável, sobretudo pela notável melhora dos envios à China, os altos custos da ração, sem a respectiva correção nos preços da ave, mantiveram as indústrias com rentabilidades negativas durante todo o primeiro semestre, levando integradoras a processos de recuperação judicial, com reflexos na redução do ritmo de alojamentos a partir de julho de 2016.

Além disso, diferentemente de 2015, quando o consumo interno de carne de frango cresceu ao substituir a carne bovina, na medida em que a crise econômica foi se instalando, desta vez o bom desempenho não se repetiu, tamanha a deterioração da economia, com o desemprego atingindo níveis ainda piores e a inflação persistente.

Entretanto, a despeito desse cenário, a perspectiva para 2017 é positiva. Do lado da demanda, a situação econômica deverá apresentar melhora, o que ajudará a recuperar o consumo. As exportações também tendem a continuar positivas, enquanto os custos de produção deverão ceder, na medida em que a produção de milho responder aos atuais estímulos de preços. A boa colheita do grão nos Estados Unidos em 2016 também favorece um cenário mais equilibrado em termos de preços e recomposição de margens para 2017.

Produção Brasileira de Carne de Frango

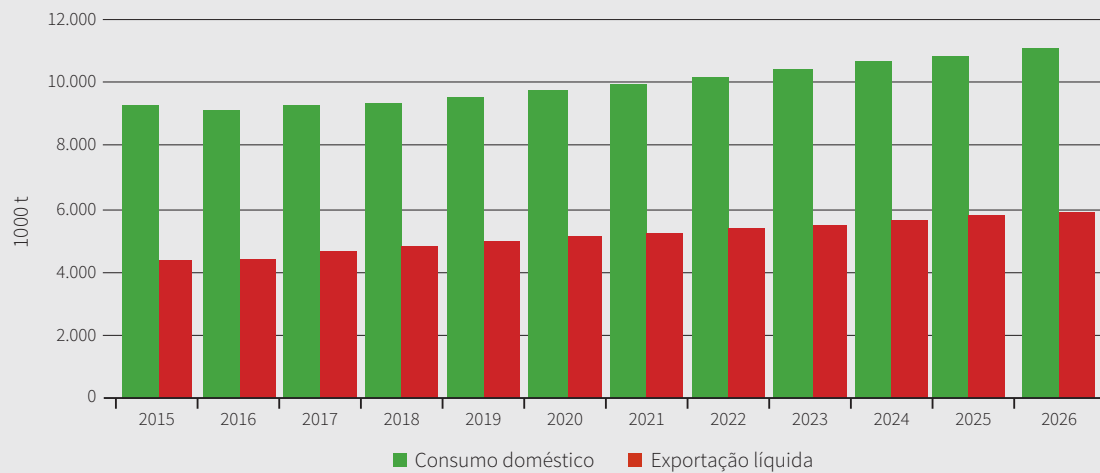
Produção
25% ↗



Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Carne de Frango

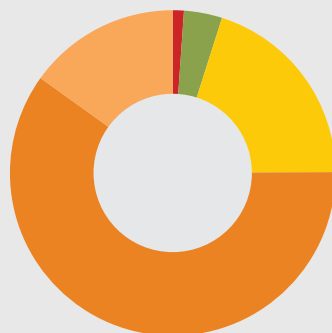
Consumo doméstico
20% ↗

Exportação líquida
38% ↗



Participação Regional na Produção de Carne de Frango

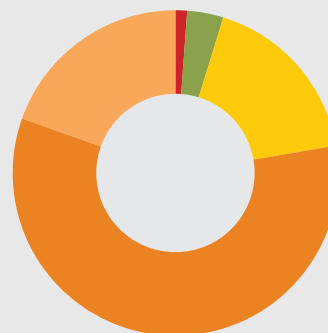
2015
Produção Total: 13,1 Milhões de Toneladas



Participação*:

- Norte 1%
- Nordeste 4%
- Sudeste 20%
- Sul 60%
- Centro-Oeste 15%

2026
Produção Total: 16,4 Milhões de Toneladas



Participação*:

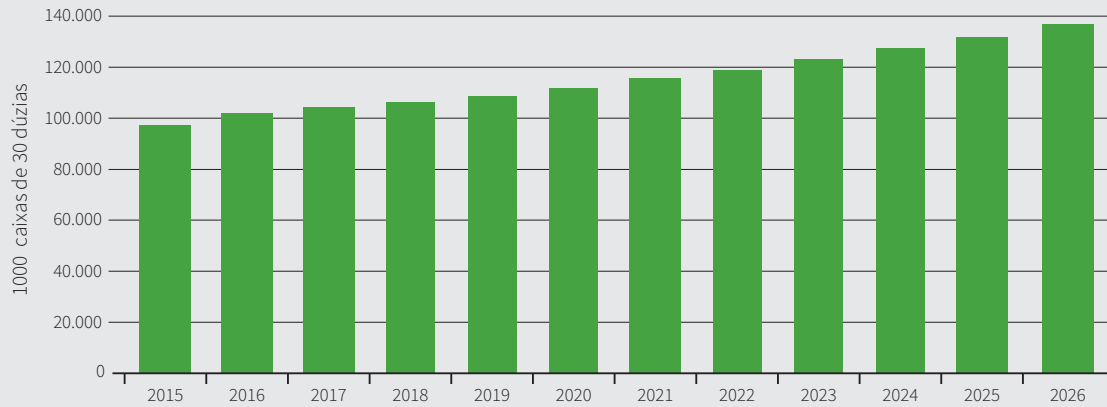
- Norte 1%
- Nordeste 4%
- Sudeste 18%
- Sul 58%
- Centro-Oeste 20%

Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

Produção Brasileira de Ovos

Produção
40% ↗

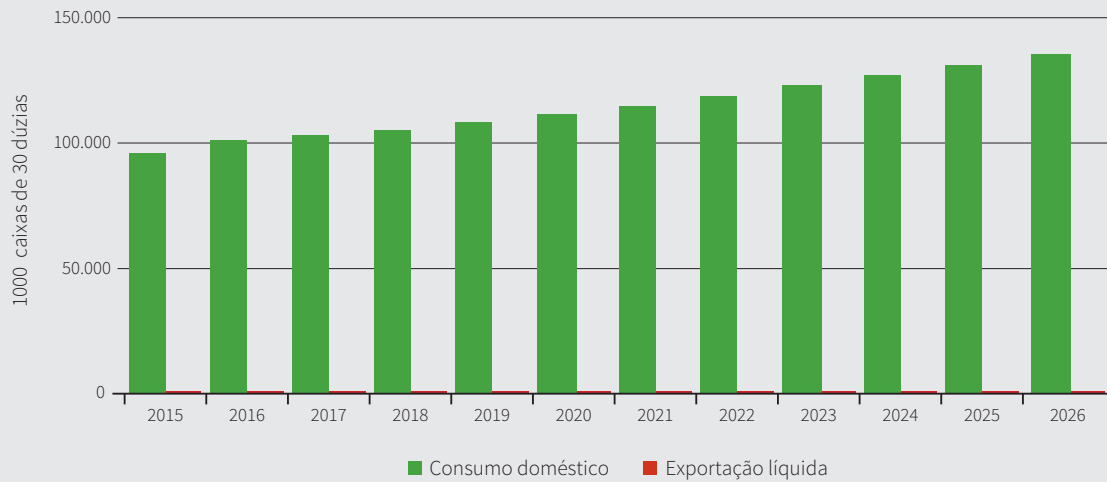


Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Ovos

Consumo doméstico
40% ↗

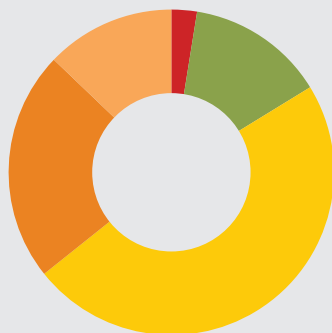
68

Exportação líquida
65% ↗



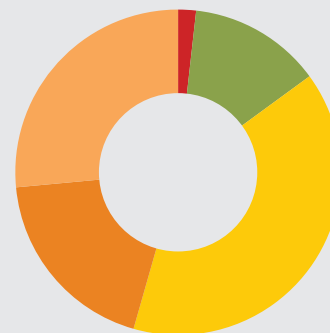
Participação Regional na Produção de Ovos

2015
Produção Total: 97,6 Milhões de Caixas de 30 Dúzias



Participação*:
 ■ Norte 3%
 ■ Nordeste 14%
 ■ Sudeste 48%
 ■ Sul 23%
 ■ Centro-Oeste 13%

2026
Produção Total: 136,6 Milhões de Caixas de 30 Dúzias



Participação*:
 ■ Norte 2%
 ■ Nordeste 13%
 ■ Sudeste 39%
 ■ Sul 19%
 ■ Centro-Oeste 26%

Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026- Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

CARNE DE FRANGO

em 2026



16,4 MILHÕES
de toneladas produzidas

📈 crescimento de +2,0% a.a. ou
25% em relação à 2015



5,9 MILHÕES
de toneladas líquidas exportadas

📈 crescimento de 38% em relação à 2015

consumo per capita
(kg/hab/ano)

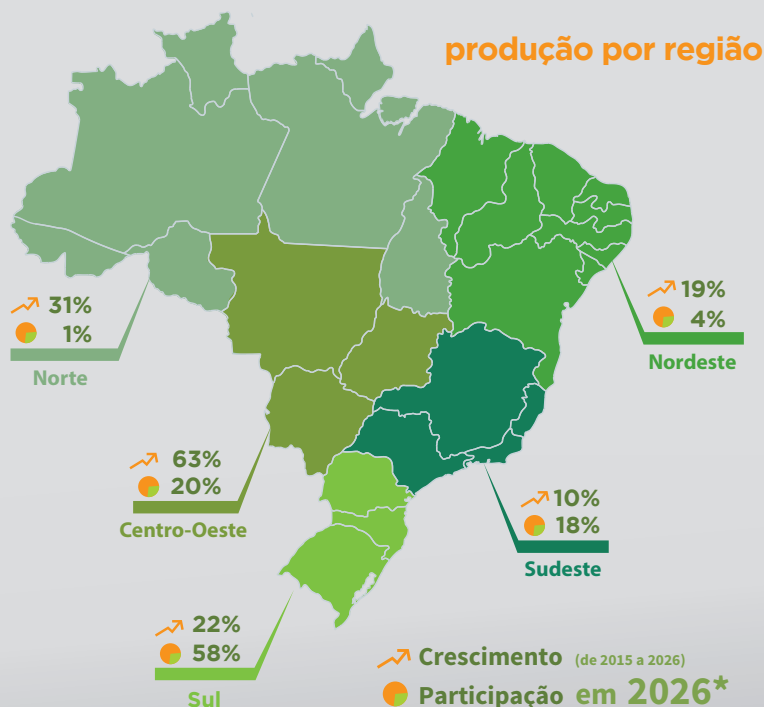
44,8 2015 **49,6** 2026

📈 crescimento de 11%

demanda doméstica

9,3 milhões de t 2015 **11,1** milhões de t 2026

📈 crescimento de 20% (+1,6% a.a.)



OVOS

em 2026



136,6 MILHÕES
de caixas de 30 dúzias produzidas

📈 crescimento de 40% em relação à 2015

consumo per capita
(dúzias/hab/ano)

14,0 2015 **18,1** 2026

📈 crescimento de 30%

Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



CARNE SUÍNA

A recuperação do rebanho suíno nos EUA, após os casos de Diarreia Epidêmica Suína (PED, na sigla em inglês) que ocorreram há dois anos, aumentou consideravelmente a oferta dessa carne em 2015, com consequentes quedas nos preços internacionais, situação que ainda persiste.

Mesmo com as cotações em baixa, o Brasil ampliou significativamente suas exportações para a China continental, a partir de meados de 2015, com a abertura desse mercado, que responde por metade de toda a carne suína consumida no mundo. Em pouco mais de um ano, a China tornou-se o terceiro maior destino do produto brasileiro, atrás apenas de Rússia e Hong Kong, impulsionando o País a obter o recorde histórico de exportações em 2016.

A maior dependência chinesa de importações de carne suína, observada nos últimos dois anos, é reflexo do desestímulo à produção local entre 2013 e início de 2015, o que levou a uma forte redução do rebanho de matrizes e, consequentemente, gerou uma escassez de carne e o avanço do produto importado no abastecimento interno.

O total importado pelos chineses, entre janeiro e agosto de 2016, foi de 900 mil toneladas, 150% superior ao mesmo período do ano anterior. Embora os volumes importados pela China nos últimos dois anos sejam bastante expressivos, sua participação em relação ao total consumido pelo país é muito pequena. Portanto, existe a possibilidade de que, à medida que o consumo per capita chinês continue evoluindo, a produção doméstica não consiga atender a todo o aumento da demanda, motivando o crescimento das importações.

Naquele país, a produção doméstica tem uma forte dependência da soja importada, além de utilizar como insumo o milho local, que apresenta um custo acima do praticado no mercado mundial, o que torna a carne suína chinesa muitas vezes pouco competitiva em relação à importada. No entanto, o sistema agrícola chinês está sendo reformado e os preços do milho no mercado interno têm caído significativamente, o que pode dar um fôlego maior à produção de suínos no país.

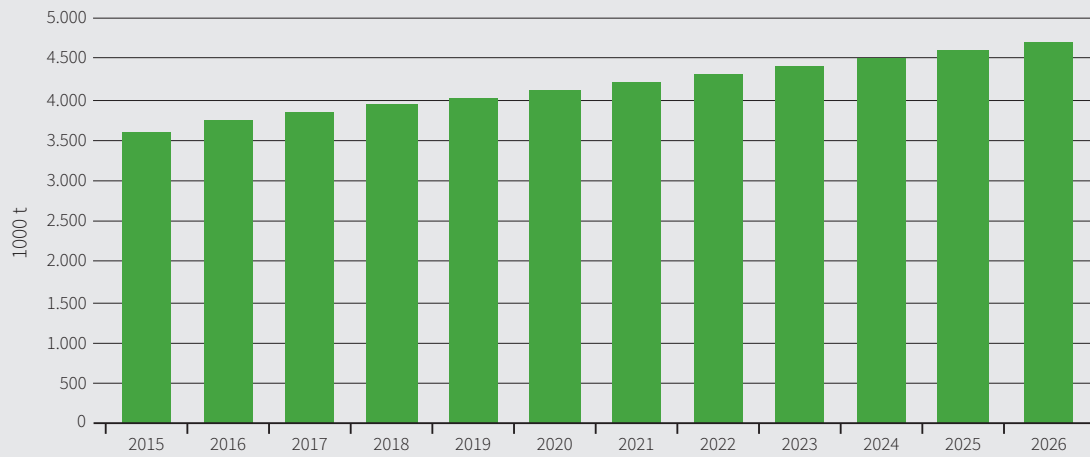
Se, por um lado, o crescimento das exportações fortaleceu o ritmo de produção brasileiro, por outro, o alto patamar da cotação do milho em 2016 anulou a possibilidade de a indústria ter mais um ano memorável, como foram os dois anteriores, dado que os preços do suíno não subiram proporcionalmente aos custos. Certamente, o prejuízo no mercado interno brasileiro teria sido muito pior, caso o setor não estivesse aproveitando esse momento internacional para escoar o excesso de produção.

Além disso, a recente abertura do mercado norte-americano para a carne bovina poderá beneficiar indiretamente nossa carne suína, uma vez que a aceitação do controle da febre aftosa no Brasil também poderá credenciar o País a exportar para o Japão, o maior importador mundial, que atualmente está aberto somente para o produto de Santa Catarina, assim como o México e a Coreia do Sul, terceiro e quarto maiores importadores, mas que estão fechados ao Brasil. Somente esses dois países responderam por 24% da importação mundial em 2015, com um volume de 1,6 milhão de toneladas.

O mercado interno brasileiro também continua bastante promissor e poderá beneficiar-se já em 2017 de uma conjuntura econômica mais interessante, associada a um custo de produção em queda, principalmente a partir do segundo semestre do ano.

Produção Brasileira de Carne Suína

Produção
32% ↗

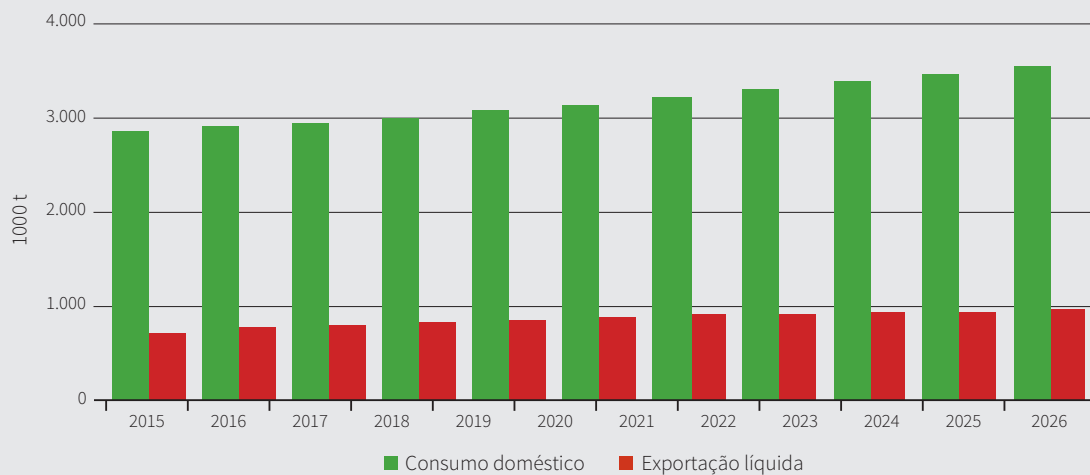


Consumo Doméstico e Exportação Líquida de Carne Suína

Consumo doméstico
23% ↗

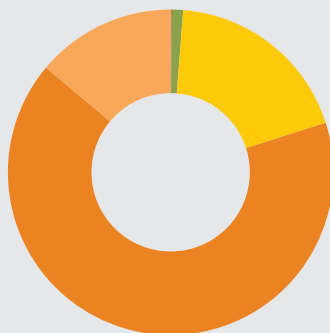
72

Exportação líquida
75% ↗



Participação Regional na Produção de Carne Suína

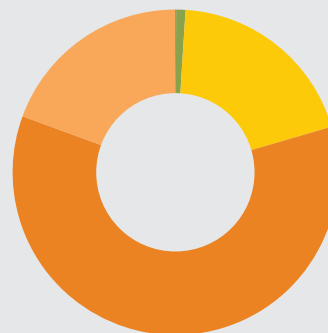
2015
Produção Total: 3,5 Milhões de Toneladas



Participação*:

- Norte 0%
- Nordeste 1%
- Sudeste 19%
- Sul 66%
- Centro-Oeste 14%

2026
Produção Total: 4,6 Milhões de Toneladas



Participação*:

- Norte 0%
- Nordeste 1%
- Sudeste 19%
- Sul 60%
- Centro-Oeste 19%

Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

CARNE SUÍNA

em 2026



4,6 MILHÕES

de toneladas produzidas

↗ crescimento de +2,6% a.a. ou 32% em relação à 2015



970 MIL

toneladas líquidas exportadas

↗ crescimento de 75% em relação à 2015

demanda doméstica

2,9
milhões de t
2015



3,6
milhões de t
2026

↗ crescimento de 23% (+1,9% a.a.)

consumo per capita (kg/hab/ano)

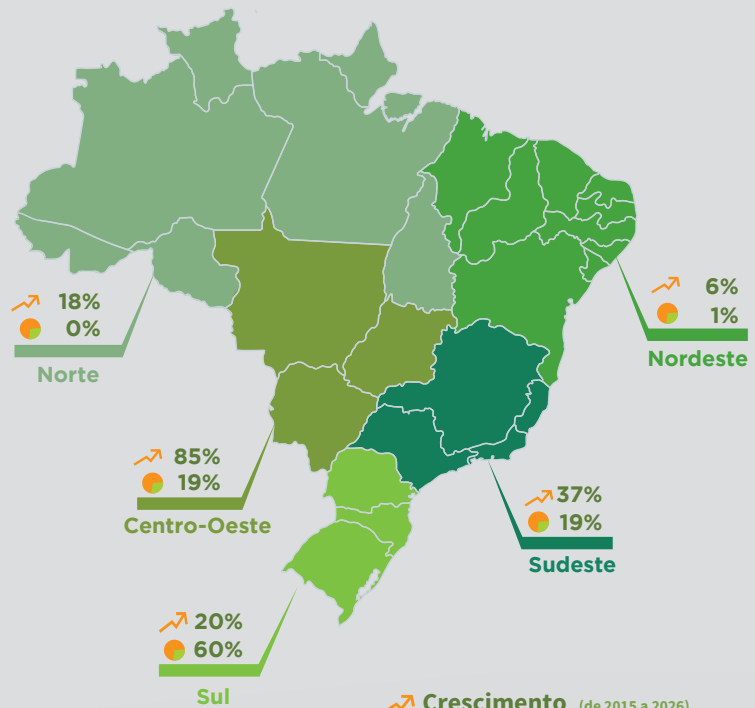
13,9
2015



15,8
2026

↗ crescimento de 14%
em relação à 2015

produção por região



↗ Crescimento (de 2015 a 2026)
● Participação em 2026**

Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



LÁCTEOS

As condições do mercado de leite vêm oscilando consideravelmente nos últimos anos. Sob a ótica internacional, as cotações dos produtos lácteos seguiram deprimidas em 2016, como consequência do excesso de produção observado a partir de 2015 e da fraca demanda mundial.

Segundo previsão do USDA, mesmo com os preços historicamente baixos, a demanda mundial não deverá crescer e a expectativa ficará por conta de uma retomada mais significativa das importações chinesas, que até agora não se concretizaram: o retorno da China às importações de leite em pó em 2016 foi relativamente tímido quando comparado com 2013 e 2014, sendo insuficiente para enxugar os excedentes externos.

Do lado da oferta mundial de leite, houve um incremento significativo, em resposta aos excelentes preços observados em 2013 e início de 2014. Particularmente, no caso da Europa, com o fim do regime de cotas e da desregulamentação do mercado, os produtores aproveitaram o bom momento das cotações e investiram no aumento da produção.

Atualmente, no entanto, a crise do setor lácteo europeu, gerada pelo excesso de oferta, está levando a região a se ajustar às novas condições de mercado. Além da Europa, as produções da Austrália, Nova Zelândia, Argentina e Uruguai também caíram bastante, o que poderá favorecer alguma recuperação mais consistente dos preços no médio prazo.

O Brasil, por outro lado, foi uma exceção na cadeia láctea em 2016, em razão de particularidades do mercado, que ganharam destaque a partir do segundo semestre de 2015 e que prejudicaram sobremaneira a rentabilidade da atividade: a elevação dos custos com a ração, impulsionada pelo valor do milho, aliada à alta da mão de obra.

Esse cenário de encarecimento dos fatores de produção, associado ao bom preço da arroba do boi gordo no mesmo ano, fez com que muitos produtores aumentassem os abates de fêmeas, reduzindo seus rebanhos. Com isso, a captação de leite caiu drasticamente no País e as cotações responderam com altas históricas tanto ao produtor quanto nos elos seguintes, a ponto de o produto destacar-se nos índices de inflação de alimentos.

Dessa forma, os preços praticados no Brasil perderam completamente a aderência com o mercado internacional. Nem mesmo o incremento das importações em volumes não vistos desde 2002, principalmente de leite em pó, impulsionadas pela

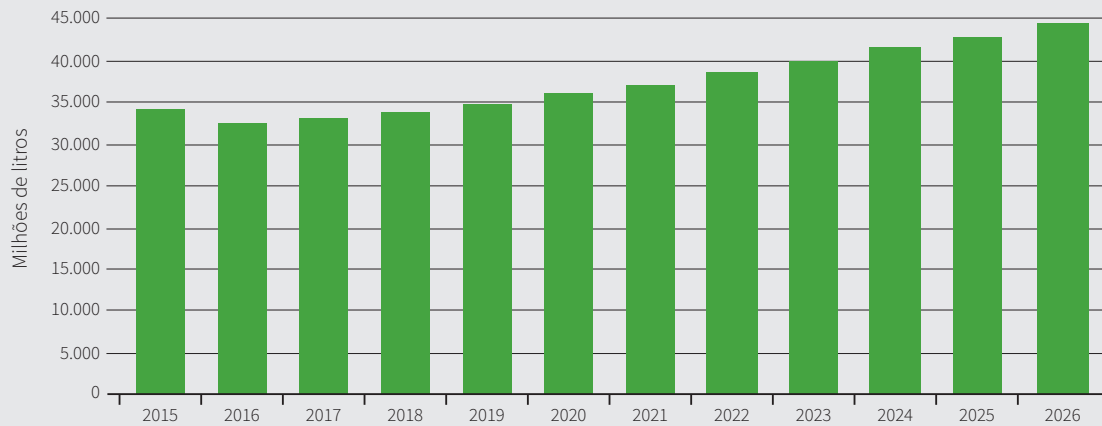
valorização do real ao longo do ano, foi suficiente para suprir a escassez no mercado doméstico e os preços continuaram elevados.

Com a indústria nacional pressionada pelo alto custo da matéria-prima e com o consumidor substituindo em parte a compra de produtos mais elaborados e caros por outros mais simples, reflexo do agravamento da crise econômica, o processamento voltou-se para o leite UHT. Como resultado, os preços desse produto ficaram bastante pressionados ao longo de 2016.

Para 2017, a tendência é de uma moderada recuperação da demanda interna, seja pelas expectativas de melhora da economia brasileira, seja pela provável acomodação das cotações, uma vez que a produção deverá reagir aos bons preços atuais do mercado doméstico, apresentando algum incremento na oferta, a partir da volta das chuvas, no quarto trimestre de 2016.

Produção Brasileira de Leite

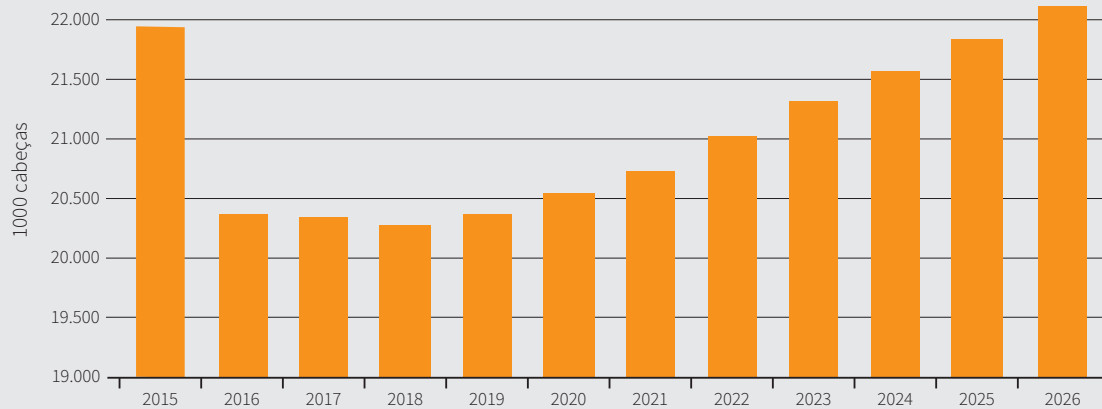
Produção
30% ↗



Rebanho de Gado de leite

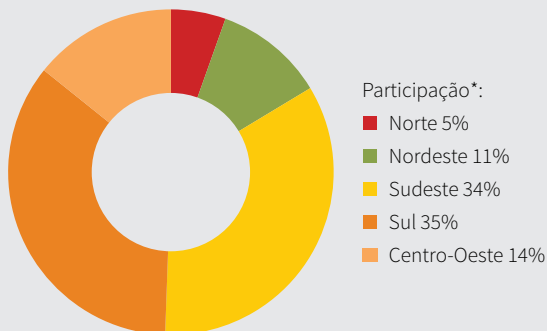
76

Rebanho
1% ↗

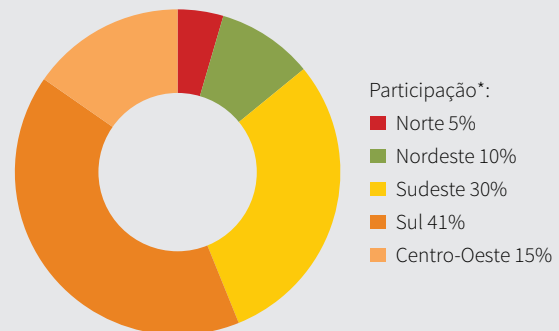


Participação Regional na Produção de Leite

2015
Produção Total: 34,2 Milhões de Litros



2026
Produção Total: 44,4 Milhões de Litros



Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, são explicadas pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

LÁCTEOS

em 2026



44,4 BILHÕES
de litros produzidos de leite

📈 crescimento de +2,4% a.a. ou 30% em relação a 2015



22,1 MILHÕES
de cabeças

📈 crescimento de +0,1% a.a. ou 1% em relação à 2015

consumo per capita
(l/hab/ano)

164,5
2015



198,2
2026

📈 crescimento de 20% em relação à 2015

77

produção por região



Notas: *Comparativo entre 2015 e 2026 - Projeção de 11 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



PEIXE

Ainda se fala pouco sobre o mercado de carne de peixe no Brasil. Entretanto, dentre as proteínas animais, a produção de pescados talvez tenha experimentado o melhor desempenho relativo na última década. Esse é um fenômeno mundial, mas, no Brasil, parece ter assumido contornos mais dinâmicos do que na maioria dos países.

É fato que as estatísticas acerca da produção e do consumo de peixe no País e no mundo carecem de maior precisão. Na verdade, diferentes fontes dedicadas ao tema apontam níveis razoavelmente díspares de produção. Contudo, todas indicam a mesma tendência de expansão da oferta e do consumo mundiais.

78

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desde o início da década de 1960, realiza amplo levantamento da produção, importação, exportação e consumo de pescados de águas salgada e doce no mundo. Segundo estimativas do Departamento de Pesca e Aquicultura do órgão, a oferta global de peixes de água doce cresceu 76% entre 2004 e 2014, ao passo que a produção de peixes marinhos ficou estável no período, em torno de 94,5 milhões de toneladas. Para o Brasil, a FAO aponta um aumento na produção de peixes de água doce da ordem de 108%; e de água salgada, de 3%.

São números relevantes, que refletem no consumo per capita de pescados no País. O peixe é a quarta carne mais consumida pela população brasileira, com média de perto de 9 quilos por habitante/ano, considerando a produção total de pescados em 2015, estimada pela FAO-OCDE¹, de 1,41 milhão de toneladas.

Apesar desse forte crescimento, sobretudo de peixes de água doce, o Brasil ainda é um produtor de pouca relevância, representando cerca de 0,8% da produção total de pescados no mundo, posicionando-se aquém do seu verdadeiro potencial. Contando com boa disponibilidade de água, com um clima que permite a produção durante o ano todo na maior parte do território, e grande oferta de grãos para a alimentação dos peixes, o País tem uma condição produtiva bastante competitiva para a atividade aquícola. No entanto, é preciso avançar nas tecnologias para o cultivo de espécies nativas, como o tambaqui e o pirarucu, aprimorar as legislações tributárias e ambientais, e desenvolver o mercado externo para o Brasil ganhar importância em termos mundiais.

¹ OECD-FAO Agricultural Outlook 2016-2025

As estimativas de crescimento para o mercado de pescados no Brasil são bastante promissoras. A FAO, em seu último Outlook², projeta uma expansão da piscicultura brasileira de 6,0% ao ano, para o período entre 2015 e 2025. A elevação da oferta aquícola é muito importante para atender o crescente mercado consumidor, uma vez que a oferta de peixes obtida por meio da pesca extrativa tem uma grande limitação de crescimento.

Apesar do otimismo em relação à produção futura, em 2016 devemos observar uma estagnação na quantidade produzida de peixes de água doce, uma vez que ocorreram, neste ano, diversas situações que prejudicaram a produção em diferentes regiões do Brasil, como a seca, que diminuiu o reservatório das represas, limitando a produção principalmente no Nordeste.

Além disso, assim como ocorre com outras carnes, o forte encarecimento da produção, devido à quebra da safra de milho (uma das matérias-primas das rações), diminuiu muito a rentabilidade dos produtores, que acabaram reduzindo seus estoques de peixe.

A situação econômica também não foi favorável, seja pela redução da demanda de produtos de maior valor agregado, seja pelo alto custo do capital necessário para financiar as operações e os novos investimentos.

Outro desafio recorrente ao setor é a questão das licenças ambientais, tanto das propriedades quanto da utilização das represas das hidrelétricas. A piscicultura comercial necessita de licenciamento para o uso da água, na construção dos tanques ou colocação de tanques-rede, e, dependendo do órgão responsável, essa tarefa vem se tornando cada vez mais difícil.

Em 2017, as perspectivas de expansão são modestas ou estáticas. Contudo, de forma agregada, o desenho para a próxima década sinaliza a continuidade de uma trajetória de crescimento da oferta no Brasil, com taxas superiores à média global e acima daquelas verificadas nos últimos dez anos. Os dados da FAO projetam algo em torno de 6,0% ao ano para a produção brasileira de peixes de água doce para os próximos dez anos, enquanto nossas previsões são um pouco mais otimistas, da ordem de 8,0% anuais nesse mesmo período, com base nos fundamentos de retomada da economia brasileira, apontados no capítulo de macroeconomia deste Outlook Fiesp 2026.

De qualquer forma, é imprescindível destacar que ainda nos faltam dados mais consistentes de produção em todos os estados do Brasil, bem como de séries históricas que nos permitam a realização de projeções nos moldes como são feitas para as demais carnes, ano a ano e com detalhamento regional, razão pela qual não foram incluídas nesta publicação. A partir da profissionalização que está ocorrendo nesse segmento, acreditamos que esta é uma questão que tende a se resolver nos próximos anos.

² OECD-FAO Agricultural Outlook 2016-2025



FERTILIZANTES

Após o recuo de 2,0 milhões de toneladas nas vendas de fertilizantes em 2015, principalmente em razão do atraso na disponibilidade de crédito agrícola em um momento de elevação dos preços do produto no mercado interno, com o câmbio se desvalorizando, o ano de 2016 apresentou recuperação no primeiro semestre: as relações de troca mostram-se favoráveis, em um ambiente de preços internacionais em queda e câmbio em um patamar mais baixo que no segundo semestre de 2015.

Atualmente, as cotações internacionais da ureia encontram-se em um nível próximo dos praticados em 2005. Entre 2015 e 2016, o preço nos principais fornecedores internacionais recuou, aproximadamente, 35%, retornando aos patamares históricos do produto, ao redor de US\$ 200 por tonelada.

Os fosfatados também apresentaram forte queda. No entanto, seu nível de preços, ao redor de US\$ 350 por tonelada, está levemente acima da média histórica anterior a 2008, quando operava em torno de US\$ 285 por tonelada.

O preço do potássio, atualmente por volta de US\$ 250 por tonelada, encontra-se em queda desde o início de 2012, com a dissolução do cartel de seus grandes produtores.

Considerando o balanço entre oferta e demanda desses insumos no mercado global, há pouca expectativa de que seus preços voltem a ascender no curto e médio prazo, o que nos traz boas perspectivas para as vendas nos próximos anos, fato que deve levar o setor de volta à sua tendência de crescimento de longo prazo.

Nesse sentido, 2017 pode ser um ano de forte recuperação das vendas, a considerar o desenlace da economia brasileira após a dissolução da crise política instalada no País nos últimos anos. Para o setor agrícola, a maior estabilidade esperada para o câmbio e os preços em queda dos insumos no mercado internacional podem significar um horizonte de recuperação bastante promissor para a venda de fertilizantes.


O ponto de atenção nesse setor fica por conta da questão logística. A quebra da produção do milho na segunda safra neste ano reduziu o escoamento do grão para o mercado internacional e elevou o transporte interno dessa *commodity* aos produtores de aves e suínos. Isso reduziu a oferta de veículos para o frete de retorno nos portos, que é utilizado pelos fertilizantes para chegar aos mercados consumidores.

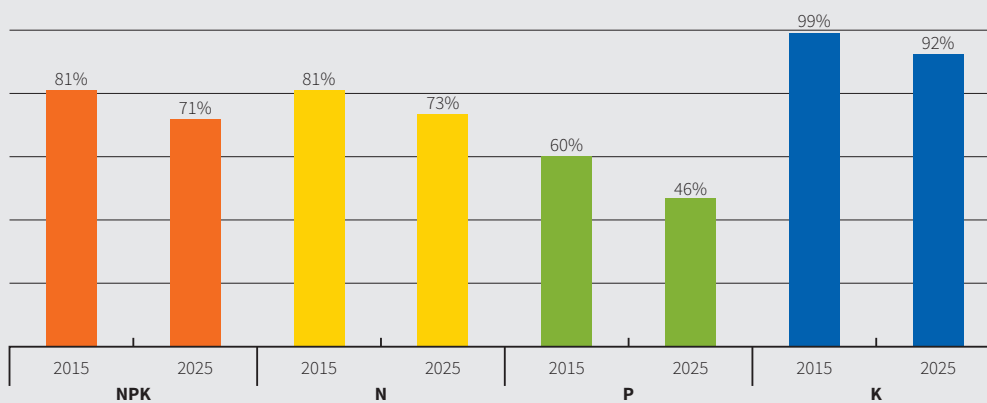
O fato elevou os preços dos fretes para a internalização desses insumos, impactando os preços finais aos produtores agrícolas e retraindo os ganhos da redução dos preços internacionais desses nutrientes.

Em relação às projeções de oferta doméstica, segue a dúvida quanto aos investimentos em novos projetos. A crise econômica, a situação financeira de algumas empresas e o excesso de oferta dos produtos, que levaram a uma retração significativa dos preços internacionais, reduzem a perspectiva de ampliação da capacidade de produção da indústria nacional.

Por outro lado, temos visto a entrada de novos players no mercado, a exemplo da venda do controle da Galvani para a Yara e a venda dos ativos da Anglo American, o que pode destravar alguns projetos antigos. Nas projeções, como nos anos anteriores, serão considerados dois cenários: o primeiro contempla apenas alguns investimentos em andamento e o segundo, mais otimista e possivelmente menos realista, considera uma retomada mais ampla dos investimentos no setor.

Necessidade de Importação sobre a Demanda Brasileira de Fertilizantes

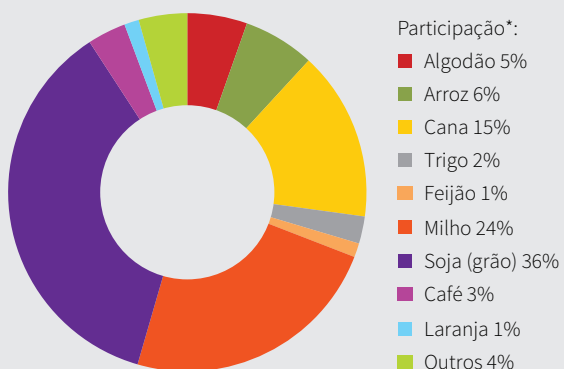
Produção NPK
98% 



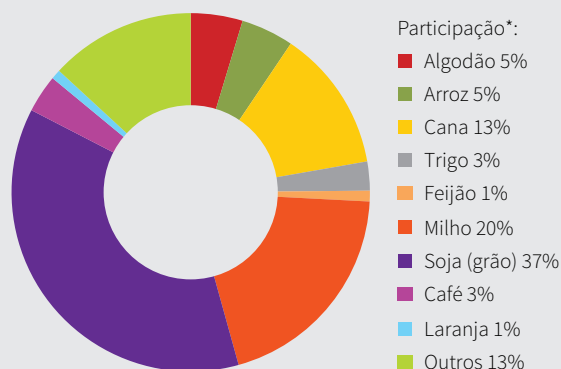
82

Participação no Consumo Doméstico de Fertilizantes por Cultura

2015
Consumo: 13 Milhões de Toneladas



2025
Consumo: 18,9 Milhões de Toneladas



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

FERTILIZANTES

em 2025



produção nacional
(em milhões de toneladas)

NPK
6,0mi
crescimento de 98%

N
1,2mi
crescimento de 65%

P
4,0mi
crescimento de 98%

K
0,8mi
crescimento de 179%



demanda doméstica
(em milhões de toneladas)

NPK	N	P	K
18,9mi	4,2mi	7,0mi	7,8mi
crescimento de 44%	crescimento de 18%	crescimento de 58%	crescimento de 50%

demanda doméstica de NPK em 2025 principais culturas
(em milhões de toneladas)

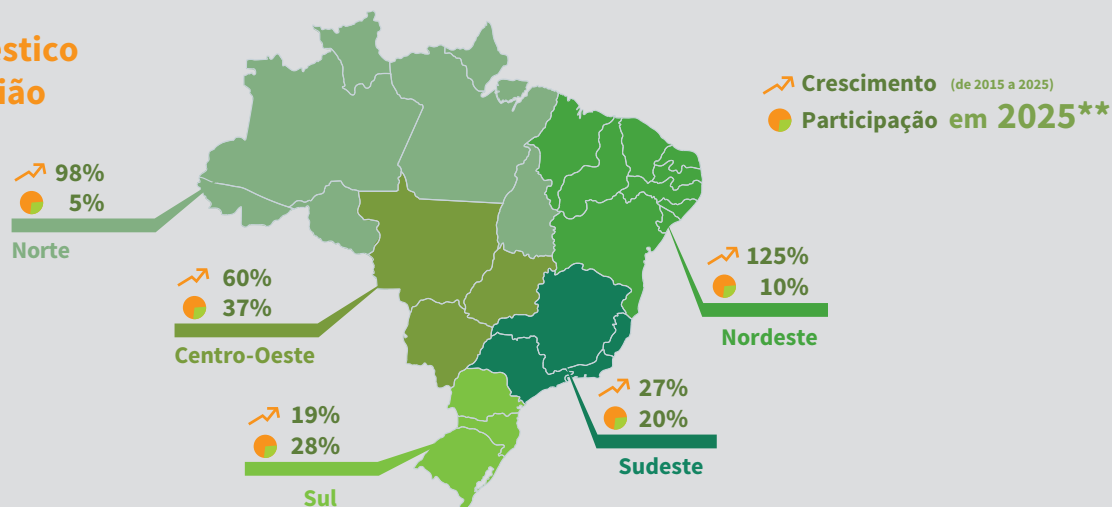
Soja	7,0mi	crescimento de 46%
Milho	3,8mi	crescimento de 21%
Cana	2,4mi	crescimento de 21%
Algodão	0,9mi	crescimento de 25%
Arroz	0,9mi	crescimento de 6%



dependência externa
(participação de nutrientes importados)

NPK	N	P	K
71%	73%	46%	92%


consumo doméstico de NPK por região

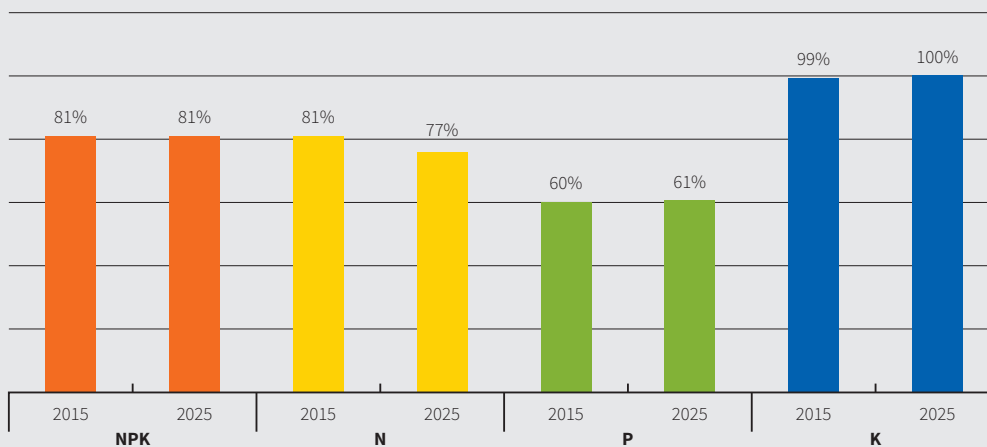


Notas: *Comparativo entre as safras 2015 e 2025 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

Necessidade de Importação sobre a Demanda Brasileira de Fertilizantes

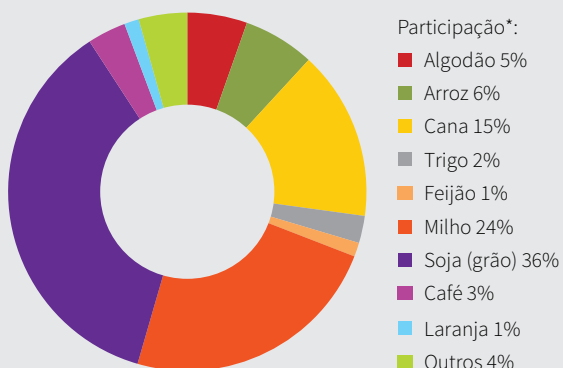
Produção NPK
40% 



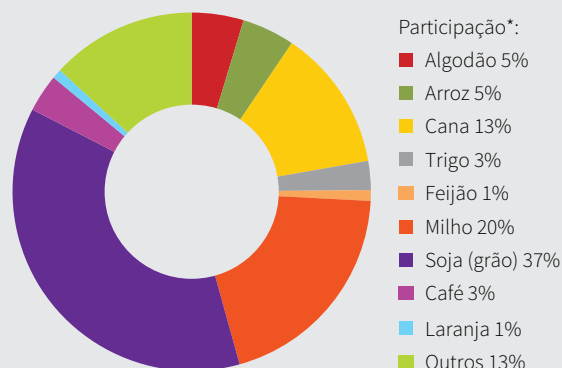
84

Participação no Consumo Doméstico de Fertilizantes por Cultura

2015
Consumo: 13,1 Milhões de Toneladas



2025
Consumo: 18,9 Milhões de Toneladas



Nota: * A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

FERTILIZANTES

em 2025



produção nacional
(em milhões de toneladas)

NPK
4,3mi
crescimento de 40%

N
1,1mi
crescimento de 42%

P
3,0mi
crescimento de 47%

K
0,2mi
redução de -20%



demanda doméstica
(em milhões de toneladas)

NPK	N	P	K
18,9mi	4,2mi	7,0mi	7,8mi
crescimento de 44%	crescimento de 18%	crescimento de 58%	crescimento de 50%

demanda doméstica de NPK em 2025 principais culturas
(em milhões de toneladas)

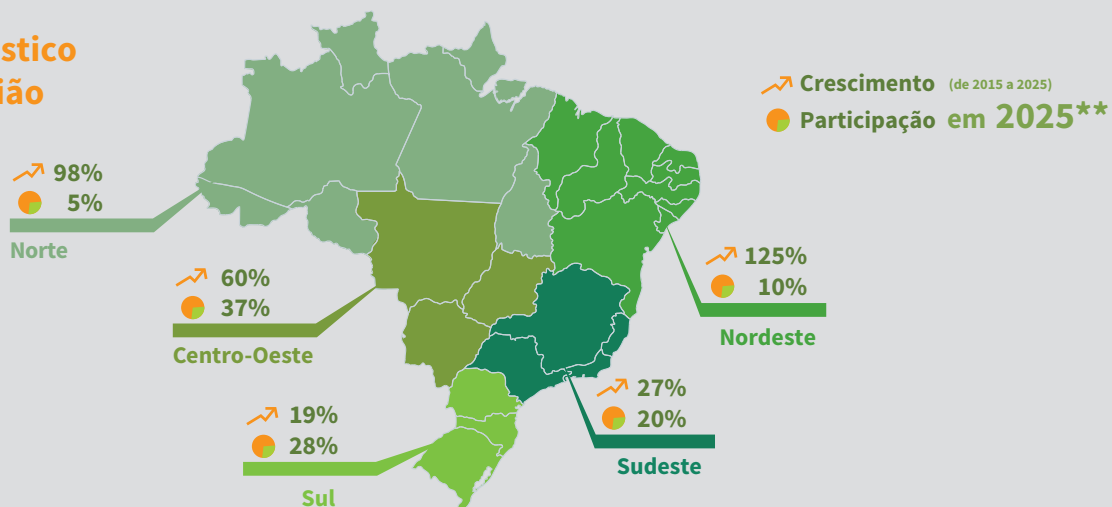
Soja	7,0mi	crescimento de 46%
Milho	3,8mi	crescimento de 21%
Cana	2,4mi	crescimento de 21%
Algodão	0,9mi	crescimento de 25%
Arroz	0,9mi	crescimento de 6%



dependência externa
(participação de nutrientes importados)

NPK	N	P	K
81%	77%	61%	100%

consumo doméstico de NPK por região



Notas: *Comparativo entre as safras 2015 e 2025 - Projeção de 10 anos. ** A soma das participações, quando maiores/menores que 100%, é explicada pelo sistema de arredondamento.

Fonte: Outlook Fiesp | Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO



USO DA TERRA

No horizonte de dez anos, a necessidade de aumento na área total cultivada no Brasil será de 3,4 milhões de hectares, um acréscimo de apenas 1,4% no período, ritmo muito aquém do observado na última década. Desse total, a agricultura deverá crescer cerca de 8,0 milhões de hectares (14%), e 57% dessa necessidade de área será suprida pelo aproveitamento de áreas de pastagens as quais, por sua vez, perderão o equivalente a 4,5 milhões de hectares.

As explicações para a reduzida necessidade adicional de área, passam pelos ganhos de produtividade e a maior utilização da área cultivada, por meio da ampliação do plantio de mais de uma safra por ano, além do avanço da agricultura em terras de pastagens, como mencionado. Com isso, projetamos que, para atender à demanda de alimentos no Brasil e no Mundo, o País terá de aumentar a sua produção de grãos em 46,5%, enquanto a área utilizada para esse fim crescerá apenas 14% na próxima década.

Essa combinação de produtividade, uso intensivo do solo e utilização de pastagens com atividade agrícola tem permitido ao Brasil atender às demandas por alimentos, fibras e energia com um mínimo de crescimento na área utilizada pelo agronegócio, que será cada vez mais restrito, dadas as limitações ambientais existentes.

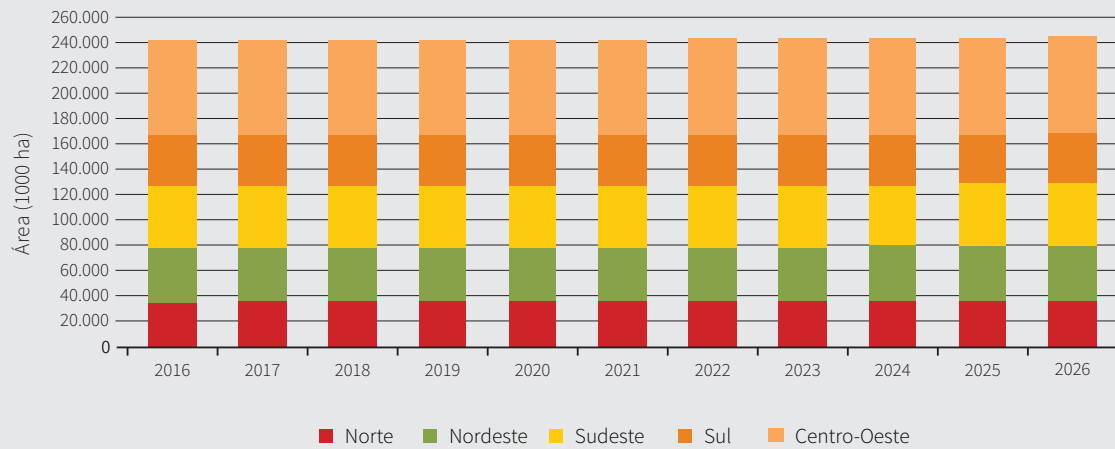
Nesse sentido, vale destacar a importância do Novo Código Florestal, que, se por um lado não alterou as exigências de reserva legal das propriedades em relação à legislação anterior, por outro ofereceu alternativas de cumprimento ao produtor, por meio, por exemplo, da possibilidade de compensar a reserva em outras áreas, fora da propriedade, de acordo com as regras estabelecidas pelo Programa de Regularização Ambiental (PRA) de cada Estado. A regra permite promover o reflorestamento, por exemplo, em áreas menos produtivas ou menos aptas ao plantio, facilitando e incentivando o setor a regularizar sua situação ambiental, no sentido de reduzir os reflexos negativos à oferta de produtos agrícolas.

Dentre os segmentos do agronegócio, o sucroalcooleiro destaca-se por não ter apresentado ganho de produtividade agrícola significativo, como ocorrido em períodos anteriores. Isso em razão dos enormes desafios pelos quais a indústria tem passado, seja pelos problemas econômicos e financeiros, que limitaram a capacidade de investimento das empresas, seja pelas novas exigências tecnológicas vinculadas às questões ambientais e de trabalho, que intensificaram muito rapidamente a mecanização das operações no campo, mesmo sem que as soluções estivessem completamente adaptadas, com prejuízos à produtividade das lavouras.

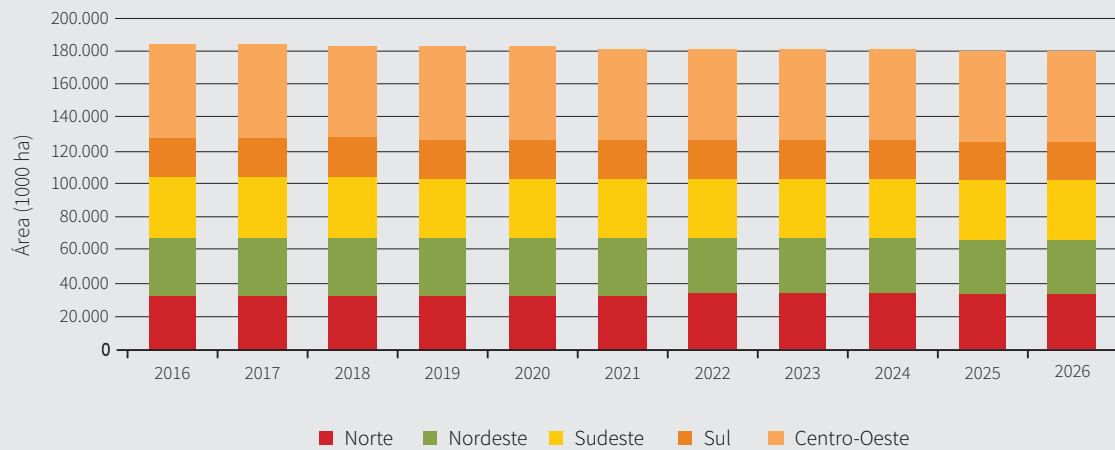
No entanto, o setor deve recuperar pelo menos parte de sua capacidade de investimento, dadas as boas condições dos mercados de açúcar. A consequência esperada é uma melhora dos índices de produtividade em geral, o que contribuirá para a menor demanda por áreas destinadas a esse importante setor do agronegócio.

Outro fator que poderá impactar a dinâmica do mercado de terras é a discussão sobre a compra de terras por estrangeiros no Brasil. Na prática, a atual situação regulatória limita a aquisição de propriedades agrícolas por estrangeiros, mas existe uma perspectiva de que esse assunto entre na pauta do Congresso. Embora não pretendamos aqui promover uma discussão mais aprofundada sobre o tema, é possível inferir que, caso as restrições sejam reduzidas, a entrada de capital estrangeiro para a produção impactará na dinâmica de uso da terra, ao possibilitar maior fluxo de investimentos à produção.

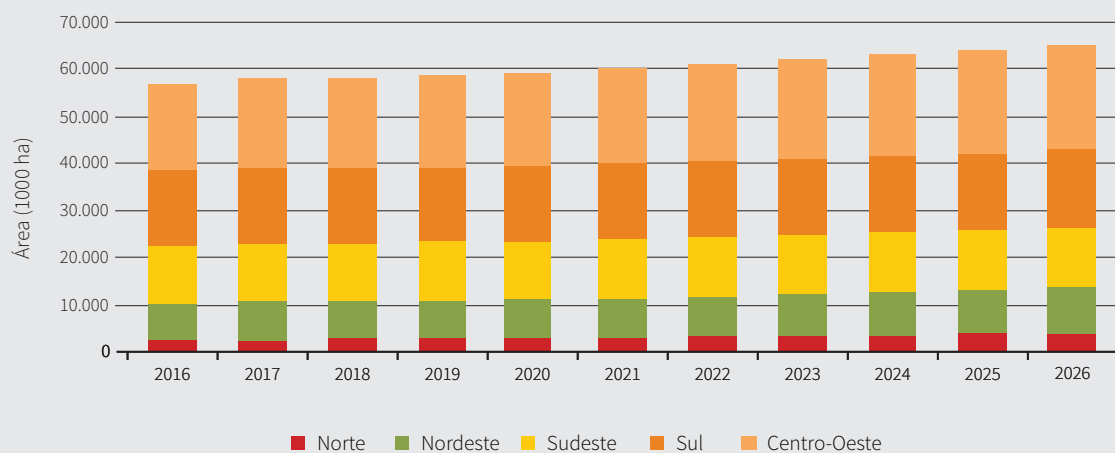
Área Total com Agropecuária por Região



Área de Pastagem por Região



Área de Lavouras (Primeira Safra) por Região



USO DA TERRA

em 2026



244,4 MILHÕES

de hectares de área ocupada pela agropecuária em 2026



64,8 MILHÕES

de hectares ocupados com lavouras (1ª safra)

 expansão de 8,0 milhões de hectares em relação à 2016



179,6 MILHÕES

de hectares com pastagens

 redução de 4,5 milhões de hectares em relação à 2016
(área que será ocupada por lavouras)

89



342 mil hectares por ano

demanda por novas áreas até 2026



33%

de participação das lavouras de inverno**
no total produzido de grãos no Brasil em 2026

exemplo: 73% da produção de milho virá da segunda safra

Notas: *Comparativo entre as safras 2016 e 2026 - Projeção de 10 anos. ** Considera o milho (2ª safra), feijão (2ª e 3ª safras) e trigo.

Fonte: Outlook Fiesp Elaboração: FIESP/DEAGRO e MBAGRO

fiesp.com.br/outlook



fiesp.com.br/outlook